



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**IMPACTO DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO  
EXTERNO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA  
ANGOLANA**

**OLUIMO DIAI TAVIRA DA SILVA**

Orientadores: Prof. Doutor Miguel Rocha de Sousa e Prof.  
Doutora Fernanda Peixe

**Mestrado em Economia**

Área de especialização: Economia Regional e Desenvolvimento Local

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

---

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**IMPACTO DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO  
EXTERNO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA  
ANGOLANA**

**OLUIMO DIAI TAVIRA DA SILVA**

Orientadores: Prof. Doutor Miguel Rocha de Sousa e Prof.  
Doutora Fernanda Peixe

**Mestrado em Economia**

Área de especialização: Economia Regional e Desenvolvimento Local

Évora, 2019



“Impacto da liberalização do comércio externo no crescimento da economia angolana ”

## RESUMO

Nos tempos passados era claramente notório a existência de maior dúvida sobre que estratégia deveria de fato a ser adotada pelos países, pois estes não tinham uma resposta clara em relação a possibilidade de haver ganhos em termos de comércio entre si, mas a ciência vem nos revelando nos dias de hoje de que é quase consensual que o comércio é importante para desenvolvimento ou crescimento das nações. Deste modo, a necessidade de manter relações comerciais passa a ser uma realidade quase que indiscutível nos dias de hoje para qualquer país que deseja prosperar.

Porém, sem deixar de reconhecer a importância do comércio internacional, é igualmente real que as relações comerciais entre países podem tanto possibilitar o alcance de certos benefícios, como perdas, razão pela qual se deve estudar de forma cautelosa sobre que impacto a liberalização do comércio externo pode provocar num país do ponto de vista das relações comerciais entre países .

Para o caso de Angola, um País que vem nos últimos anos procurando oportunidades de crescimento, analisar o impacto permite-nos avaliar, entre outros, que potencial o comércio externo na vertente liberalização pode representar para economia Angolana do ponto de vista de crescimento, pois do ponto de vista positivo a liberalização efetivamente pode contribuir para o crescimento, e representará um ganho para o País.

Foi escolhido analisar que impacto a liberalização do comércio pode provocar na economia de Angola? Assim, definimos como objectivo deste trabalho proporcionar uma visão geral sobre que impacto a liberalização do comércio pode provocar no crescimento de Angola, usando como referência o modelo VAR e análise de Cointegração com base em variáveis importantes, tais como (1) Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto de Angola (em %), (2) Entrada líquida de Investimento Direto Estrangeiro anual em Angola ( em % anual do PIB), (3) Taxa de Inflação anual



(em % anual), (4) Taxa de Abertura Comercial anual de Angola e (5) Taxa de crescimento do Câmbio anual de Angola face ao dólar, sendo que de uma ou outra forma estas variáveis estabelecem uma ligação entre a liberalização do comércio e o crescimento de Angola.

**Palavras-chaves:** Liberalização, comércio internacional, crescimento económico, Cointegração e VAR

“Impact of trade liberalization on Angola’s economic growth”

## ABSTRACT

In the past, it was clearly that there was more doubt about what strategy countries were supposed to adopt, because there was no a clear answer regarding the possibility of gains in terms of trade between nations, but science has been revealing that it is almost consensual that trade is important for development or growth of nations. In this way, the need to maintain commercial relations with other countries becomes nowadays a reality for any country that wishes to prosper.

However, while recognizing the importance of international trade, it is equally real and it should be noted that trade relations between countries can both make it possible to achieve certain benefits as well as losses, which is why to address the impact of trade liberalization can provoke in a country should be studied cautiously.

Angola, a country that has been looking for growth opportunities in recent years, such type of studies makes it possible to evaluate, among others, what potential external trade in the liberalization dimension may represent for Angolan economy in terms of growth, an option that if it effectively contributes to the growth will represent a gain for the country.

This study analyzes the impact trade liberalization may have on the Angolan economy in terms of trade. Thus, the objective of this work is to provide an overview of





the impact of trade liberalization on Angola's growth, using as reference the VAR model and cointegration analysis based on important variables, such as (1) Annual Gross Domestic Product growth rate of Angola( annual %), (2) Foreign Direct Investment of Angola, net Inflow (annual % of GDP), (3) Inflation Rate of Angola (annual %), (4) Trade openness (annual ), (5) Growth rate of exchange rate of Angola's (annual %) against the dollar, and in one way or another these variables create condition to establish a link between trade liberalization and Angola's growth.

**Key-words:** Liberalization, international trade, economic growth, Angola, cointegration and VAR.

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta Dissertação a Deus, seguido da minha família, em especial aos meus filhos, pela paciência que tiveram enquanto este sonho esteve numa fase de concepção, mas alegro-me hoje em terminar este trabalho, e aceito a finalização deste trabalho com uma grande satisfação pessoal e profissional na minha vida.

---

## AGRADECIMENTOS

“ Tudo que tem principio tem um fim”! Nesta senda aproxima-se o momento final deste árduo trabalho. Assim, certamente que posso recordar os duros momentos que vive, tentando ser um bom pai, marido, filho, irmão, amigo e profissional, e ao mesmo tempo continuar a gravitar pelo mundo da ciência, particularmente no ramo da economia, que é a minha grande paixão dentro das ciências.

Primeiramente, o meu voto de agradecimento vai ao glorioso criador, Deus todo poderoso, onipotente e presente na minha vida, tanto pelo espírito de perseverança que me deu como pelo grande apoio que tive durante o momento da minha formação, sobretudo no que toca ao presente grau de formação.

De seguida agradeço a minha família, nomeadamente: esposa, Dra. Luzia Simão da Silva, e filhos, pais, tios e outros que acompanharam os momentos difíceis. Ao meu atencioso Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa, deixo o meu elevado voto de agradecimento, sem deixar igualmente de augurar votos à Professora Doutora Fernanda Peixe, pela intervenção de ambos no processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Dra. Christine Hackenesch e ao Dr. Mário Augusto Caetano João, e às instituições em que estou vinculado, por do mesmo tornarem esta jornada possível. Aos meus colegas e outros amigos fica aqui expresso o meu:

**Muito obrigado!**

---

## LISTA DE ABREVIATURAS

AGT	Administração Geral Tributária de Angola
ADF	Dickey-Fuller Aumentado
BAD	Banco Angolano de Desenvolvimento
BNA	Banco Nacional de Angola
CEIC/UCAN	Centro de Estudos e Investigação Científica/ Universidade Católica de Angola
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FMI	Fundo Monetário Internacional
GA	Grau de Abertura ao Comércio
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
OMA	Organização Mundial das Alfândegas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
SGP	Sistema Generalizado de Preferências
VAR	Modelo de Vetor Autorregressivo
VECM	Modelo Vetorial de Correção de Erro



# Índice Geral

Índice Geral.....	9
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1. Apresentação e justificação do tema .....	12
1.2. Objetivo do Estudo .....	13
1.3. Metodologia .....	15
1.4. Estrutura do trabalho.....	16
<b>2. CONTEXTO DO COMÉRCIO EXTERNO EM ANGOLA .....</b>	<b>17</b>
2.1. Quadro político e económico sobre Angola.....	18
2.1.1. Transformações políticas.....	18
2.1.2. Transformações económicas.....	19
2.2. Relações comerciais entre Angola e o resto do mundo .....	27
2.2.1. Regime do comércio externo angolano.....	27
2.2.2. Principais parceiros comerciais de Angola .....	31
2.2.3. Balança comercial Angolana .....	35
<b>3. TEORIAS LIGADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO, E SUA RELAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
3.1. Surgimento das teorias do comércio internacional.....	43
3.1.1. As duas importantes teorias clássicas do comércio internacional.....	43
3.1.2. Teoria neoclássica do comércio internacional .....	51
3.2. Doutrinas económicas ligadas ao crescimento .....	69
3.2.1. Lei de Say .....	69
3.2.2. Modelo de Solow .....	72
3.2.3. Teoria Keynesiana .....	75
3.3. Relação entre a liberalização e crescimento económico.....	78
3.3.1. Polarização de ideias .....	78

3.3.2.	Liberalização como indutor de crescimento económico pela OMC.....	81
3.3.3.	Outros argumentos promovendo a Liberalização .....	84
4.	METODOLOGIA E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO .....	86
4.1.	VAR, fundamentos teóricos sobre o uso do modelo VAR.....	86
4.2.	Teste de Estacionariedade .....	89
4.3.	Teste de Cointegração.....	91
4.4.	Modelo Vetorial de Correção de Erro.....	93
4.5.	Teste de Causalidade à Granger .....	95
4.6.	Função Impulso-Resposta e Decomposição da Variância .....	97
4.7.	Variáveis escolhidas e representação gráfica das variáveis .....	98
4.7.1.	Variáveis escolhidas .....	98
4.7.2.	Representação gráfica das variáveis.....	102
5.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS E DISCUSSÃO.....	103
5.1.	Testes realizados e discussão dos resultados .....	104
5.1.1.	Teste de Raiz Unitária: teste ADF .....	104
5.1.2.	Testes de Cointegração de Johansen .....	106
5.1.3.	Estimação do Modelo Vetorial de Correção de Erro .....	107
5.1.4.	Teste de Causalidade à Granger .....	111
5.1.5.	Função Impulso-Resposta, decomposição da variância, análise dos sinais.....	113
6.	CONCLUSÃO .....	116
6.1.1.	Limitações do Estudo .....	119
6.1.2.	Perspectivas de Futuras Pesquisas .....	120
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
	WTO (2015),World Trade Report 2015 “Speeding up trade: benefits and challenges of implementing the WTO Trade Facilitation Agreement”. World Trade Organization: Geneva.....	125
	WTO (2014),WTO Trade Facilitation Agreement”. World Trade Organization: Geneva. ....	125

## Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Angola, 2002-2018.....	21
Quadro 2: Evolução da Balança Comercial Angolana, em % do PIB, 2011-2017 .....	40
Quadro 3: Grau de Abertura Comercial (X+M)/PIB, em dólares nominal 2010 - 2014	41
Quadro 4: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países .....	44
Quadro 5: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países .....	45
Quadro 6: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países .....	48
Quadro 7: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países .....	48
Quadro 8: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países .....	49
Quadro 9: Teste ADF- Resultados dos Testes de Raízes Unitárias .....	105
Quadro 10: Resultados do Teste de Cointegração .....	106
Quadro 11: Vetor de Cointegração n.º 1 (PIB, GA e cTC) .....	108
Quadro 12: Vetor de Cointegração n.º 2 (IDE, GA e cTC).....	108
Quadro 13: Vetor de Cointegração n.º 3 (Inf, IDE e GA).....	109
Quadro 14: Relação de curto prazo (1ª equação do VECM).....	110
Quadro 15: Testes de Causalidade à Granger.....	112
Quadro 16: Decomposição da variância .....	114
Gráfico 1: Variação da taxa de crescimento do PIB de Angola em % 2002 - 2018.....	23
Gráfico 2: Principais países das importações para Angola em 2017 .....	32
Gráfico 3: Principais países das exportações de Angola em 2017 .....	33
Gráfico 4: Importações por classificação económica, 2001 – 2017 .....	39
Gráfico 5: Os cinco estágios de um processo de integração regional.....	57
Gráfico 6: Retornos crescentes – Visão de Krugman .....	66
Gráfico 7: Evolução anual de cPIB, IDE, Inf, GA e cTC, 1991-2016.....	102
Gráfico 8: Função Impulso Resposta.....	113

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Apresentação e justificação do tema

Segundo alguns fatos históricos, nas primeiras duas décadas depois da Segunda Guerra Mundial, foram alcançados, de forma progressiva, resultados positivos por via do aumento do comércio entre os países que por sua vez geram oportunidades de crescimento e prosperidade de certas sociedades. Os resultados foram sendo visíveis sobretudo a nível dos países da Europa do Ocidente, e motivaram os economistas a cada vez mais acreditarem e confirmarem de que o comércio internacional entende-se como um fenómeno com capacidade de elevar o bem-estar das sociedades.

No entanto, é preciso claramente reconhecer que tal como nos dias de hoje assistiu-se tanto a protecionismo como à liberalização. Assim, podemos afirmar que por um lado, enquanto umas nações limitavam as suas importações através da implementação de políticas protecionistas voltada à restrição das importações, como era o caso de alguns países em desenvolvimento que foram adotando uma estratégia virada para a exportação no intuito de estimularem o crescimento por via do aumento das suas exportações de produtos manufaturados que consequentemente resultavam na melhoria das suas respectivas balanças de pagamento, criando oportunidades de superavit nas suas correspondentes balanças, por outro lado, houve também outras nações que eram mais favoráveis a uma política de liberalização do comércio (Barlarge, 1998, p. 357).

Hussien et all (2012, p. 44) destacam ter sido registado a presença de protecionismo, com a implementação de programas de liberalização comercial, marcado pela introdução de políticas multilaterais de comércio, como a criação do GATT, em 1947. Para Hussien et al., sem qualquer desprimor de outros programas de liberalização terem sido propagados em outros pontos, fatos apontam que em países da região Ásia Austral registou-se a liberalização por via da implementação de políticas viradas para a liberalização, políticas estas que permitiram a região de observarem, entre outros, efeitos de crescimento.



---

Embora a política de liberalização exista há longos anos, a liberalização continua atualmente a representar um papel importante para o progresso de vários países, em certos domínios, sobretudo em questões de crescimento económico.

Todavia, não se pode negar que apesar da possibilidade de certos países estarem muito ou pouco envolvidos no comércio internacional, até os dias de hoje há ainda visões divergentes entre os economistas, e é real e deve-se ter em atenção que as relações comerciais entre países podem possibilitar o alcance quer de certos benefícios como de perdas, razão pela qual estudos devem continuar a ser feitos, sem deixar de parte países como Angola.

No intuito de aferir que impacto em termos de crescimento pode decorrer por via da liberalização, este trabalho pretende analisar especificamente a relação existente entre a liberalização do comércio externo e o crescimento da economia Angola, com base em estudos empíricos já realizados por outros autores em relação às outras experiências, de modo a responder a seguinte questão: **Que impacto a liberalização do comércio externo provoca no crescimento da economia Angola?**

## 1.2. Objetivo do Estudo

O objetivo geral deste trabalho visa ilustrar que impacto a liberalização do comércio externo pode provocar no crescimento da economia Angola, tendo como *proxy* de liberalização o grau de abertura comercial de Angola. Assim, no intuito de destacar a relação entre a liberalização do comércio e crescimento económico de Angola são considerados como objetivos específicos deste trabalho, responder às seguintes questões:

1. Existe uma relação de Cointegração entre liberalização do comércio externo e o crescimento da economia Angolana?
2. Se há relação, que tipo de relação dinâmica existe a curto e longo prazo entre a liberalização do comércio externo e o crescimento da economia deste país.

- 
3. Se efetivamente existe, há uma direção de casualidade, que tipo de direção é esta?
  4. Deve Angola seguir uma política de liberalização ou não?

### **Hipótese:**

Testar a hipótese para determinar se a liberalização do comércio externo tem um impacto positivo no crescimento da economia Angola.

Primeira hipótese: Se a liberalização do comércio externo resultará em crescimento económico, ou seja, aplicar este paradigma para o caso de Angola.

Segunda hipótese: Se Angola deve ou não seguir atualmente um programa de liberalização do comércio ao mesmo ritmo que os outros países que já passaram por este processo, sendo que os economistas, tais como Chang Ha-joon, defendem que o nível de liberalização não deve ser aplicado a todos as nações do mesmo ritmo.

De forma estruturada, para atingir os objectivos do estudo, neste trabalho foram usados dados recolhidos de algumas fontes ou bases de dados, nomeadamente fontes nacionais e/ou internacionais. No entanto, atendendo que foram encontradas algumas dificuldades em termos de informação ou dados obtidos a partir de fontes nacional, a recolha de dados centrou-se com maior incidência na recolha de dados a partir de bases de dados internacionais, tais como do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Os dados recolhidos foram exclusivamente de natureza de séries temporais, focando em certas variáveis económicas, tais como exportações e importações para e de Angola, taxa de crescimento anual do PIB de Angola, entrada líquida de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) anual em Angola, taxa de inflação anual, grau de abertura comercial anual de Angola, taxa de crescimento do câmbio anual de Angola face ao dólar, PIB nominal, taxa de inflação, PIB per capita e taxa de desemprego.

---

### 1.3. Metodologia

Nos dias de hoje vários estudos empíricos vêm sendo publicados usando como referência diferentes modelos econométricos, incluindo o Modelo de Vetor Autorregressivo, conhecido abreviadamente como VAR. Este modelo, usado para analisar o comportamento de séries temporais, é um método basicamente de natureza estatística (Litterman, 1979, p. 1).

Historicamente, é um modelo que vem sendo usado há mais de três décadas, por vários autores. Segundo Pfaff (2008, p. 1), volvidos alguns anos após a apresentação do modelo, e depois de algumas críticas terem sido dirigidas ao mesmo, este passou por um processo de evolução, e tornou-se até aos dias de hoje como um Modelo de referência em estudos econométricos.

Com as transformações feitas ao Modelo, este que também é usado em trabalhos científicos de variadas natureza, tais como no ramo da economia, pode ser usado para analisar, de forma dinâmica, no mínimo a relação entre duas ou mais variáveis endógenas. Assim, através do Modelo, foram usadas algumas variáveis especificamente para avaliar a possível correlação existente entre a liberalização do comércio externo e o crescimento da economia Angolana.

Em termos de metodologia, entre os testes analíticos feitos, foram realizados testes de natureza econométrica, tais como testes de raízes unitárias e de Cointegração. Outrossim, procedeu-se a estimação de modelo vetor de correção de erros, conhecido como VEC, e analisou-se a relação de Causalidade numa única direção, bem como foram realizados ainda outras análises, designadamente função impulso resposta e decomposição da variância.

---

## **1.4. Estrutura do trabalho**

Estruturalmente, o presente trabalho está dividido em cinco Capítulos, sendo o capítulo I – dedicado a uma breve introdução, em que nela foi destacada, entre outros, o motivo da escolha do tema, a pergunta de investigação e os objetivos definidos para o trabalho.

No capítulo II - fizemos uma breve descrição sobre Angola, destacando resumidamente questões peculiares sobre os fenómenos políticos e económico que influenciam o atual quadro do comércio externo em Angola e a dinâmica de crescimento da economia nacional. Foram analisadas as trocas comerciais entre Angola e outros países, sobretudo trocas entre Angola e os seus principais parceiros económicos.

No capítulo III - foi feita uma breve revisão da literatura sobre as questões ligadas as teorias do comércio internacional e crescimento económico, ilustrando, entre outros, importantes contributos em torno quer do referido comércio quer do crescimento económico, o que de certa forma possibilita uma melhor compreensão de como a liberalização do comércio pode gerar ou não oportunidade de crescimento económico e vice-versa.

Para analisar que impacto a liberalização do comércio externo provoca no crescimento da economia Angolana, no capítulo IV - foi feita apresentação da metodologia e métodos de investigação, que inclui teste de, análises com base no uso de VECM a fim de avaliar o referido impacto e no uso de teste de Cointegração, tendo ainda sido feitas outras análises como função impulso resposta e decomposição da variância.

Por fim, no capítulo V, são apresentadas conclusões, dando possibilidade de extensões adicionais e estudos mais abrangentes poderem ser feitos futuramente em torno da relação entre a liberalização do comércio externo e o crescimento e/ou desenvolvimento da economia Angolana, deixando, no entanto, algumas possíveis





---

recomendações.

## **2. CONTEXTO DO COMÉRCIO EXTERNO EM ANGOLA**

O setor do comércio externo em Angola assume um papel bastante importante para o progresso da sociedade Angolana. No entanto, desde há longos anos, o comércio externo em Angola apresenta um comportamento estático, focado na importação de variados bens, e na exportação de um limitado número de produtos, o que a nível nacional vem contribuindo menos para o crescimento e desenvolvimento de Angola do que este potencialmente poderia contribuir, apesar de terem existido inúmeras transformações políticas e económicas no intuito de melhor serem absorvidas as melhores oportunidades de crescimento e prosperidade.

No contexto referido anteriormente, neste capítulo pensamos ser correto observar as transformações políticas e económicas que Angola vem vivendo após a independência, destacando o fenómeno guerra como parte das transformações, pois a guerra certamente também contribuiu para que não houvesse tanto crescimento por via das relações comerciais entre Angola e o resto mundo.

Com uma visão sobre o quadro político e económico de Angola, apresentamos uma percepção geral do que é o comércio externo em Angola, notando de que este pode desempenhar um maior papel para o crescimento da economia Angola.

No capítulo, notamos igualmente que embora Angola mantém trocas comerciais com outros países, e dispõe de um atual grau de liberalização não tão baixo, a dimensão deste grau é exclusivamente dependente da exportação de um limitado número de produtos. Porém, acreditamos que obter um maior grau de abertura comercial, promovendo a exportação de mais produtos, pode subsequentemente gerar maior oportunidade de crescimento para Angola.

---

## **2.1. Quadro político e económico sobre Angola**

### **2.1.1. Transformações políticas**

Tal como em muitos outros países que passaram por um longo período de conflito armados, a guerra civil em Angola, apesar de ser um dos fenómenos do passado, foi um fator importante que condicionou o progresso do País em várias esferas. Amundsen (2010, p. 1), aborda que para ter-se uma melhor compreensão sobre as transformações neste País, sobretudo nos dois importantes planos, nomeadamente político e económico, é necessário fazer-se uma resenha histórica, descrevendo o longo período de guerra civil que o País viveu durante 27 anos.

No entanto, abordar sobre a guerra é preciso lembrar que antes do surgimento desta, Angola passou por um outro longo período considerado como período da colonização portuguesa, que durou mais de quinhentos anos, tendo esta colonização apenas terminado em 1975, com proclamação da sua independência que trouxe outros desafios para o País.

Depois de conquistada a independência, o País mergulhou num alargado período de guerra civil intensa, disputada entre três movimentos políticos, nomeadamente MPLA, a FNLA e a UNITA. Apesar da guerra ter decorrido durante largos anos, foram registadas importantes tentativas de reconciliação nacional promovidas pelo MPLA e a UNITA, mas que estas duas forças em muitos momentos deram continuidade ao processo de guerra. Por exemplo, como primeira tentativa as duas últimas forças políticas assinaram um acordo, conhecido como Acordos de Bicesse, do qual serviu de base para a realização das primeiras eleições, realizadas em 1992, numa altura em que a FNLA era quase um partido inexistente.

De acordo com Amundsen (2011, p. 1), as referidas eleições foram realizadas com base num então sistema de governação que era novo para Angola naquele período, considerado como sistema multipartidário, deixando para atrás um sistema central único, do qual não era previsto realizações de eleições, ou seja davam-se os primeiros

---

passos para a democratização de Angola.

Assim, no ano de 1992 realizaram-se as primeiras eleições, porém estas foram consideradas como de pouco sucesso do ponto de vista de estabilidade, pois estas resultaram ainda num novo processo de guerra civil que terminou apenas em 2002.

No entanto, com o fim da guerra foram surgindo momentos de eleições. Após realização de outros atos eleitorais depois da guerra civil, recentemente, em Agosto de 2017, realizaram-se as últimas eleições gerais, com base numa recente Constituição, que eliminou a escolha direta do Chefe de Estado por decisão do povo e viabiliza a possibilidade de o cabeça de lista do partido mais votado tornar-se o Chefe de Estado, o que permitiu deste modo que o atual Presidente, General João Lourenço, fosse eleito, em representação do partido MPLA, depois da saída do Presidente cessante, Eng.º José Eduardo dos Santos.

Apesar de ter passado por um longo período de instabilidade, a situação política, que Angola vem vivendo desde o fim da guerra civil atualmente é apontada como sendo estável, e é um dos principais elementos em torno das melhorias que o País foi vivendo, incluindo crescimento económico durante alguns anos.

Porém, apesar de haver uma estabilidade política, o cenário que atualmente Angola vive no plano económico nos últimos anos é considerado com desafiante, com registo de deterioração dos principais indicadores macroeconómicos, e outros problemas socioeconómicos, incluindo aumento do desemprego.

### **2.1.2. Transformações económicas**

Depois da proclamação da independência, conforme destacado anteriormente, Angola entrou num momento de guerra civil, que provocou a degradação gradual do seu tecido produtivo, deixando a economia nacional numa posição fraca, ineficiente do que o País já ostentava durante a colonização, e sem qualquer previsibilidade do surgimento de uma economia devidamente produtiva, com esperança no futuro.

---

A agricultura e outros sectores específicos que caracterizam a produção nacional no período da colonização deixaram de servir como fonte de receita para o Estado angolano, tendo a economia nacional tornando-se substancialmente dependente de minerais, como petróleo e diamantes, que até os dias de hoje são ainda dos setores mais estratégicos de sustento da economia Angolana.

Após da independência, além da deterioração do tecido produtivo nacional, o mau desempenho da economia Angolana esteve associado a questões como a débil coordenação entre o setor monetário e fiscal, acompanhado por uma taxa de inflação bastante alta, instabilidade cambial e má performance em relação a outros indicadores macroeconómicos.

Segundo a CNUCED (2013, p. 2), nos anos oitenta, houve a inserção de dois programas económicos essenciais para a revitalização da economia a fim de criar um melhor ambiente macroeconómico, através da introdução de dois importantes programas de saneamento económico e financeiro e de recuperação da economia nacional, programas estes criados para inverter o mau desempenho da economia, mas que acabaram por fracassar.

Segundo a CNUCED, houve do mesmo modo a tentativa de implementação de outros programas de regaste e reforma da economia, mas estes apresentaram também maus resultados, contribuindo assim mais para o desagradável desempenho da economia nacional durante várias anos ao longo do período de guerra civil.

Em 2002, após terminado a guerra civil, Angola começou a viver um momento de estabilidade, o que criou um conjunto de oportunidades para que o governo trabalhasse de modo a satisfazer as necessidades dos angolanos, como criar um melhor ambiente macroeconómico para que o País pudesse desfrutar durante vários anos o alcance da paz num clima socioeconómico de prosperidade, o que hoje pode-se dizer que não é ainda concretamente o caso.

No entanto, com a conquista da paz foram notavelmente registados inúmeros benefícios económicos para o País, destacando-se o aumento notório do PIB nacional que foi possível mediante vários fatores positivos, incluindo possibilidade de exploração



de outras áreas além daquelas que eram a base de sustento da economia durante o período de guerra, apesar destas não terem sido áreas de tanta importância quando atualmente comparada ao setor mineiro no sustento da economia nacional.

Anos depois de conquistada a paz, o crescimento do PIB deu possibilidade para que o País se posicionasse como uma das economias que mais crescia no mundo, particularmente ao nível do continente africano, o que entendemos por apresentar taxas de crescimento superior a dois dígitos, uma situação pouco comum para muitos países.

**Quadro 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Angola, 2002-2018**

Anos	Indicadores Macroeconómicos				
	PIB nominal em mil milhões de dólares (USD)	Taxas de crescimento do PIB % real	Taxa de inflação (CPI) em %	PIB per capita em dólares (USD)	*Taxa de desemprego em %
2002	12,5	13,7	108,9	690,9	23,7
2003	14,2	4,6	98,2	761,5	23,7
2004	19,6	10,2	43,5	1.023,5	23,6
2005	28,2	20,9	22,9	1.428,4	21,4
2006	41,8	18,9	13,3	2.052,7	19,1
2007	60,4	23,2	12,2	2.882,8	16,8
2008	84,2	13,8	12,5	3.897,5	14,5
2009	75,5	2,4	13,7	3.393,5	12,1
2010	82,5	3,4	14,5	3.599,3	9,9
2011	104,1	3,9	13,5	4.411,6	7,3
2012	115,3	5,2	10,3	4.744,9	7,3
2013	124,9	6,8	8,8	4.988,9	7,3
2014	126,8	4,8	7,3	4.915,9	7,3
2015	102,9	3,0	10,3	3.876,2	7,3
2016	95,3	-0,7	32,3	3.484,5	7,7
2017	124,0	1,5	30,9	4.401,4	8,1
2018	138,2	1,6	20,6	4.762,5	8,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FMI (\* Banco Mundial), 2019<sup>1</sup>

1

<https://data.worldbank.org/country/angola>

---

Segundo os dados constante do Quadro 1 anterior, no período de 2002, o PIB nominal angolano começou por apresentar um valor de 12, 5 mil milhões de USD em 2002, e desde este ano vem mostrando uma tendência média crescente, justificado fundamentalmente devido a gradual expansão da economia Angolana para várias outras áreas.

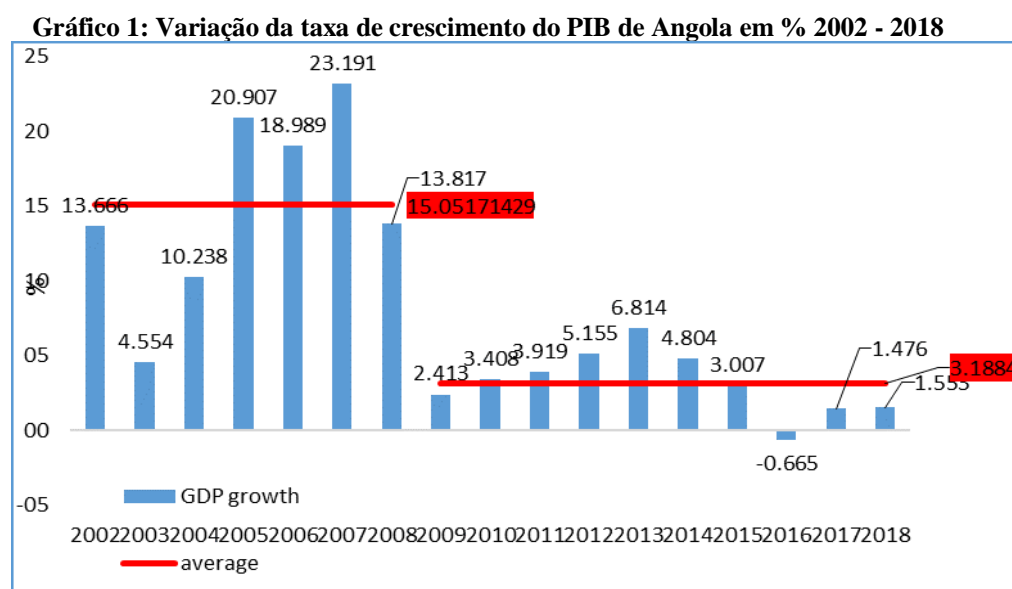
No entanto, *vis-à-vis* ao ano de 2009, registou o seu primeiro ligeiro declínio no ano de 2009, de 84,2, em 2008, para 75, 5 mil milhões de USD, em 2009, respetivamente, devido à crise financeira internacional, todavia, em 2010 retomou o crescimento até o ano de 2014, sendo que em 2015 o seu PIB nominal reduziu para 102, 9 mil milhões de USD, valor inferior ao de 2014.

No período de 2002 a 2015, no Quadro 1, a taxa anual de crescimento real do PIB de Angola, apresentou basicamente diversas variações, incluindo um momento de forte crescimento. A sua maior taxa de crescimento foi atingida no ano de 2007, na ordem de dois dígitos, correspondendo a 23,2 %, seguindo de um período de queda brusca no ano de 2008, situado em 13,8 % como reflexo da crise financeira mundial. A queda foi estendida para o ano de 2009, ano que registou um momento de declínio na ordem de um dígito, tendo o valor sido na ordem de 2, 4%.

Em 2010, as taxas do PIB chegou a subir face ao ano 2009, seguido de um período de crescimento anual progressivo num período anual curto, ou seja até o ano de 2013. Importa salientar que este período de crescimento anual progressivo é sujeito a ser interpretado como momento de registo de taxas de crescimento anual moderado quando comparativamente a taxa anual de crescimento registadas entre o período de 2005 a 2007.

Apesar de desde 2010 a 2013 a taxa de crescimento do PIB ter aumentado anualmente, em 2014, esta taxa vem apresentando um comportamento nítido de tendência de declínio devido a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

O Gráfico 1 ilustra do mesmo modo aquilo que acabamos de destacar como comportamento da economia Angolana, revelando tanto o período de crescimento acelerado como momento de queda acentuada e tendência a declínio, sendo notório que em 2016 Angola registou um período de maior queda nos últimos anos, com negativa taxa de crescimento do PIB.



Em termos de tendências, e observando o atual momento que Angola vive, há ainda a possibilidade de a taxa de crescimento do PIB manter-se baixa nos próximos anos, por conta dos desafios económicos que País enfrenta como ainda a forte dependência ao petróleo e problemas de fórum estruturantes, incluindo processo de regaste de fundos enviados ilicitamente fora de Angola.

Além das alterações do PIB, no período de paz, entre outros indicadores económicos, a inflação, que no ano de 2001 esteve situada na ordem dos três dígitos, percentuais, registou um período de redução acentuada conforme ilustra o Quadro 1, tendo reduzindo de 108,9 %, três dígitos inicialmente em 2002, e para posteriormente 8,8, um dígito de forma progressiva em 2013, respetivamente.

<sup>2</sup> <https://data.worldbank.org/country/angola>

---

Depois de 2002, por força da redução da inflação, obteve-se, inicialmente, uma notória estabilidade do mercado financeiro, e segundo o que Neto e Jamba (2006, p. 4) destacam, isto tornou-se possível mediante a implementação de certas medidas, como introdução do primeiro sistema de pagamento sem uso da moeda em espécie, aumento da disciplina fiscal e melhor coordenação entre os sectores fiscal e monetário.


No entanto, apesar de ter sido notório momentos de redução da taxa de inflação, desde 2015 o País vem registando um período de aumento da taxa anual de inflação. No ano de 2016, foi registado aumento da taxa de inflação o que pode-se entender como preocupante, e segundo dados do FMI, constantes no Quadro 1, apontam que os períodos de 2017 e 2018, a referida taxa esteve cifrada em dois dígitos.

Do lado do desemprego, o Quadro 1 ilustra que a taxa de desemprego anual apresenta um comportamento pouco variável, tendo em conta que nos últimos diversos anos o valor anual desta taxa tem sido quase constante, num escalão máximo abaixo de 10%, e um valor mínimo de 7,3% no período entre 2010 a 2018, porém a taxa de desemprego continua sendo um desafio para o Estado angolano, exalando uma tendência de crescimento nos últimos três anos.

Importa salientar que o forte crescimento económico possibilitou também ao Estado angolano para proceder ao pagamento de uma dívida externa e interna, acumulada. Muito destas tendo sido obtida durante o período de guerra, mas, contudo, nos últimos anos a dívida tornou-se um desafio ainda maior.

Por exemplo, de 2011 a 2012, foi marcado pela redução do rácio da dívida pública externa em percentagem do PIB de 19.7 % para 19,5%, enquanto que a dívida interna em percentagem do PIB também registou uma queda de 11,8%, em 2011, para menos de 9%, 2011 (CPLP, 2014, p. 118). Porém, segundo BNA (2016, p.53) atualmente o rácio da dívida quer pública quer externa vem aumentado, pelo que entendemos que o comportamento seja justificado pelo forte desafio que economia Angolana vem registando nos últimos anos.





---


Nos ótimos momentos económico Angola foi assistindo também um melhoramento do setor de serviço, com especial realce para os sectores relativos aos bancos e seguros. De acordo com o CEI (2016, p. 56), o sector bancário, que pode também ser considerado como atividades de serviço, têm servido de motor para o funcionamento da economia nacional, o que entendemos que tal como este setor, podemos incluir também o sector de seguros em matéria de serviço.

Embora muito foi dito sobre o período de crescimento e de ótimos momentos de desempenho da economia Angolana, é preciso ter-se consciência que o atual contexto económico que Angola enfrenta caracteriza-se como crítico, pouco encantador e complexo, por dois principais motivos, nomeadamente pela ainda dependência do petróleo e pela falta do alcance da diversificação da economia nacional, questões das quais já fizemos referência. Estes dois motivos têm sido igualmente as principais causas, que nos últimos anos, têm provocado declínio dos mais importantes indicadores económicos de Angola.

Depois da mais visível e recente queda do preço do petróleo a nível mundial, que ocorreu no final de 2014, começaram a ser notados os primeiros sinais de desaceleração do PIB, assim como visíveis problemas na economia angolana, surgindo de outras adversidades de fórum socioeconómico, incluindo aumento do desemprego, depreciação do Kwanza e aumento gradual da dívida pública da qual fizemos referência anteriormente.

A diversificação, que se apresenta igualmente como um dos grandes desafios que concorrem para o fraco desempenho da económica Angolana, e vem sendo ainda um dos maiores obstáculos para o progresso económico de Angola, pois a estrutura da economia do País é assente maioritariamente numa única base produtiva conforme referido anteriormente.

O desafio que o País vive em termos de diversificação que não é uma questão alheia ao Estado, é reconhecido, entre outros, por certos organismos internacionais. Assim, pode ser salientado que a implementação de uma política de diversificação económica eficaz poderia possivelmente sustentar um crescimento económico de



---

Angola durante um longo prazo, mas por falta da mesma e outros fatores, o País vem registando nos últimos anos graves problemas económicos.

No recente Programa de Governo<sup>3</sup> (2017) do atual Presidente de Angola, a questão da diversificação da economia aparece também como uma ação de grande importância, mas o que é fato, é que Angola continua ainda confrontada com desafios de atingir um justificável nível de diversificação da sua economia. Assim, podemos salientar que o atual fraco desempenho da economia está igualmente associado a questões como débil empenho do Estado na resolução deste problema.

Além de outras eventuais questões, o problema da baixa de preço de petróleo, combinado a questão da diversificação, permitiu do mesmo modo sublinhar, entre outros fatores, que Angola tem um sector fiscal que até ao momento depende maioritariamente da exportação de um único produto, tornando este país numa posição vulnerável em relação aos choques externos (CPLP, 2014, p. 125).

A sua vulnerabilidade a choques externos está igualmente relacionado ao fraco setor de produção que o País possui, apesar de este ter criado alguns incentivos e políticas de reforço à agricultura e outros setores produtivos, incluindo setor industrial, e ter introduzido reformas estruturantes, mediante a criação de políticas de apoio ao relançamento do setor produtivo.

De uma maneira geral, analisando resumidamente o setor produtivo angolano em duas vertentes, podemos afirmar que o peso deste setor produtivo não petrolífero representa apenas uma porção residual do PIB, ao passo que o setor produtivo petrolífero tem um peso sob o PIB bastante elevado, sendo que este último é uma das principais razões que clama-se para uma maior diversificação da economia nacional o mais breve possível.

Assim, para que haja melhor desempenho da economia Angola, torna-se indispensável criar e ou estimar políticas que procurem responder os atuais desafios do fórum económico que o País vem enfrentado, podendo estas políticas ser extensivas

---

<sup>3</sup> Programa Elaborado pelo partido MPLA.

---

para questões ligadas as relações comerciais entre Angola e o resto do mundo, sendo que estas podem resultar em oportunidade de crescimento.

## **2.2. Relações comerciais entre Angola e o resto do mundo**

### **2.2.1. Regime do comércio externo angolano**

Desde longos anos as relações económicas entre Angola e o resto do mundo é regulada com base num regime comercial abrangente, do qual abarca não unicamente regulamentos de origem nacional, mas também normas regionais e internacionais relacionadas ao comércio externo. Tal como em outros países, o regime ou política comercial de Angola tem sido revisado e expandido em várias ocasiões, procurando obedecer, por um lado, os ensejos do País, e por outro lado, responder os princípios e regras de fórum comercial, dos quais o País vem estando envolvido, incluindo Tratados e Convenções internacionais.

As normas que fazem parte do seu regime comercial têm sido originárias de três principais fontes, nomeadamente por iniciativa nacional, regional ou internacional. A sua legislação comercial, além de abarcar diplomas legais puramente de iniciativa nacional, compreende de igual modo Tratados internacionais, Convenções e outras disposições de carácter regional, muito deles sujeitos ainda serem ratificados internamente.

Na arena do comércio internacional, Angola como Estado soberano, é membro de duas importantes organizações internacionais que trabalham em prol e desenvolvimento de políticas que promovem a liberalização do comércio internacional, nomeadamente a OMA e OMC, tendo aderido as mesmas, em 1990 e 1996, respetivamente.

---

Desde a sua adesão à OMA, Angola vem aderindo a certos instrumentos da organização, destacando para a Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, da qual o Estado aderiu no dia 4 de abril de 2011, introduzindo oficialmente o referido Sistema na sua Pauta Aduaneira depois de ter aderido à Convenção. Vem atualizando a sua Pauta Aduaneira periodicamente de acordo com as emendas acordadas ao nível do Comité do Sistema Harmonizado da OMA.

Ainda recentemente, isto é em Fevereiro de 2017, o País tornou-se o 108º nação a aderir à Convenção da OMA sobre Simplificação e Harmonização de Procedimentos Aduaneiros, conhecida como um dos mais importantes instrumentos da OMA relacionados à facilitação do comércio internacional.

Relativamente a OMC, Angola tem seguido os grandes princípios desta, dentre os quais, o princípio da Nação mais favorecida e outros princípios e regras definidas pelo GATT. Vem participado em vários eventos e programas da organização, e aplica já no seu ordenamento jurídico de matéria de comércio externo muitas das normas estabelecidas nos diversos Acordos da referida Organização de que está vinculado, tais como o Acordo do Valor, que está integrado no Código Aduaneiro Nacional.

Como País não desenvolvido, vem beneficiando do Sistema Geral Preferencial (SGP)<sup>4</sup>. Na senda do referido SGP, de acordo com a CNUCED (2013, p. 24), no âmbito preferencial da União Europeia, Angola vem se beneficiando da iniciativa “tudo, excepto armas” (denominada em inglês- *“everything but arms”*), e pode igualmente ter vantagens em termos de entrada preferencial em outro mercado, incluindo a luz da Lei de Crescimento e Oportunidades de África (denominado em inglês- *“AGOA”*).

---

<sup>4</sup> Sistema criado pela UNCTAD, no final dos anos 60, que visa promover as exportações dos países em desenvolvimento e o crescimento económico destes. Nesta senda, vale apenas sublinhar que este sistema consiste fundamentalmente no tratamento tarifário preferencial unilateral e não recíproco, e é aplicado de forma temporária e autónoma, devidamente autorizado no âmbito da OMC pela Cláusula de habitação, beneficiando os países em desenvolvimento.



---

Atendendo que o País vem implementado uma série de medidas de substituição de importação, a sua política comercial vem sendo voltada para a substituição das importações. Para a OMC (2015, p. 6), as tarifas aduaneiras, aplicadas particularmente aos produtos importados para este território, tem estado a aumentar e diminuir, numa margem entre 2% a 50% nos últimos anos, respetivamente.

Os produtos importados para Angola normalmente são sujeitos ao pagamento de direitos aduaneiros e imposto de consumo, ambos considerados como os principais encargos para a entrada de produtos no País, mas adicionalmente devem ser pago outras obrigações, incluídas aduaneiras e não aduaneiras, das quais podemos incluir, os emolumentos gerais aduaneiros relativo aos serviço aduaneiro prestado, o imposto de selo e as taxas especiais aplicadas para as importações de um restrito número de bens, incluindo de luxo.

De uma forma geral, as mudanças tarifárias nos últimos anos vem cada vez mais agravando a taxas, particularmente para caso bens dos quais há já produção nacional, e ilustram um comportamento protecionista. Em harmonia com a versão 2012 do Sistema Harmonizado, a atual Pauta Aduaneira Angolana, que está em vigor desde 2014, eliminou as taxas de 0 %, 5% e 15%, mas fazem parte desta as taxas de 2%, 10%, 20%, 30%, 40% e 50% (OMC, 2015, p. 34).

De acordo com as especificações definidas pelo Sistema Harmonizado da OMA, a Pauta Aduaneira de Angola, dispõe deste modo de 6 dígitos de que faz referência o referido Sistema, tem mais de 5 mil linhas tarifárias, e existe uma variação das taxas conforme já mencionado entre 2% a 50%, como valores mais baixo e mais alto, respetivamente (OMC, Ibidem).

De uma forma geral, segundo a CNUCED (2013, p. 26), observar-se que a média simples das tarifas NMF<sup>5</sup> de Angola por grupos de produtos que entram no País é mais elevada sobre as bebidas, o tabaco, petróleo, peixe e outros frutos do mar, café e

---

<sup>5</sup> Nação Mais Favorecida

---

chá, e vestuários. Do mesmo modo, para os demais produtos a tarifa média é de aproximadamente 10%, mas em regra geral as tarifas são bastante elevadas para as importações.

No entanto, para aqueles produtos sujeitos ao pagamento de tarifas do lado das exportações, segundo a OMC (2015, p. 46), a Pauta fixa os direitos de exportação sob o valor f.o.b, tal como é aplicado para o caso das tarifas de importação, pelo que os valores dos direitos de exportação para aqueles bens sujeitos ao pagamento de tarifas de exportação são baixo, variando entre 10 a 20%, quando comparados aos direitos aplicados aos bens importados (OMC, Ibidem).

Tal como no caso das importações, vale apenas sublinhar que as exportações de Angola, além de serem sujeitas aos direitos de exportação, estas estão do mesmo modo sujeitas ao pagamento de outras despesas a serem, arrecadadas pelas Alfândegas nacional, tais como impostos de consumo e de selo, emolumentos gerais aduaneiros e outras taxas aplicadas aos produtos especiais, isto é no caso de certos minerais exportados em estado bruto (OMC, 2015, p. 46).

Segundo a OMC (2015, p. 44), desde vários anos passados, Angola é um País que não tem legislação referente a medidas *anti-dumping*, *countervailing* ou salvaguarda, pelo que não existe tão pouco qualquer informação recentes de que o País venha brevemente a fazer o uso das referidas medidas. O seu quadro relativamente ao regime comercial nacional vem desempenhado um papel importante nas trocas comerciais que o País mantém com o resto do mundo.

No contexto do seu quadro comercial, Angola vem mantendo relações comerciais com diversos países sobretudo com os seus principais parceiros, pelo que estas relações são mantidas ao abrigo do referido quadro.

---

### **2.2.2. Principais parceiros comerciais de Angola**

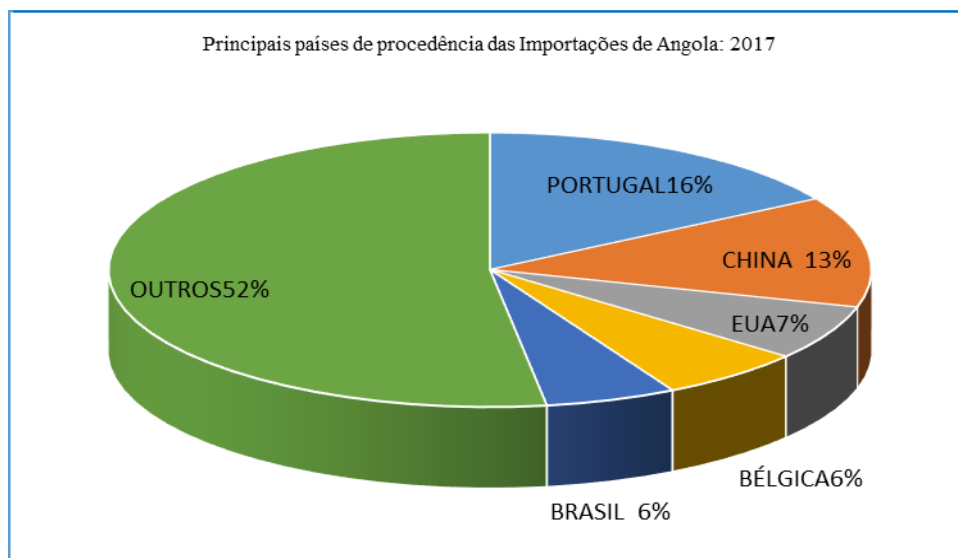
As transformações ocorridas em Angola após o ano de 1975 tiveram um papel preponderante nas atuais relações comerciais entre Angola e o resto do mundo, e contribuíram fortemente para que o País se tornasse dependente de outras nações. Conforme anteriormente foi referido, indiscutivelmente Angola passou gradualmente para um País vulnerável a choques externos, devido a sua grande dependência das importações e exportações, ou seja ao setor do comércio externo.

Após o período de 2002, atendendo o fato de que houve uma enorme degradação do tecido produtivo nacional durante o conflito armado, Angola começou a viver um momento de estabilidade que foi se expandido aos mais diversos setores, incluindo de comércio externo. O País vem mantendo a sua posição de importador de variados bens, e continua tendo a sua estrutura de exportação concentrada em recursos mineiras, mantendo relações comerciais com um limitado número de países.

Em termos de relações comerciais, na vertente das importações, apesar de manter relações com diversos países, no Gráfico 2, podemos notar que em 2017, Angola teve Portugal como o seu principal País de procedência das suas importações, tendo o peso das importações com este País representando 16% do volume total de importações.

O Gráfico 2 seguinte ilustra ainda que as importações para Angola, provenientes de China, ocuparam a segunda posição, representando 13 % do volume total das importações, ao passo que os Estados Unidos da América aparece como o terceiro País de procedências das importações para Angola, representando um peso de 7% do total do volume das importações, respetivamente no ano de 2017.

**Gráfico 2: Principais países das importações para Angola em 2017**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNA, 2019<sup>6</sup>

Através do Gráfico 2 podemos observar que a Bélgica e o Brasil, ambos os países estiveram posicionados entre quarto e quinto dos maiores países de proveniência das importações para Angola, tendo as suas importações representado 6% do volume total das importações para o País.

Importa salientar que no contexto do Gráfico 2, a China, apesar de em 2017, ter ocupado a segunda posição como o maior país de proveniência das importações para Angola, as suas importações, nos últimos anos vêm crescendo, mas historicamente Portugal desde longos anos vem sendo a principal fonte de procedência das suas importações, porém é digno de notar ainda que nos últimos 12 anos as relações comerciais com a China vêm visivelmente tendo ganhando maior visibilidade.

No domínio das exportações, Angola mantém relações económicas com um número bastante limitado de países, cobrindo essencialmente um pequeno número de produtos enviados para o resto do mundo, do qual destaca-se em grande dimensão ou significativamente à exportação de petróleo bruto e mineiros como o diamante.

Desde o momento que Angola decidiu criar parcerias estratégicas com China no

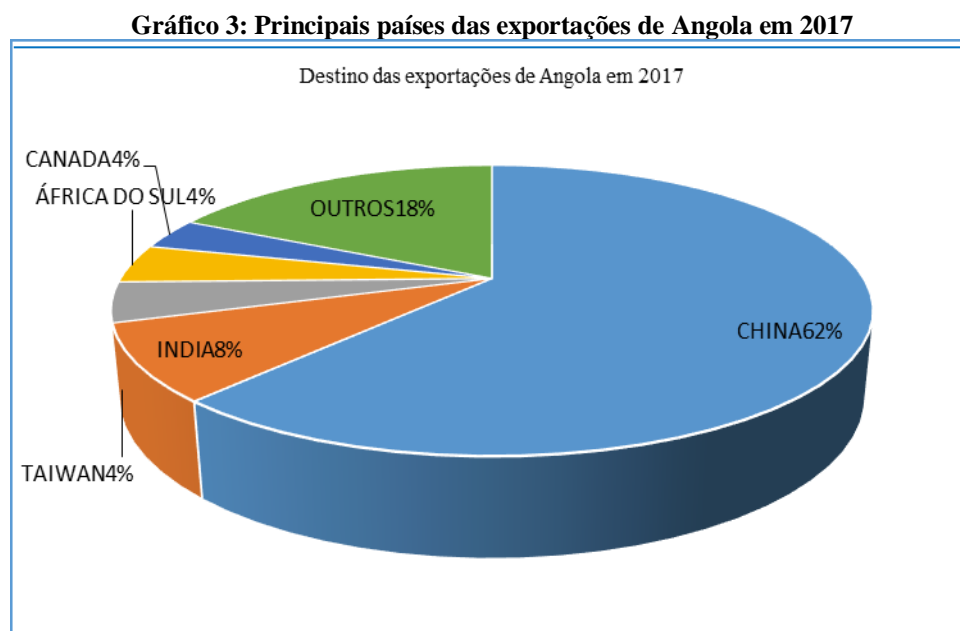
<sup>6</sup>[http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=15419&idsc=15426&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15426&idl=1)



âmbito do processo de reconstrução nacional, processo que iniciou momentos depois do fim da guerra civil, a relação comerciais no domínio das exportações entre estes dois países igualmente vem incrementando de forma satisfatória, mostrando de que não se estende exclusivamente as importações, conforme fizemos referência anteriormente.

Assim, a China vem se posicionando como o principal cliente de Angola, adquirindo, em média, 45% do valor das exportações de petróleo bruto de Angola, nos últimos anos. Historicamente, a China atingiu a posição de principal país de destino das exportações de Angola, em 2007, depois de ter ultrapassado os Estados Unidos da América que desde a independência tinha sido o principal País de destino das exportações de Angola (CEIC 2014, p. 146).

Assim, segundo Gráfico 3, no ano de 2017, a China foi igualmente o primeiro País de destino do petróleo de Angola, tendo as exportações para este país representado do mesmo modo 62% do valor total das exportações de Angola.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNA, 2019<sup>7</sup>

<sup>7</sup> [http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=15419&idsc=15423&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15423&idl=1)

---

De igual modo, o Gráfico 3 ilustra que, em 2017, a Índia, esteve posicionada como segundo maior país de destino das exportações de Angola, tendo o valor das exportações para este país sido 8% do total das exportações de Angola. A África do Sul, Canadá e Taiwan, afirmaram-se como terceiro, quarto e quinto maiores países de destino das exportações de Angola, representando uma percentagem bastante baixa quando comparativamente a China, e do mesmo modo baixo quando comparando com a Índia.

Os dados estatísticos mostram que nos últimos sete anos Angola tem tido maior relação comercial no que diz respeito às exportações com os países asiáticos, tendo com estes países atingido 65% do valor das exportações em 2014 quando comparado com os países Europeus, cujo o nível esteve em 19% do das exportações, e com os EUA, cujo nível este em 13%, respetivamente neste mesmo ano (CEIC 2014, p. 146).

Em 2017, a forte relação em termos de principal destino das suas exportações para mercado asiático foi igualmente notória, representando no Gráfico 3 62% do valor total das exportações, um nível bastante superior quando comparado com percentagem do valor exportado para a Europa que do ponto de vista agregado posicionou-se como segundo mercado.

De uma maneira geral, em termos de relação comercial, quer na vertente de importação quer de exportação, analisando o volume das trocas comerciais que Angola vem mantendo com o resto do mundo, podemos sublinhar que os fluxos do comércio estão pouco virados para os países africanos, tendo em conta que muito desta relação é com países asiáticos, dos quais a China é considerado como um dos parceiros comerciais de Angola.

---

### **2.2.3. Balança comercial Angolana**

A Balança Comercial de Angola expressa a relação económica entre Angola e o resto do mundo, ilustrando questões do fórum comercial, e é parte integrante da Balança de pagamento que engloba aspectos tanto do fórum comercial como financiamento. A Balança de Comercial, por ser parte integrante da Balança de Pagamento, torna-se justificável primeiramente obter uma visão geral sobre a Balança de Pagamento, antes de analisarmos a mesma.

De acordo com o BNA (2016, p. 8), para proceder-se a compilação da Balança de Pagamento em dólares, é imperioso considerar todas as transações económicas realizadas entre os residentes e não residentes de Angola durante um determinado período, geralmente um ano, e esta responsabilidade é da competência do referido Banco.

De uma forma geral, analisando, as dinâmicas relativas à Balança de Pagamento desde o momento que Angola conquistou a paz, podemos destacar que o saldo da Balança de Pagamento vem apresentando o comportamento variável, tendo registado uma tendência de saldo positivo (superavit) durante vários anos.

No entanto, nos últimos anos a Balança de Pagamento vem mostrando uma tendência mais virada para registo de saldo negativo( deficitário) principalmente por influência do mau desempenho da economia Angolana que como vimos é fortemente depende do setor de petróleo, um setor que notavelmente desde 2014 a sua contribuição não têm sido suficientemente capaz para contrapor quaisquer tendência deficitária ao nível da Balança de Pagamento.

Alguns anos após a crise económica e financeira mundial que fez com que Angola registasse um dos mais visível deficit da Balança de Pagamento no ano de 2009, em 2014, as contas externas de Angola voltaram manifestar um défice global estimado em cerca de 2,6 mil milhões de dólares por conta também da quebra do preço do petróleo, que sofreu uma queda de 111 USD/barril, em Junho de 2014, para 62 USD/barril, em Dezembro do mesmo ano (CEIC, 2014, p. 46).

---

Apesar da Balança de Pagamento cobrir vários outros itens, incluindo questões de serviço, de rendimento, de fórum capital e financeiro, um dos aspectos que igualmente pode ser importante fazer referência é o comportamento da Balança Comercial na vertente de importação e exportação de bens, do qual pode ser analisado através da conta corrente unicamente em questões de bens.

Assim, relativamente a Balança Comercial, vale apenas frisar que tal como em outros países, esta representa o fluxo de comércio externo, e seu funcionamento esta interligado a política macroeconómica do País. Para a compilação desta Balança, o Banco Nacional essencialmente recebe informações das Alfândegas que por sua vez mantém um contato direto e mais aproximado relativamente as transações comerciais que são realizados quer no domínio das importações quer das exportações.

A conta corrente, na vertente de bens, cumpre um papel peremptório para o crescimento e desenvolvimento da economia Angolana, atendendo que Angola é um país fortemente dependente quer das exportações como das importações, cujos valores anuais são ilustrado na sua Balança de pagamento anual.

No caso da conta corrente, teoricamente quando as exportações excedem as importações em matéria de bens, podemos também usar a expressão de que houve um superavit na conta corrente da Balança Comercial Angolana, ao passo de quando ocorre o inverso, ou seja quando as importações superam as exportações, dizer que houve um deficit na referida da Balança, conforme aplica-se para o caso de analise da Balança de Pagamento já anteriormente destacado.

Com os desafios que enfrenta a economia Angola, regista-se que desde 2014, a conta corrente vem apresentado um tendência deficitárias, provocado devido os sucessivos défices da mesma que estão associados a redução significativa não somente das exportações petrolíferas, mas também défices crónicos na balança de serviço e rendimento (CEIC, 2016, p. 147). Igualmente, vimos que os défices estão também relacionado com a situação de Angola apresentar uma estrutura de exportação pouco diversificada.



---

No entanto, segundo a CEIC (2013, p. 153), a diversificação representa um valor acrescentado na melhoria dos termos de trocas comerciais de qualquer País. Assim, esta mesma importância que se atribui a diversificação aplicasse igualmente para o caso da conta corrente de Angola em matéria de bens.

Ainda relativamente a conta corrente em matéria de bens, informações apontam que a conta mostra que a economia Angola é aberta ao resto do mundo, pelo que este comportamento deve-se unicamente por força de influência também da exportação de petróleo que Angola envia para o exterior do País.

Abordando sobre as exportação de forma detalhada, a conta corrente em matéria de bens está virada para exportações de um limitado número de produtos, destacando-se para produtos como petróleo bruto, que em 2014, representou 98% do valor total de produtos exportados, e diamantes, que teve um peso menos de 1,5% do valor total das exportações no ano em referência, bem como outros produtos, incluindo café, madeira e peixe, que tiveram um peso residual (CEIC, 2014, p. 146).

A forte dependência da conta corrente num limitado número de produtos desde longos anos, com realce ao petróleo, representa um fraco grau de diversificação da economia nacional, pelo que vale apenas destacar que entende-se que esta posição esteja associada às transformações que caracterizam duas épocas, nomeadamente durante os períodos de guerra e pós-guerra.

Assim, a alta produção e exportação de petróleo, decorrente em função da destruição do tecido produtivo de Angola por força da guerra, passou a garantir uma fonte segura de Angola na obtenção de divisas para o País saldar os seus compromissos em moedas estrangeiras resultante das importações e ou pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos no exterior.

Porém, embora viva um período já de estabilidade política, a conta corrente em matéria de bens continua apresentando um quadro sem grandes perspectivas futuras nos próximos anos de haver uma diversificação da sua economia do ponto de vista do que é exportado por Angola.

---

Por um lado, argumentos apontam a falta de descentralização do poder económico, associado à ausência de uma democracia madura capaz de introduzir a descentralização do poder, como sendo também principais motivos que perigam a introdução de uma economia diversificada, sendo que ambos aspectos andam de mão dadas. Por outro lado, a falta de discussões sobre a diversificação é uma prática que se observa a nível dos países ricos em recursos naturais, pelo que também pode ser visto como empecilho na diversificação económica (CEIC, 2013, p. 153).

Os motivos referidos acima, associadas a falta de experiência e de recursos humanos qualificados, bem como problemas estruturais e ausência de fortes mecanismos institucionais podem ser igualmente designados como outros fatores que concorrem para o baixo índice de diversificação da economia Angolana, fazendo com que o País tenha uma estrutura de exportação centrada no mais reduzido número de produtos para oferecer ao resto do mundo.

Em função da sua forte dependência ao petróleo, os últimos choques externos provocados pela desaceleração da economia mundial e pela queda intensificada do preço do petróleo, afectaram, e vêm provocando deficits na balança comercial angolana.

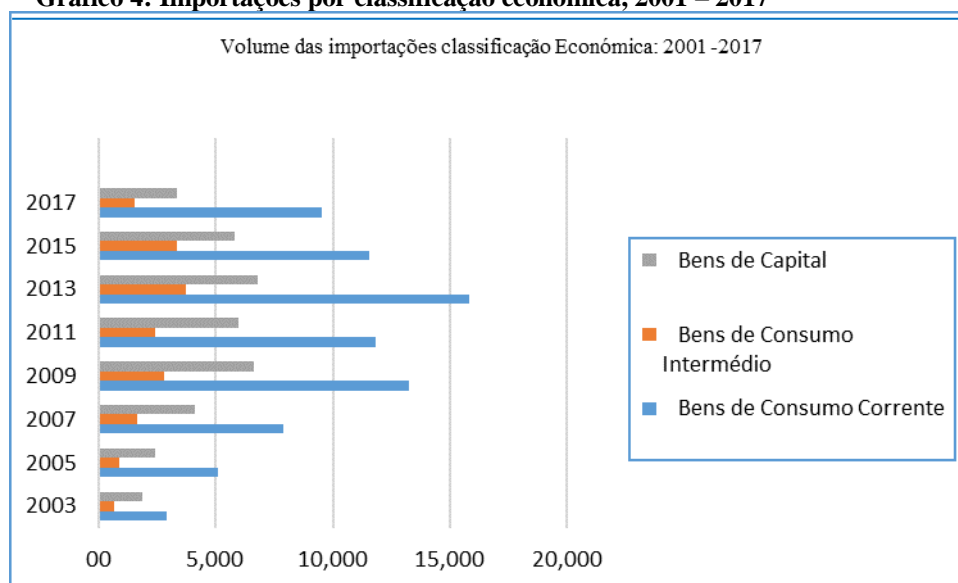
Embora no ano 2015 as importações para Angola terem apresentado um declínio por força dos atuais desafios que a economia nacional vai enfrentado, as importações em Angola foram aumentando consideravelmente nos últimos anos, causando um impacto negativo nos termos de trocas comerciais de Angola.

Assim, agrupando as importações de mercadorias para Angola em três dimensões de bens, tais como de capital, de consumo intermédio e consumo corrente, no Gráfico 4, podemos observar as alterações ocorridas no que concerne ao volume das importações.

De uma forma geral, o Gráfico 4 ilustra que no período entre 2001 a 2017, as importações para Angola registaram um aumento de volume de bens importados, estando as mesmas concentradas maioritariamente em bens de consumo corrente, seguido da importação de bens de consumo capital, e por fim de bens de consumo

intermédio.

**Gráfico 4: Importações por classificação económica, 2001 – 2017**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNA, 2019 <sup>8</sup>

Relativamente aos dois bens mais importados por Angola referido no Gráfico 2.4, importa salientar que o peso destes na estrutura de importação de Angola deve-se ao fato de o País ser dependente de uma gama de importação de bens de consumo, ao passo que a sua dependência em matéria de importação de bens de capital considera-se em função da aplicabilidade destes bens com fim de apoiar a transformação da economia Angolana, mediante a aposta em sectores como construção, indústria e outros.

Portanto, após uma análise dos principais elementos que compõem a Balança Comercial Angolana, através do Quadro 2, podemos ter uma percepção do comportamento do saldo comercial nos últimos cinco anos, cobrindo o período de 2010 a 2015. O saldo vem apresentando um gradual declínio devido a queda das exportações e uma ligeira tendência de crescimento das importações no período em referência.

<sup>8</sup> [http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=15419&idsc=15424&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15424&idl=1)

**Quadro 2: Evolução da Balança Comercial Angolana, em % do PIB, 2011-2017**

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Exportação (%)	60,1	55,5	49,9	40,6	28,6	27,3	28,3
Importação (%)	18,1	18,5	19,3	19,6	17,8	12,9	11,8
Saldo comercial	42	37	30,6	21	10,8	14,4	16,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNA, 2019<sup>9</sup>

Uma questão que deve ser digna de reconhecimento é que a exploração de petróleo em Angola tem uma influência forte na balança comercial nacional. As exportações deste produto foram responsáveis por acima de 80% do total das exportações nos anos passados.

De acordo com o Quadro 3 seguinte, podemos ver a influência que o comércio internacional exerce sob a economia Angolana, mas entendemos que a economia não tem absorvido as oportunidades de comércio ao máximo possível.

Segundo ainda o Quadro, entre 2010 e 2014, podemos observar que o grau de abertura comercial de Angola vem se posicionando acima do valor de 50%, uma situação que depende sobretudo do peso que o setor petrolífero representa na economia Angolana.

Em 2014, registou-se uma queda notória de quase 7% devido a queda do preço do petróleo é um tímido crescimento do PIB, ou seja um único produto provoca variações observáveis no que se refere ao grau de abertura comercial de Angola.

<sup>9</sup> [http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=15419&idsc=15428&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15428&idl=1)



**Quadro 3: Grau de Abertura Comercial (X+M)/PIB, em dólares nominal 2010 - 2014**

Ano	*PIB nominal em mil milhões de dólares USD	Exportações nominal em mil milhões de dólares USD	Importações nominal em mil milhões de dólares USD	Grau de abertura %
2010	82,5	50,6	16,7	81,5
2011	104,1	67,3	20,2	84,1
2012	115,3	71,1	23,7	82,2
2013	124,9	68,2	26,3	75,6
2014	126,8	59,2	28,6	69,2
2015	102,9	33,2	20,7	52,3
2016	95,3	27,3	12,5	41,7
2017	124,0	33,1	19,5	42,4

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNA (\*FMI), 2016<sup>10</sup>

A abertura é determinada por dois grandes fatores, nomeadamente pelo volume de importações de que o país importa do resto do mundo e pelo que as exportações pesam sob o PIB nacional que, mesmo nos últimos anos, as exportações continuam a representar em média um valor que ultrapassar 50% do peso PIB (CEIC, 2014, p. 145).

No contexto de Angola, através de uma análise quer da conta corrente em matéria de bens e outros fatores, não seria prudente dizer que economia Angola é aberta ao resto do mundo, ou seja que tem um grau de liberalização mais adequado, pois o atual grau de liberalização deve-se maioritariamente por força de influência da exportação de petróleo que Angola envia para o exterior do País, que apesar de causar níveis alto do grau de abertura ou liberalização entendemos não ser o mais realista.

Pela sua complexidade económica ligada a falta de produção interna suficiente, e a outros desafios como tendência de declínio da economia nacional, bem como carência de um sector industrial para fazer face as necessidades nacional, Angola é um país dependente do comércio externo seja por via das importações como das exportações, a liberalização poderá representar uma importante alavanca para o melhor funcionamento da economia Angolana, particularmente em matérias de crescimento económico.

<sup>10</sup> [http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=15419&idsc=15421&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15421&idl=1)

---

Deste modo a importância da abertura do comércio para economia Angolana, é necessário explorar oportunidades para avaliar o possível impacto que a liberalização pode provocar a Angola, particularmente se estas pode causar um impacto negativo ou positivo no crescimento da economia Angolana.

### **3. TEORIAS LIGADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO, E SUA RELAÇÃO**

A relação entre o comércio internacional e o crescimento económico continua ainda a ocupar um espaço na literatura económica contemporânea. Analisando a referida literatura, é quase consensual de que existe ainda uma polarização de ideias quanto a relação entre o comércio internacional e crescimento, longe de haver uma posição unívoca, pois tanto há autores que defendem de que existe uma relação positiva como há aqueles que ressaltam de que esta relação é negativa.

Neste capítulo, com objectivo de melhor compreendermos a relação entre ambos referidos os fenómenos, nomeadamente comércio internacional e crescimento económico, procedemos uma investigação sobre algumas das grandes teorias ou contribuições essenciais várias vezes citadas como sendo os pressupostos básico na construção dos ideias relacionados ao comércio internacional e ao crescimento, destacando a visão ortodoxa concernente aos dois conceitos.

Após uma análise sobre ambos os fenómenos de forma isolada, com um melhor grau de compreensão sobre os dois fenómenos, apresentamos alguns argumentos em torno da relação existente entre o comércio internacional e o crescimento económico, salientando importantes contribuições que podem ser usadas em estudos empíricos sobre a referida relação.

---

### **3.1. Surgimento das teorias do comércio internacional**

#### **3.1.1. As duas importantes teorias clássicas do comércio internacional**

##### **3.1.1.1. Teoria das vantagens absolutas**

A teoria das vantagens absolutas referente ao comércio internacional foi um marco importante para o surgimento do princípio das vantagens comparativas. Esta teoria, criada por Adam Smith, no final do Século XVIII, surgiu fundamentalmente como forma de contrapor os ideais mercantilistas, tendo através desta Smith defendendo como base o pensamento de que o livre comércio engendra efetivamente um situação *win-win* (ganha-ganha) para os países envolvidos.

Segundo Smith, o comércio era mais correto ser feito mediante uma abordagem, através da qual os países, por um lado, deveriam especializar-se e exportar bens dos quais tinham já vantagens absolutas, e por outro lado, estes países eram encorajados a importar aqueles bens dos quais os seus parceiros comerciais possuíam vantagens absolutas.

De uma forma mais clara, em outras palavras, o comércio era possível com base numa visão de que cada País deveria especializar-se na produção de grandes quantidades de bens dos quais era possível produzir a um preço mais baixo em relação aos seus parceiros comerciais, e trocar por sua vez parte da produção excedente por bens que custassem menos do ponto de vista de produção nos países dos seus parceiros comerciais, ou seja qualquer um dos países que possuísse vantagens absolutas deveria especializar-se na produção de bens cuja a sua produção resultaria da menor utilização de quantidade de insumo para produzir os bens de menor custo no que se refere à produção (Coutinho *et al*, 2005, p. 102).

Smith era de opinião que dois aspectos desempenhavam um papel crucial para que se criassem vantagens absolutas, nomeadamente os ganhos relacionados com a possibilidade de os países produzirem bens que possibilitassem os mesmos de apostarem na especialização e a obtenção de economia de escalas em termos de produção, assumindo que houvessem condições interna para que os países envolvidos no comércio pudessem produzir.

Assim, por possuir vantagens absoluta, um País deveria exportar aquilo que excedesse o seu consumo interno no que toca ao bem produzido na condição de vantagem, uma situação que daria ao mesmo a possibilidade de obter receitas para permitir este de importar bens de outros países que tivessem vantagens na produção de um outro determinado produto, de modo que o comércio internacional servisse assim como alavanca do bem-estar de cada sociedade envolvida (Ibidem, p.102).

Apesar de existir já uma vasta literatura sobre o comércio internacional no que toca às vantagens absolutas, a teoria destas vantagens pode ser apresentada ou explicada com base em diferentes exemplos.

Através do Quadro 4, apresentamos a situação de dois países, identificados como países X e Z, ambos que produzem dois destintos tipos de produtos, nomeadamente cortiça e algodão antes de estarem envolvidos no comercio internacional.

**Quadro 4: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países**

Países, X e Z	CP <sup>11</sup> (horas de trabalho necessárias para produzir 1 unidade)		N. total de horas
	cortiça	Algodão	
X	200	160	360
Z	180	240	420
N. total de horas	380	400	780

Fonte: Elaboração própria

<sup>11</sup>CP - Custo de produção do bem em causa



Assim, observando o Quadro 4, torna-se possível notar que na ausência do comércio internacional, o número total de horas para que haja a produção total de cortiça e algodão é de 780.

Smith, na sua teoria sobre as vantagens absolutas, explica que o comércio internacional é possível entre os dois países numa situação em que X deve produzir Algodão, ao passo que Z deve produzir cortiça, respetivamente

Segundo a teoria, a determinação sobre qual o bem que o país X ou Z deve produzir pode melhor ser compreendida analisando o Quadro 5. Assumindo que X produz duas unidades duplicando o número de horas definida anteriormente, este vai produzir uma unidade de algodão para o consumo interno e exportar o excedente ou a segunda unidade para o país Z, ao passo que Z no âmbito da teoria absoluta deixa assim de produzir cortiça.

No caso de Z, para produzir duas unidades de cortiça, duplicando as horas de trabalho, este vai consumir uma unidade como consumo interno e a unidade excedente será exportada para o país X, numa condição de que X deixa de produzir cortiça.

**Quadro 5: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países**

Países, X e Z	CP (horas de trabalho necessárias para produzir 2unidades)		N. total de horas
	cortiça	algodão	
X	0	320	320
Z	360	0	360
N. total de horas	360	320	680

Fonte: Elaboração própria

Assim, olhando para o número total de horas, podemos sublinhar que o comércio será benéfico para ambos os países na condição em que X se especializa na produção de algodão, ao passo que Z deve ser especializar na produção de cortiça, algo que será favorável para os dois países, sendo que haverá uma diminuição do número

---

total de horas, mesmo na condição de que ambos os países passam a produzir maior quantidade do bem que foram determinados para produzir.

Portanto, na senda da teoria das vantagens absolutas, a troca é mutualmente benéfica para os dois países, pois a exportação de um bem produzido em excesso por um destes países permite que o determinado País possa importar aquilo que não tem excedente em termos de produção e vice-versa, devendo este princípio permitir ambos os países envolvidos no comércio de gerarem receitas equivalente ao excedente de modo que haja um contínuo comércio entre os mesmos países.

Apesar da teoria das vantagens absolutas ter sido difundida e aceite amplamente durante várias décadas, esta teoria não deixou de ser criticada, pois foram apresentadas algumas críticas. Por exemplo, em termos de críticas, foi apontado de que esta teoria assume o custo de produção como estando associado à horas de produção e reconhece que existirão sempre condições de produção, questões que não correspondem com a realidade, sendo com base nesta crítica uma das que originou o surgimento das vantagens comparativas.

#### **3.1.1.2. Teoria das Vantagens comparativas**

As principais insuficiências relativas a teoria das vantagens absolutas deram origem a outras contribuições, sobretudo ao aparecimento de importantes teorias, que buscam responder algumas questões que não foram devidamente tidas em conta pela teoria das vantagens absolutas em relação ao comércio internacional.

Segundo a literatura sobre o comércio internacional, a teoria das vantagens comparativas assenta num peculiar paradigma, em que o trabalho representa uma das principais fontes de riqueza de um País, sendo este considerado como fator chave que influenciou David Ricardo a formular a teoria das vantagens comparativas (Sarquis, 2011, p.31).

---

O trabalho, considerado como fator de produção indispensável, é uma questão importante para que os países tenham abertura comercial, e da possibilidade de haver comércio entre os países mesmo na ausência de um País ter menor custo de produção em relação ao outro do qual tem intenção de manter trocas comerciais (Ibidem, p.32).

No âmbito destas vantagens, a questão essencial é que cada País deve especializar-se na produção de bens em que este consegue produzir de forma mais eficiente, não em termos absolutos conforme defende Smith, mas sim em termos relativos, ficando deste modo em segundo plano a necessidade de um País ter de produzir a menor custo de produção em relação a outro, porém produzir a menor custo de produção não deixa de ser importante para o País. Assim, de forma mais clara, Ricardo apud Sarquis (2011, p.31) afirma que :

*« Ricardo (1817) concluiu que os ganhos do comércio não dependiam apenas do intercâmbio de bens produzidos a menores custos, mas também do uso globalmente mais eficiente e pleno das capacidades produtivas disponíveis nos países. Para tanto, cada país deveria especializar-se nos bens em que é mais eficiente, em termos relativos, independentemente de haver países que sejam ainda mais eficientes nesses mesmos bens ».*

Assim, é claramente importante afirmar que para Ricardo a sua teoria reflete na questão do custo de oportunidade relativa de uma opção de produção em relação a outra, ao invés de apenas considerar às diferenças em termos de questões absolutas conforme Smith havia apresentado.

Ricardo construiu as suas ideias, levando em consideração os iniciais pressupostos que foram usados para explicar as vantagens absolutas. Deste modo, podemos apreender a teoria de Ricardo observando o Quadro 6, usando como referência os dois países já apresentados inicialmente para estudar as vantagens absolutas, assumindo que estes produzem os mesmos bens segundo as horas de trabalho indicadas no Quadro 6.

**Quadro 6: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países**

Países, X e Z	CP (horas de trabalho necessárias para produzir 1 unidade)		N. total de horas
	cortiça	Algodão	
<b>X</b>	<b>200</b>	<b>240</b>	<b>440</b>
<b>Z</b>	<b>180</b>	<b>160</b>	<b>340</b>
<b>N. total de horas</b>	<b>380</b>	<b>400</b>	<b>780</b>

Fonte: Elaboração própria

Através do Quadro 6 é possível visualizar que o País Z na produção de ambos os produtos apresenta menor número de horas, ou seja Z é mais eficiente que X, uma situação diferente da que foi apresentada ao ser analisada as vantagens absolutas. Na visão de Ricardo, a determinação de que produto deve ser produzido por um dos dois países é determinado analisando o custo de oportunidade, ou seja deve ser calculado o custo de oportunidade relativo a produção dos bens.

Deste modo, no Quadro 7, construído seguindo os fundamentos anteriores de que o país Z apresenta vantagens absolutas na produção quer de cortiça quer de algodão, é importante notar que em termos de custo de oportunidade vimos que X deverá especializar-se na produção de cortiça, enquanto que o País Z deverá especializar-se na produção de algodão, respetivamente, pois estes países apresentam menor custo de oportunidade no que toca aos países que devem especializar-se.

**Quadro 7: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países**

Países, X e Z	CP (horas de trabalho necessárias para produzir 1 unidade)			
	cortiça	CO <sup>12</sup>	Algodão	O.P
<b>X</b>	200/240	0,83	240/200	1,20
<b>Z</b>	180/160	1,13	160/180	0,89

Fonte: Elaboração própria

<sup>12</sup> CO- Custo de oportunidade



Assim, assumindo de que os países X e Z se vão especializar na produção dos bens já definidos, ou seja X, na produção de cortiça, e Z, na produção de algodão, respetivamente, no Quadro 8, vimos que haverá um ganho em caso dos países envolverem-se no comércio internacional, sendo que para cada país produzir duas unidades do bem que se deve especializar, o número total de horas de produção de ambos os bens será de 720, o que subtraindo ilustra uma diminuição de número total de horas de trabalho de 60 horas (780-720), representando o ganho para ambos caso estejam envolvidos no comércio internacional.

**Quadro 8: Estrutura de custo de produção de dois bens em dois países**

Países, X e Z	CP (horas de trabalho necessárias para produzir 2 unidades)		N. total de horas
	cortiça	Algodão	
X	400	0	320
Z	0	320	360
N. total de horas	400	320	720

Fonte: Elaboração própria

Portanto, fica claro que para David, o que é importante para que haja livre comércio entre os países é que a especialização seja feita tendo em conta as vantagens comparativas, ao invés do comércio ser nulo entre ambos por força de não ser analisado o custo de oportunidade.

Através dos argumentos, julgamos ser corretamente afirmar que o conceito de vantagens absolutas não é suficiente para determinar o nível de especialização, pelo que desta maneira justifica-se recorrer a teoria das vantagens comparativas para explicar que o comércio é mutuamente benéfico para os países olhando para aquilo que são as vantagens comparativas.

Embora ter sido já observado de que literatura do comércio internacional existem argumentos que descrevem a teoria das vantagens comparativas como sendo a base para que haja comércio entre os países, há também argumentos que apresentam

---

críticas a esta teoria.

Por exemplo, em termos de críticas, apesar de existirem outras, pode-se primeiramente destacar que há quem partilhe a opinião de que a teoria de David Ricardo assume o trabalho como sendo o único fator de produção, o que no mundo real não é uma questão correta.

De acordo com Krugman e al (2012, p. 80), se for assumido de que na teoria de Ricardo o trabalho é único fator de produção, as vantagens comparativas derivam apenas devido as diferenças internacionais no que se refere a produtividade do trabalho como fator de produção, uma questão não realista, pois num mundo real existem outros recursos que devem ser considerados ao invés do trabalho como sendo o único fator de produção categorizado como recurso.

Importa referir que certamente na senda do comércio internacional o argumento apresentado por Krugman é válido, e dá pouca margem de ser refutado, pois existem um conjunto de recursos e outras questões com capacidade de influenciar positivamente a necessidade do comércio entre os países, incluindo outros recursos como tecnologia, inovação e outros.

Ainda relativamente a críticas, Oliveira (2007, p. 5) menciona que a teoria de Ricardo é criticada pelas suas bases irrealistas sobre a importância da tecnologia, estrutura industrial e condições macroeconómicas e mobilidade dos fatores como trabalho e capital. No entanto, o autor embora tenha reconhecido certas deficiências na teoria de Ricardo, este reconheceu ressaltando a teoria como tendo dado uma nova fundamentação ao debate a favor ou não do comércio internacional, permitindo assim o desenvolvimento de outras contribuições como a teoria neoclássica, em que faz parte a conhecida Teoria de Heckscher-Ohlin.

---

### **3.1.2. Teoria neoclássica do comércio internacional**

#### **3.1.2.1. Modelo de Heckscher-Ohlin**

Como sendo uma das primeiras contribuições da teoria neoclássica ligada ao comércio internacional, o Teoria de Heckscher-Ohlin destaca que para que haja existência de comércio entre os países é necessário que sejam analisado a capacidade produtiva dos países. As noções básicas desta teoria foram formuladas e apresentada inicialmente por Eli Filip Heckscher, em 1919, tendo posteriormente sido apresentado notórias contribuições também por um ex-aluno de Heckscher, Bertil Ohlin, em 1933, que reforçou que para que a teoria, que igualmente é conhecida como teorema, tinha de ser chamada como teoria ou teorema de Heckscher-Ohlin que vem sendo estudado por muitos economistas.

Segundo o teorema, o comércio entre os países é uma questão fortemente dependente das capacidades produtivas dos países, capacidades estas que são determinadas por alguns aspectos essenciais, incluindo disponibilidade de fatores de produção para produzirem nos países.

Como questões essenciais na explicação do teorema, Baldwin (2008, p. 1) afirma que, além das capacidades em termos de disponibilidade dos fatores de produção em produzir, o teorema está centrado igualmente na intensidade em que os fatores são usados.

Porém, importa notar que as diferenças proporcionais em termos de disponibilidade dos fatores de produção e em matéria de intensidade do uso dos mesmos entre os diversos países são questões de bastante relevo que suportam a teoria das proporções de fator, pertencentes ao teorema (Krugman et al, 2012, p. 80).

Um outro aspecto importante a ser considerado é que as diferenças relativas no que toca à capacidade de disponibilidade dos fatores de produção entre os países

---

influenciam as diferenças em matéria de preço ou custo de produção entre as nações, causando assim diferenças no padrão de comércio, preço e alocação de recurso para a produção nos referidos países (Baldwin, 2008, p. 1).

Por um lado, fazendo uma análise simples sobre o Teorema, com base nas trocas comerciais entre dois países que possuem dois tipos de fatores de produção, assumindo de que um País deve especializar-se em matéria de produção e consequentemente exportar o excedente, Cassano (2002, p. 115) explica que:

*« O Teorema de Heckscher-Ohlin, através de seu enunciado sobre o padrão de comércio entre duas economias, confirmou a tese de que cada país irá exportar os bens intensivos de fatores abundantes, ou seja, países com fator trabalho abundante estarão produzindo maior quantidade de bens intensivos de mão-de-obra do que realmente consomem e destinando os excedentes à exportação, enquanto que, países com fator capital abundante também deverão estar produzindo maior quantidade de bens intensivos de capital do que necessitam consumir a fim de exportar um maior volume dessa produção».*

No âmbito das exportações, o Teorema de Heckscher-Ohlin, Ting (2014, p. 1) menciona que um País que é abundante em fatores de trabalho deve exportar bens que são produzidos mediante a utilização intensiva de mão de obra, enquanto que o outro país que tem abundância em capital deve exportar bens que são produzidos por meio de intensivo uso de capital. O autor, sublinha que os dois referidos elementos, designadamente tanto trabalho como capital, fazem parte de uma das mais centrais conclusões do modelo de Heckscher-Ohlin, juntamente com a equalização de preços dos fatores de produção.



---

Do lado das importações, o Teorema, no contexto de dois países, que têm dois tipos de fatores de produção, Cassano (Ibidem, p. 115) aborda que o comércio é feito de forma inversa a que foi descrita para a situação de que um País deveria exportar um determinado bem. Assim, o autor ressalta que:

*« Em ambos os casos, a importação de bens deverá ser efetuada pelos países no sentido oposto ao fator abundante, ou seja, países com fator trabalho abundante importarão bens intensivos de capital e países com fator capital abundante importarão bens intensivos de mão-de-obra. »*

De forma clara, num modelo de dois países, que produzem dois tipos de bens idênticos e possuem os mesmos fatores de produção em quantidades diferentes, com base nos argumentos apresentados por Heckscher-Ohlin, a teoria assenta não só na questão da especialização, como também na forma de determinar que o País exporta ou deve exportar uma determinada mercadoria com base na intensidade do fator que possui abundância e na questão da equalização dos preços dos fatores de produção, assumindo que o livre comércio eventualmente equalizará o preço dos fatores de produção nos dois países.

O teorema de Heckscher-Ohlin pode ser interpretado com base num modelo, do qual pressupõe-se que são identificados dois países com diferenças em matéria de alocação de recursos (*factor endowments*), com estruturas de produção e preferências homogêneas e com diferentes estruturas de custo de produção causado pela existência de disparidades inerentes à alocação de recursos (Ting, 2014, p. 1).

No entanto, na senda dos pressupostos acima, o autor critica o modelo, que pode ser entendido também como a teoria de Heckscher-Ohlin, destacando o modelo como sendo incompleto e infundado, atendendo que os economistas nunca procederam uma investigação sobre como funciona o mesmo, pelo fato de existirem disparidades em relação às estruturas de custo de produção.

---

Uma outras questão que surge como crítica a teoria de Heckscher-Ohlin está relacionada ao sentido do comércio que indica a teoria tanto no domínio das exportações, como da importações. Kurgman et al (2012, p. 100), afirma que o comércio nem sempre segue para o caminho que prevê a teoria de Heckscher-Ohlin.

Assim, as críticas apontadas sobre a teoria de Heckscher-Ohlin criaram condições para que não somente fossem desenvolvidos outras teorias ligadas ao comércio internacional, como também que houvessem estudos e contribuições mais aprofundados sobre a teoria ou teorema.

#### **3.1.2.2. Paradoxo de Leontief**

A descoberta da teoria de Heckscher-Ohlin foi um ponto de partida para o desenvolvimento do Paradoxo de Leontief. Criado por Wassily Leontief, em 1953, o Paradoxo de Leontief, surge como forma de procurar melhor analisar a teoria de Heckscher-Ohlin, com base numa matriz em Leontief que procurou interpretar as dinâmicas do comércio entre dois países.

O Paradoxo de Leontief, apesar de ser desenvolvido tendo como ponto de partida o teorema de Heckscher-Ohlin, é importante salientar que o objectivo do Paradoxo foi apelar para que se fosse feito uma análise detalhada das estruturas básicas das trocas comerciais entre os Estados Unidos e o resto do mundo, e não testar o referido teorema.

De acordo com Sarquis (2011, p .36), Leontief procurou analisar cuidadosamente as insuficiências de certas teorias ligadas ao comércio internacional, desenvolvidas antes da criação do seu Paradoxo. O autor, acentua de que o Paradoxo procurou ilustrar um cenário de que:

*“Apesar de ser um país mais abundante em capital do que em trabalho, os EUA estavam se especializando relativamente em bens mais intensivos em trabalho do que em capital.*

---

Atendendo que no contexto das vantagens comparativas os Estados Unidos deveria especializar-se e exportar bens que possuía estas vantagens, neste caso exportar bens considerado como mais intensivos em matéria de capital, porém foi uma situação que não se verificou a luz do modelo ou teoria proposta por Leontief, razão pela qual a contribuição apresentada por Leontief tornou-se paradoxal, fazendo com que a sua abordagem fosse conhecida como Paradoxo de Leontief.

Segundo Williamson (1989) apud Cassano (2002, p.115) refere como crítica de que apesar do Paradoxo ter atingido uma exposição internacional, é de ter sido estudado em várias obras ligadas ao comércio internacional, existem certos aspectos que podem ser analisados para explicar ou mitigar o que Leontief obteve por intermédio do seu paradoxo.

Para o autor, entre os aspectos que poderiam ter causado o aparecimento do Paradoxo, destacou-se questões como possibilidade de ocorrência de erros estatísticos, inversão de intensidade de fatores, condições da procura, elevados níveis de proteção e outras.

Igualmente foram levantadas outras críticas ao Paradoxo, entre as quais, pode ser destacada como uma das críticas a apresenta por Leamer, que vê o Modelo ou Paradoxo como sendo desenvolvido de forma confusa (Leamer, 1980, p 495).

Para o autor, a realidade do Paradoxo abre igualmente dúvida pelo fato de Leontief ter analisado apenas as relações comerciais entre um país, designadamente os Estados Unidos, e o resto do mundo, quando poderia igualmente testar os seus argumentos usando as trocas comerciais entre outros países.

---

### 3.1.2.3. Teoria da integração regional

Apesar do seu foco estar centrado nas trocas comerciais de dois ou mais países associados num bloco, a teoria de integração regional ocupa igualmente um espaço preponderante na escola neoclássica do comércio internacional, particularmente devido argumentos sólidos apresentados por dois grande autores, nomeadamente Jacob Viner e Bela Balassa, que procuram explicar os impactos decorrentes de um processo de integração económica.

A teoria, que surgiu desde os tempos longínquos, foi todavia desde o final da década da década de quarenta, após a segunda guerra mundial, que começou a ganhar um espaço notório como parte do comércio internacional, tendo após deste período sido marcado o início da proliferação de blocos regionais, alguns destes emergidos como resultado da segunda guerra mundial e do processo de descolonização em vários países.

Em muita literatura do comércio internacional, a teoria da integração regional, que também é conhecida como teoria de integração económica, é definida como um o desenrolar de ações que visam reduzir o custos associados ao comércio para consequentemente dar origem ao surgimento de bem-estar (Snorrason, 2012, p.14). Segundo menciona Arguello (2000, p.4), a mesma deve ser explicada focando essencialmente em duas grandes dimensões, nomeadamente como processo e, posteriormente, como situação.

Para melhor explicar ambas dimensões, Balassa salienta (1961, p.1) que a integração como processo entende-se como a implementação de medidas destinadas a eliminar a discriminação entre os fenómenos económicos pertencentes às diferentes nações associadas a um determinado bloco, ao passo que como situação abarca diferentes etapas, cuja consolidação de cada uma delas representa uma situação alcançada e marca igualmente a inexistência de um determinado nível de discriminação previamente aplicado no seio dos países integrantes envolvidos.

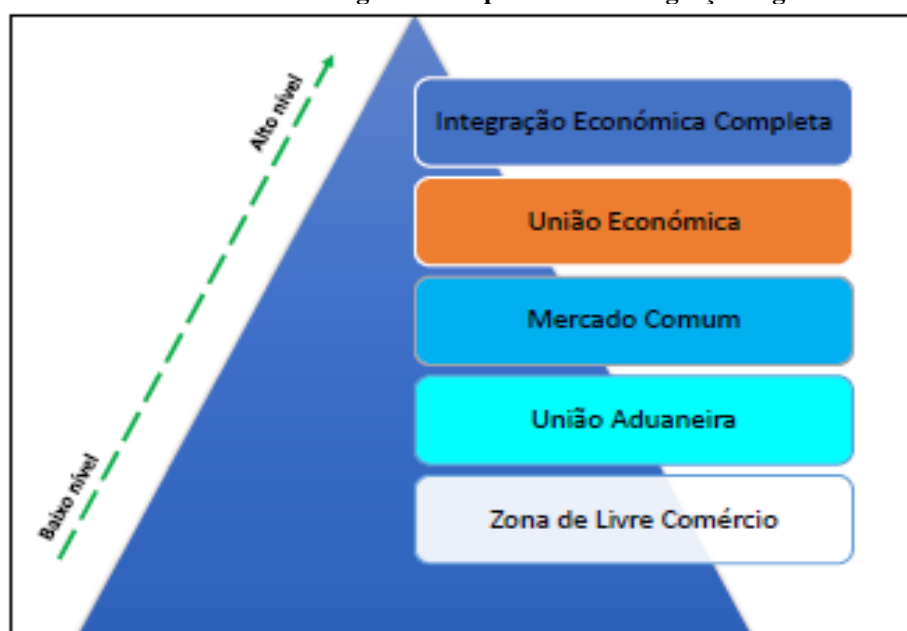
Relativamente as suas etapas, é preciso sublinhar que apesar de haver alguma divergência quanto ao número de etapas ou estágio, a integração regional normalmente



é referida como estando composta por cinco estágios, excluindo uma Zona Preferencial de Comércio que não é reconhecida como estágio tal como referido por Balassa.

Para Balassa (1961), é fundamental e indubitavelmente aceitar que um processo de integração regional comporta cinco estágios, cada um com a sua própria especificidade, estágios estes que os países alcançam normalmente de forma cronológica. Assim, através da Figura 1 é possível ter-se uma percepção sobre os cinco estágios em que um país está sujeito quando integra a um processo de integração regional.

**Gráfico 5: Os cinco estágios de um processo de integração regional**



Fonte: Elaboração própria

De acordo com vários estudos, um processo de integração económica causa diferentes efeitos, dos quais o desvio e criação de comércio são os efeitos muitas das vezes citados como sendo os primeiros.

Analisando os efeitos estáticos numa vertente de bem-estar para os países envolvidos, Viner afirma que um processo de integração regional, num estágio ainda pouco avançado, ou seja no contexto de uma União Aduaneira é susceptível de

---

provocar efeitos sob o bem-estar dos países Membros de uma determinada União, sendo estes melhoria ou deterioração do bem-estar, bem conhecidos como efeitos de criação e desvio ao comércio (Arguello, 2000, p. 7).

Atendo que a criação e desvio ao comércio tem um impacto direcionado à produção entende-se que foi sobre a produção de que Viner baseou a sua análise, razão pela qual a sua visão é considerada como de efeitos sobre a produção. Segundo Balassa (1961, p. 23), os efeitos sobre a produção resultam no seguinte:

- afectação da compra de um produto produzido num país com custo mais alto para um com custo mais baixo, causando um efeito positivo em ambos os países pertencentes a uma determinada União Aduaneira;
- afectação da compra de um produto originário de um país com baixo custo, mas fora da União Aduaneira, para um país com custo alto dentro da referida União, causando um efeito negativo ao país que esta dentro da União.

Os efeitos de produção, apesar de ainda serem bastante usados em estudos empíricos sobre os impactos da integração económica, críticas relativamente a sua curta abrangência têm sido apresentadas, algumas alegando que a visão de Viner sobre os referidos efeitos é limitada, pois somente foca exclusivamente para questões relacionadas a produção, não levando em consideração de forma clara efeitos relativos ao consumo e outros efeitos considerados dinâmicos.

As limitações dos efeitos de produção para explicar o impacto sobre o comércio, influenciaram o surgimento dos efeitos de consumo, cuja contribuição apresentadas tanto por Meade (1956) como Lipsey (1957) foram bastante crucial, fazendo com que os efeitos de consumo podem ser considerados como uma explanação que completa a parte da teoria integração que limitou-se apenas em analisar os efeitos estáticos na vertente de produção.

Porém, na teoria da integração económica do ponto de vista dos efeitos

---

estáticos, estudos revelam de que há igualmente um impacto sobre o consumo, denominado efeitos de consumo, que resulta em função da formação de um processo de integração regional, particularmente criação de uma União Aduaneira.

Os grandes contributos para o aparecimento dos efeitos de consumo, apesar de terem sido influenciado por vários autores, incluindo Lipsey, uma das intervenções de Balassa no âmbito da integração regional vem sendo considerada como central no pensamento económico, mas tal como na vertente de produção estão ligados a realocação dos fatores de produção unicamente.

De acordo com Balassa (1961, p. 58), os efeitos de consumo derivam das alterações no que toca à eficiência nas trocas, mas é preciso tomar em atenção que esta eficiência tanto pode ser negativa como positiva quando se aborda sobre a integração regional, tendo em vista num contexto de uma União Aduaneira.

o autor sublinha assim que um efeito é positivo quando a abolição das discriminações existentes entre bens produzidos na União representa uma melhoria à eficiência, enquanto que o efeito é negativo quando a discriminações criadas entre os bens de origem dos países Membros e os bens produzidos por países terceiro representa um prejuízo à eficiência.

O mesmo acrescenta que a lógica aplicada aos efeitos de produção usa-se de forma similar para o caso de efeitos de consumo, tendo sido por esta razão que outros autores também usaram conceitos como criação e desvio ao comércio, previamente aplicados no âmbito do efeitos de produção, para explicar os efeitos sobre o consumo com base no mesmo princípio.

Portanto, de acordo com a teoria ortodoxa, apesar de existirem outros efeitos, num processo de integração económica os efeitos mais destacados em literaturas estão ligados aos efeitos de produção e de consumo, que são parte crucial da análise dos efeitos estáticos que abarca eficiência de produção, consumo, trocas, e outras questões de grande relevo como criação e desvio de comércio, bem como bem-estar e outros.

Além dos efeitos aparecerem dentro do contexto dos efeitos estáticos que vê a

---

realocação dos fatores de produção unicamente assumindo alterações em curto prazo, os trabalhos que sucedem os referidos efeitos apontam para a existência de outros efeitos que se enquadram em forma de efeitos numa vertente dinâmica, sendo este o motivo pelo qual em várias literaturas ligadas ao comércio internacional que estes outros efeitos são chamados de efeitos dinâmicos.

Embora os efeitos dinâmicos sejam mais recente comparativamente aos efeitos estáticos, a sua existência foi já identificada mesmo desde momento em que pouco era evidente discussões ligadas a efeitos dinâmicos, alguns destes efeitos foram apresentados por Bela Balassa que inclui nas suas abordagens matérias que são centrais no contexto destes efeitos, incluindo aspectos ligados ao progresso tecnológico, economia de escala, realocação de investimento, diminuição de incerteza e intensificação da competição (Balassa, 1961, p. 103) .

No âmbito dos efeitos dinâmicos vem sendo possível observar um conjunto de fenómenos que resultam da integração de dois ou mais países, fenómenos estes que não eram presente nos anos passados em que integração era explicada unicamente com base numa visão limitada sobre os seus possíveis efeitos conforme Viner havia estudado.

#### **3.1.2.4. Teoria dos produtos industrializados**

Segundo Coutinho *et al* (2006, p. 105), a teoria do comércio de produtos especializados destaca ganhos derivados do comércio internacional em quatro vertentes, nomeadamente (i) economia de escala; (ii) papel central da demanda; (iii) ciclo dos produtos e (iv) concorrência monopolista, e deve-se ter em atenção de que estas quatro vertentes devem ser consideradas como essências para que os países efetivamente tirem vantagens da existência do referido comércio.

Na primeira vertente, ou seja na vertente de economia de escala, o autor sublinha que existe uma correlação negativa entre os custos de produção das empresas e quantidade produzida, afirmando de que o custo declina a medida que se regista



---

incremento da quantidade produzida na medida que as firmas têm um certo grau desta possibilidade.

Todavia, o mesmo diz ainda que cada País certamente produzirá uma variedade restrita de bens de modo a beneficiar-se dos retornos que aumentam em função da economia de escala, sem que necessariamente seja sacrificado a diversidade em termos de consumo decorrente do comércio internacional.

Relativamente a questão do papel da demanda, Lider (1961) apud Coutinho *et al* (Ibidem, p. 105) mencionam que existe uma distinção entre comércio de produtos primários e de produtos industrializados, e salientam de que o primeiro tipo de comércio é devidamente explicado no de Heckscher-Ohlin, enquanto que o segundo tipo é determinado pelo padrão de comércio de produtos industrializados, com base no nível de renda per capita. Assim, Coutinho *et al* sublinham de que :

*« (...) os países de renda per capita mais elevada tenderiam a consumir maior quantidade de produtos sofisticados e também produtos com um grau de sofisticação maior que os consumidos em países menos desenvolvidos ».*

Com base no rendimento per capita como determinante da procura, o comércio de produtos industrializados é maior entre os países com níveis de rendimento semelhante, sendo que estes países têm igualmente uma estrutura de procura similar.

Para a terceira vertente, inerente aos ciclo dos produtos, a ideia é que a inovação joga um papel central para que os países obtenham ganhos derivados do comércio internacional, sendo esta razão pela qual os países devem certamente procurar inovar no processo de produção de bens.

De acordo com Vernon (1972) apud Coutinho *et al* (2005, p.106), de fato o âmago desta vertente é a inovação de produtos que ocorreram nos países mais desenvolvidos, pois estes apresentam alto padrão de especialização de mão de obra que

---

conduz os mesmos a obterem vantagens comparativas no que se refere ao desenvolvimento e produção inicial.

Para que haja inovação deve haver primeiro disponibilidade em termos de engenheiros treinados e homens de negócio, com capacidade de produzir, pois estes atores sim irão responder a procura, canalizando os seus esforços naquilo que efetivamente existe procura local.

Deste modo, mediante a referida forma de responder, ambos os atores levarão a internacionalização de novos bens, e o País considerado como desenvolvido exportara os bens produzidos no âmbito da inovação, no entanto, deve ficar registado que a medida que alguns países perdem o seu poder de inovação ou deixam de utilizar tecnologia de ponta, haverá uma mudança de local de produção, que deslocar-se-á para aqueles países menos desenvolvidos que passaram assim a exportar para países mais ricos ( Coutinho et al, Ibidem, p. 106).

Relativamente a quarta vertente, a teoria do comércio de produtos industrializados aponta que para que haja benefícios relacionados ao comércio internacional, é necessário que haja concorrência monopolista num contexto de inovação. A inovação é encorajada quando há presença de monopólio com objectivo de promover a diferenciação, fazendo com que um produto demonstre superioridade sobre os demais (Coutinho et al, Ibidem, p.106).

Havendo concorrência imperfeita, ou seja presença de monopólio na produção de certos produtos, faz com que certas empresas inovem, e é consequentemente a inovação que fará com que outras empresas saiam do mercado nacional, levando o País a exportar mais os produtos produzidos no âmbito da concorrência monopolista, o que permitirá a este País obter ganhos do comércio internacional.

A teoria do comércio de produtos industrializados, apesar de ser reconhecida de poder ser aceite como uma das contribuições em benefício do comércio internacional,

---

as suas insuficiências levaram com que emergissem ainda novas teorias ou contribuições, defendendo que o comércio internacional deve existir com base em outros pressuposto.

#### **3.1.2.5. Novas teorias do comércio internacional**

As transformações e desafios ligados ao comércio internacional e outros aspectos, incluindo as insuficiências encontradas nas mais variadas passadas teorias do comércio internacional em responder algumas questões apresentadas na literatura ortodoxa sobre o comércio internacional jogaram um papel bastante importante para o aparecimento de novas ideias ou contribuições.

De forma clara ao estudar a tradicional teoria do comércio internacional nota-se que a mesma é insuficiente para explicar questões que nos dias de hoje já vários autores analisam ou procuram analisar, explicando outras novas questões de fundamental importância que representam efetivamente a dinâmica do comércio internacional.

No contexto das novas teorias do comércio internacional, além de mais outros, a concorrência perfeita pode ser considerada do mesmo modo como uma contribuição importante. Porém, é digno de notar que aqui vimos a concorrência perfeita como aquela apresentada com base no modelo de Michel Porter, sendo que reconhecemos esta como sendo igualmente uma das grandes ideologias ou modelo explicativo para a existência de comércio, pelo fato desta ser aceite e estudada em obras literárias de relevo que justificam o comércio internacional como sendo benéfico para as nações.

O desenvolvimento das ideias de Porter foram desenvolvidos com base numa abordagem, cuja visão está centrada na necessidade da existência de estratégias empresariais dentro das nações como um importante veículo para o entendimento do comércio entre as nações (Oliveira, 2007, p. 13 e Heng, 2015, p. 33).

Segundo Heng (Ibidem, p. 33), para Porter o conceito vantagens competitivas para um País está relacionado com a capacidade das firmas local e estrangeiras em usarem os países como plataforma, através da qual estas firmas podem fazer negócios. Heng, aborda que a base das ideias de Porter assenta num modelo conhecido como Modelo

---

Diamante de Competitividade, que comporta quatro eixos para determinar os pontos fortes e fracos não somente de um País, mas também dos sectores de produção do referido País.

No modelo de Diamante de competitividade os recursos naturais de um determinado País não são considerados como de maior importância que o nível de produtividade que este mesmo País ou empresa pode gerar, e a intervenção do Estado neste modelo é que este intervém para que seja garantido insumo de alta qualidade, treinamento, infraestrutura física, social e capital (Monteiro e Arica, 2005, p. 3228).

Para Monteiro e Arica (Ibidem, p. 3228), entende-se que a riqueza das nações é criada por empresas com capacidade de oferecer produtos e serviço com valor acrescentado e subsequentemente torna-los disponíveis ao mercado externo, e estes autores afirma que:

« O objetivo central do trabalho elaborado por Porter (1989) foi explicar por que as empresas baseadas em um país são capazes de competir com êxito contra rivais estrangeiras em determinados segmentos e indústrias, porque países conseguem vantagem competitiva em determinadas indústrias e as implicações disso para as estratégias das empresas e para as economias nacionais. »

É importante destacar que o fato da concorrência perfeita ter sido referida na dimensão em que foi apresentada anteriormente, ou seja usando como referência o Modelo de Porter, é preciso perceber que esta questão não necessariamente simboliza que no âmbito das novas teorias do comércio internacional a concorrência perfeita é a única contribuição a ser considerada para explicar as novas teorias. Assim, temos a liberdade de poder realçar que as novas teorias apontam para várias outras contribuições, incluindo aquelas fora da concorrência perfeita.

Um das contribuições adicionais, pertencentes ainda as novas teorias do comércio internacional, pode-se perfilar a obra de Paul Krugman, que ocupa um posição singular em função daquilo que são os ideias apresentados pelo mesmo no contexto do



---

comércio internacional.

Para Neary (2009, p. 2), as ideias de Krugman devem ser considerados como uma referência, pois surgem para explicar de que nem toda tipo de comércio internacional foi bem explicado corretamente quer pela teoria clássica, nomeadamente das vantagens absoluta ou comparativas, quer por aquilo que se considera como forma com que eram visto os fatores de produção no período pré-Krugman, um período em que muitos acreditavam que os fatores de produção eram essencialmente não idênticos.

Segundo o autor, Krugman através das suas contribuições deu uma explicação sobre o então fenómeno que era já evidente e inexplicável depois da segunda guerra mundial, fenómeno este do qual os países desenvolvidos com idênticas estruturas de produção mantinham grandes volumes de trocas comerciais entre si numa situação de ganha-ganha, o que contrariava a ideologia das tradicionais teorias do comércio internacional que afirmavam de que o comércio deveria apenas ser feito entre países com diferentes estruturas de produção.

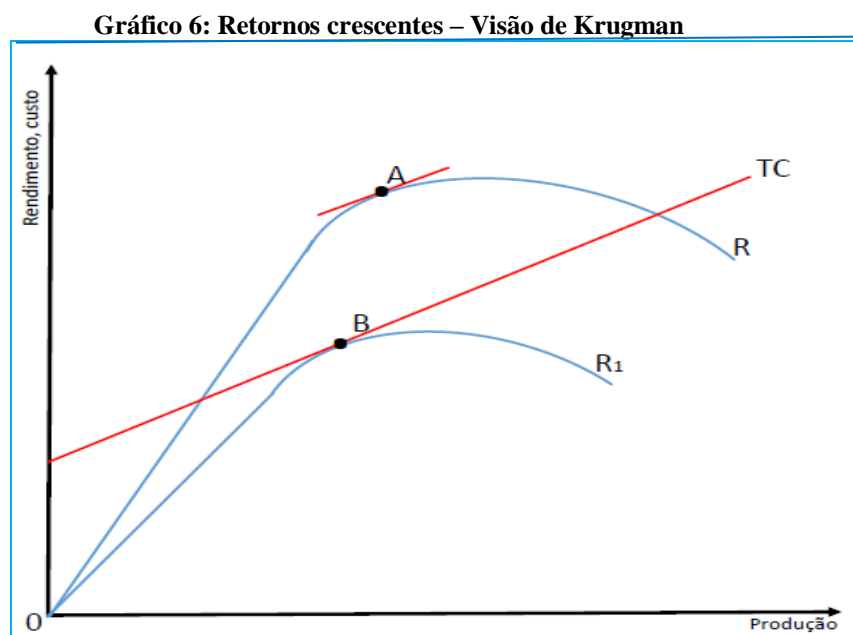
Na senda do acima, Krugman conseguiu explicar por que existe comércio tão intenso entre países idênticos em termos de dotações de recursos ou fatores de produção, como comércio entre as nações mais ricas em geral. Apresentou uma renomada contribuição desenvolvida com base num modelo simples ligado a teoria do equilíbrio geral, tendo assumido que o comércio decorre em mercados que são caracterizados como sendo de competição imperfeita ao invés de competição perfeita que é defendido pela teoria clássica.

A existência de economias de escala aparece como uma questão central para que haja comércio internacional, ou seja para Krugman esta é um fator determinante para que haja comércio tal como já outras contribuições de outros autores destacaram.

Sublinha Krugman (1979, p.469) que numa situação em que há presença de economias de escalas, o comércio decorre num mundo de mercados considerado como de competição imperfeita, em que os ganhos do comércio podem ser obtidos mesmo quando os países possuem idênticas estrutura do ponto de vista não somente de fatores de produção, mas também questões idênticas em termos de preferência e tecnologia.

Embora tenha explicado outras questões antes de apresentar o seu simples modelo de equilíbrio geral, Krugman destaca que o comércio é causado pela existência de economia de escala, consideradas como economia de escala pertencentes às firmas nacionais, ao invés de outros fatores, tais como diferenças em termos de fatores de produção e tecnologia (Krugman 1979, p. 469).

Para explicar os seus fundamentos, Krugman (1979, p. 472) apresenta de forma gráfica o seu paradigma, descrevendo um modelo em que o eixo horizontal representa a produção de uma firma, ao passo que eixo vertical representa tanto a estrutura de lucro como de custo expresso em unidades de salário. O custo total corresponde a linha TC, enquanto que as linhas OR e OR', ambas representam funções de receitas.



Fonte: Elaboração própria segundo a visão de Krugman

Através da Figura 2, Krugman assume primeiramente de que há existência inicial de um determinado número de firma, e que o número de cada firma corresponde a cada função de lucros denotado pela linha OR.

Para Krugman as firmas que apresentam um comportamento de maximização de lucro vão preferir manter as suas respectivas produções no ponto em que o lucro

---

marginal é igual ao custo marginal, ou seja as firmas terão preferência de posicionarem-se no ponto A, um ponto em que o preço ( lucro médio) excede o custo ( custo médio), pois neste ponto as mesmas exibem uma situação de lucros.

Apesar de as firmas terem preferência em posicionarem-se no ponto A da Figura 2, segundo Krugman não será possível as mesmas permanecerem neste ponto por longo prazo, pois o desejo de lucrarem resultará em novas firmas entrarem mercado, levando com que o lucro e o custo marginal sejam iguais, um ponto em que o lucro médio é igual ao custo médio, ou seja haverá uma situação de equilíbrio, marcado pelo ponto B na Figura 2.

Embora Krugman inicialmente apresentou as suas contribuições com base na referida Figura, este estabeleceu ainda outras ocorrências, descrevendo nas suas abordagens os efeitos que não foram conhecidos em outros estudos, tais como efeitos sobre o crescimento da força de trabalho, efeitos sobre o comércio e efeitos sobre a mobilidade dos fatores de produção, efeitos estes que são estudados por outros autores até os dias de hoje.

No entanto, apesar das contribuições de Krugman terem um papel irrefutável nas novas teorias do comércio internacional, podemos também acrescentar obras como a de Han- joon Chang, tendo em conta que este desenvolveu uma adicional importante explanação, considerada também como singular, que vem chamando cada vez mais atenção de muitos economistas no Século 21.

Chang fundamentou as suas convicções focando de partida numa abordagem que apontava para a necessidade de liberalização do comércio internacional duma maneira que pode-se encaixar num certo nível da forma com que Krugman vê a liberalização, atendendo que o último, embora tenha uma posição mais contrária, vê a liberalização comercial ainda também como a melhor opção comparativamente a implementação e adopção de políticas comerciais que certamente são usadas de forma abusiva ( Chang, 2003, p. 1).

Para o autor, segundo a história, é importante sublinhar que duma ou outra forma os países desenvolvidos atingiram aparentemente agradáveis níveis de

---

desenvolvimento por meio de intervenções ao comércio e introdução de políticas comerciais de modo a proteger a suas respectivas indústrias, que se encontravam num estado considerado como de indústria infantil (Chang, 2003, p. 3).

Embora hoje existem controversas em torno das políticas protecionista apresentadas por países considerados desenvolvidos, Chang (2003, p. 13) destaca de que muito destes países protegeram as suas indústrias de forma mais pesada em relação a política que esta ser seguida atualmente pelos países em via de desenvolvimento.

Deste modo, Chang é de opinião que atendendo que os países desenvolvidos usaram também políticas protecionistas, não deve haver qualquer exigência para que os países em via de desenvolvimento não estarem a adoptar políticas protecionistas, tais como agravamento de tarifas, introdução de subsídios e garantia de proteção das suas respectivas indústrias nascentes, conforme fizeram os países desenvolvidos.

Apesar de já terem sido referido obras crucias no contexto das novas teorias, Oliveira vê ainda outras questões que podem ser elencadas no âmbito destas novas teorias do comércio internacional. Assim, Oliveira (2007, p. 11) sublinhou que existem novos conceitos que tiveram de ser tido em contas ao considerar as trocas no âmbito do comércio internacional entre os países, e destacou como novos aspectos um conjunto de elementos, entre os quais, os seguintes:

- o Economia de escala,
- o Economia de aprendizagem,
- o Mudança tecnológica,
- o Diferenciação de produtos,
- o Política Governamental,
- o Competição imperfeita, e
- o Outros.

Portanto fica claro de que apesar de ser uma realidade a existência de uma nova



---

teoria que explica os fundamentos do comércio internacional nos mais recentes anos, é necessário ter-se em atenção de que a nova teoria do comércio internacional pelas suas varias contribuições pode já ser considerada como uma visível teoria, da qual possui seus fundamentos próprios muito deles não constituídos completamente com base em contributos pertencente as novas teorias.

### **3.2. Doutrinas económicas ligadas ao crescimento**

#### **3.2.1. Lei de Say**

Em economia é amplamente conhecido que os mercados são importantes para o sucesso das nações, e que estes são influenciados por diversos fatores, variando desde intervenção do Estado, questões como preço, procura, oferta e outras. Dada a sua importância, desde os tempos passados, os mercados vêm sendo estudados por diversos economistas que procuram, entre outros, defender diferentes argumentos, incluindo de que estes geram benefícios para os países assumindo que certas condições são consideradas.

Embora hajam outros estudos e argumentos relacionados com o papel do mercado nas sociedades, uma das grandes contribuições sobre esta questão foi apresentado por Jean Baptiste Say, através da sua lei, introduzida em 1803, conhecida como Lei de Say, na qual Say destacou que a procura representa um elemento fundamental para o progresso das sociedades, mesmo em matéria de crescimento económico .

Na construção dos seus ideias, Say aceitou os mais conhecidos pressuposto da escola clássica, particularmente aqueles pré-identificado por Adam Smith, tais como a necessidade de existência de concorrência perfeita, liberalização do mercado e limitada intervenção do Estado na economia.

A análise do mercado foi um dos principais elementos usado por Say, tendo este

---

caraterizado a questão do mercado de forma *suis generis*, dando grande importância a renda como fator de produção. Para Hansen (1987) apud Mendes et al (2000, p. 20), a lei Say foi desenvolvida com base num sistema de mercado livre, assumindo que a principal fonte da procura é o fluxo de rendimento de fatores gerado a partir do próprio processo de produção. Segundo o autor, um novo processo produtivo normalmente deve distribuir renda aos seus respectivos fatores empregados, e gera procura que ao mesmo tempo cria um incremento da oferta.

Com base nos argumentos acima, entende-se que todo rendimento gerado mediante um processo de produção é usada como forma de pagamento aos fatores, e retorna ao processo sob forma de gasto referente aos bens produzidos durante o processo de produção (Moreira, 2005, p. 413).

Bresser-Pereira (1976, p. 10), oferecendo uma explicação mais detalhada, afirma que no âmbito da Lei a possibilidade de existência de crise de superprodução ou subconsumo é impossível, a menos que seja transitória, ou talvez setorialmente, atendendo que na visão de Say toda produção implica uma remuneração que vai eventualmente transformar-se em procura. O autor diz que as pessoas não produzem e oferecem aquilo que produziram sem qualquer objetivo, ou seja as pessoas produzem para obter recursos que as permite comprar outros bens que tencionam adquirir para satisfação das suas respectivas necessidades.

Portando, o que Pereira explica é que quaisquer tipo de desequilíbrio no âmbito da Lei de Say decorre apenas de forma temporária, num curto espaço de tempo, pois em longo prazo haverá sempre equilíbrio a nível da economia, provocado pelo princípio de que quando a oferta aumenta a procura aumenta igualmente num curto ou longo prazo, pelo que diante deste princípio a oferta agregada de um País será sempre equivalente a demanda agregada.

A moeda é das questões que chama a atenção no âmbito da Lei de Say, pois a lei pouco faz referência a esta. Em relação as outras teorias que vêem a moeda como um instrumento muito importante para as economias, a moeda para Say tem um função de menor importância num determinada economia. De acordo com Moreira (2005, p. 414),

---

na Lei de Say a moeda tem função decorativa ou seja propriamente neutra, tendo Say (1803, p. 139 e 142) apud Moreira (Ibidem, p. 414), sublinhado que o valor ou utilização desta deve ser vista com base na seguinte ilustração:

« Nos lugares que produzem muito, cria-se a única substância com a qual se pode comprar: refiro-me ao valor. O dinheiro representa apenas um ofício passageiro nessa troca dupla; e, terminadas as trocas, verifica-se sempre: produtos foram pagos com produtos. (...) Os produtos criados fazem nascer demandas diversas”.

Segundo Moreira (Ibidem, p.415), a taxa de juro surge como uma forma de procurar corrigir os possíveis desequilíbrios numa sociedade, assumindo esta a função de corretor de desequilíbrio. O autor acrescenta que quando num determinado nível de emprego há diferença entre a poupança e o investimento, ou seja numa situação em que a oferta agregada é superior a demanda agregada, as instituições financeiras fazem a correção mediante ao manuseamento da taxa de juros que para este caso deverá ser diminuída, provocando o aumento de investimento e reduzindo a poupança, num nível em que a poupança é equivalente ao investimento, um ponto em que a oferta agregada será também igual a procura agregada.

Portanto, em suma, em termos macroeconómico, no entender de Say, a economia de um determinado País, incluindo na vertente de crescimento, depende basicamente do pressuposto de que a oferta cria a demanda, em outras palavras para que haja crescimento económico e prosperidade um Estado deve estimular a produção, para que esta produção eleve a procura, subsequentemente levando o País para uma condição de bem estar e prosperidade nacional, ficando em longo prazo a economia num estado de emprego pleno ou de equilíbrio.

A Lei de Say embora teve uma grande aceitação inicialmente, houve quem também tivesse apresentado críticas a mesma. Nesta senda, pese embora vão surgindo alguns outros críticos a esta Lei, John Maynard Keynes foi um dos maiores oponentes dos fundamentos de Say. Segundo Conceição (2012, p. 231), Keynes baseou a sua crítica a Lei de Say, demonstrando de que a demanda agregada somente poderia ser

---

automaticamente regulada para corresponder a oferta agregada se não houve possibilidade de existência de demanda especulativa numa economia, o que não era possível.

Para Keynes a moeda tinha um papel fundamente no funcionamento da economia, e não permitia ajustamentos automáticos como Say prévia. No contexto económico, Keynes admitindo de que a moeda não era neutra, Bielschowsky e Custódio (2011, p. 64) ressaltam que para Keynes os agentes económicos em posse de moeda têm diferentes opções quanto ao uso da moeda, optando por usar esta tanto em transações económicas em forma de troca do que lhe era oferecido, como usar a mesma em ações de investimento e ainda guardar a mesma em forma de poupança, o que certamente não permitira que a procura criasse oferta conforme havia sido previsto por Say.

### **3.2.2. Modelo de Solow**

O crescimento representa uma das mais importantes variáveis que conduzem o desenvolvimento socioeconómico das nações, criando bem estar para as sociedades, razão pela qual até os dias de hoje tanto ainda vem sendo estudado sobre os novos ideias relacionados ao crescimento, particularmente políticas para estimular o crescimento.

Embora existam e continuam a ser desenvolvidos estudos ou políticas ligados ao crescimento dos países, na história da economia, um dos mais renomados estudos económico relacionado ao crescimento económico, que vem sendo propagado a escala mundial, refere-se ao modelo de Solow, desenvolvido inicialmente por Robert Slow, que posteriormente tornou-se reconhecido como obra comum, passando a ser citado como modelo de crescimento económico de Solow-Swan.

Solow, desenvolveu os seus ideias com base num modelo de crescimento de longo prazo, sublinhando como explicação de que no contexto do modelo há apenas a produção de um bem, cuja produção depende de dois fatores de produção numa primeira fase, nomeadamente capital e trabalho (Solow, 1956, p. 66 e Oreiro, 1999, p.



---

49). Numa, primeira fase, Solow considerou a tecnologia como sendo constante, ou seja sem que esta tivesse qualquer poder de provocar alteração nos fatores de produção.

Segundo Brue (2000, p. 497) afirma, assumindo a tecnologias como constante, que os iniciais argumentos de Solow foram feito com base num função de produção agregadas, em que em curto espaço de tempo, o modelo explica que o aumento da mão-de-obra gera retornos decrescentes, mantendo o estoque de capital fixo num determinado período, assim como o assumindo que o aumento de capital gera retornos decrescente, numa situação em que a quantidade da mão-de-obra mante-se fixa.

Com base nos referidos pressupostos frisados acima, em logo prazo, o autor explica que a função de produção agregada exhibi rendimento constante de escala, e afirma de que em caso dos dois fatores de produção, designadamente mão-de-obra e capital, aumentarem, por exemplo, para um por cento (1%), o rendimento aumentará igualmente para um por cento (1%).

O modelo de Solow é reconhecido igualmente por dar possibilidade da existência de equidade ou paridade entre a poupança e investimento. Brue (2000, p. 497) sublinha que no modelo de Solow a poupança e proporcionalmente ao investimento, e o grau de proporcionalidade é entendido com base numa simples ilustração abaixo formulada:

Se for assumido que todos os anos os autores da economia poupam uma fração do seu rendimento, representado por  $s$ , ao passo que a outra fração do seu rendimento é consumida, representado por  $1-s$ , respetivamente. Assim, a fração denominada como poupança, neste caso  $s$ , e o nível de rendimento, aqui denominado  $Y$ , ambas associadas determinam a poupança total, que é representada por  $sY$ . Numericamente, se  $s$  for 20% e o rendimento for 2 triliões, a poupança total neste caso será 400 bilhões. Portando, no modelo assume-se então que a poupança total é igual ao investimento

Ainda, no contexto do modelo, apesar de serem reconhecidos apenas dois fatores de produção como sendo os determinantes da produção numa primeira análise, e posteriormente, ou seja numa segunda fase, Solow reconhece que a tecnologia provoca alterações quer a nível da produtividade de todo capital usado no modelo, não importa

---

o período de aquisição do mesmo (Oreiro, 1999, p. 49). Além do capital, Brue (2000, p. 499) menciona que na fase em que a tecnologia não é considerada como exógena, o progresso desta provoca mudança tanto do incremento do capital, como pode provocar alteração da mão-de-obra ou ainda das técnicas de produção.

Portanto, no modelo de Solow embora o crescimento económico numa primeira fase é induzido por via do capital ou trabalho como fatores de produção, mantendo a tecnologia constante, posteriormente a tecnologia é igualmente incluída no modelo como uma das variáveis capaz de estimular o crescimento económico.

Embora o Modelo de Solow tenha procurado responder algumas questões que eram consideradas importantes naquele momento, depois de alguns anos, este modelo não ficou ausente de ser criticado. Sem deixar de reconhecer a existência de outras críticas, algumas das críticas estão relacionadas com a falta de atenção de que Solow prestou a certos elementos, sobretudo as questões relacionadas ao poder do preço numa determinada economia.

Assim, na senda das críticas ao modelo de Solow relacionadas ao preço, Ozdemir (2017, p. 134) menciona que o referido modelo apresenta deficiência, pois este é insuficiente em explicar que o preço tem um papel importante em fazer com que a produção esteja ajustada a procura.

Uma outra crítica feita aos argumentos apresentado por Solow está relacionada pelo fato de o seu modelo assumir de que o rendimento decrescente e a produtividade marginal são condições presentes no referido modelo, mesmo numa situação em que a flexibilidade do preço é inexistente, sendo que neste modelo o custo marginal representa apenas dois comportamentos, nomeadamente constante ou decrescente, ou seja não é previsto uma situação em que o custo marginal aumenta conforme descrito na teoria de produtividade marginal que assume de que mais e mais trabalho empregue num processo de produção resulta na diminuição da produção marginal e aumento do custo marginal (Ibidem, p. 134).

---

### 3.2.3. Teoria Keynesiana

Depois do surgimento de várias teorias ilustrando diferentes argumentos de fórum de crescimento económico, a teoria Keynesiana encontrou ainda espaço para se afirmar como uma das grandes ideologias económicas estudadas ainda no Século 21, que chegou a ter bastante aceitação no seio da literatura da economia contemporânea.

A teoria Keynesiana veio trazer uma nova explicação e contributos para resolução de desafios económicos, sobretudo aqueles que eram mais evidentes no tempo de John Maynard Keynes, sem esquecer a questão da necessidade de crescimento económico, razão pela qual o autor desenvolveu a sua mais renomada obra literária, publicada como livro, intitulado *General Theory of Employment Interest and Money*, em 1936, uma obra que Perreira (1976, p. 22) destaca como sendo considerada como uma viragem ou revolução em estudos ligados a teoria económica.

Portanto, Keynes não era completamente seguidor de nenhuma das ideologias económicas que já haviam sido introduzidas antes das suas contribuições ou fundamentos. Para Perreira (Ibidem, p.22), Keynes não era nem marxista, nem socialista, mas chegou acreditar no sistema capitalista, sistema este que depois achou fraco, pois este tornou-se longe de assegurar automaticamente o pleno emprego e o desenvolvimento económico sem crises crónicas.

Keynes criou os seus fundamentos ou ideias, com base numa linhagem macroeconómica, em que era possível trabalhar em mecanismos para o combate de certos problemas económicos, incluindo o forte desemprego e a grande recessão económica, o último que chegou atingir o ponto de depressão económica, que era igualmente evidente em países como nos Estados Unidos.

Para Keynes era então importante equacionar rigorosamente o então desemprego e recessão económica, procurando obter o pleno emprego, a demanda efetiva e o investimento como um gerador de renda e desemprego. Para sustentar os seus argumentos, entre outros, Keynes abordou sobre os importantes causadores de depressão económica.

---

Segundo Keynes (1937, p.30) apud Simpson (2010, p. 2), o estado crónico de depressão económica é causado pelo alto nível da poupança e pelo baixo nível de consumo e de investimento, pelo que deve-se ter em atenção que quando a propensão do consumo e o nível de investimento resultam numa procura efetiva deficitária este fenómeno faz com que o atual nível de emprego seja inferior a potencial quantidade de mão-de-obra disponível numa economia.

Um outro causador de depressão identificado por Keynes estava associado ao indevido hábito de poupança, que por sua vez empobrece a comunidade, empurra os trabalhadores para o desemprego, causa redução de salários e permite o alastramento da depressão para o sector do comércio externo (Keynes, 1936, p. 367 apud Simpson, 2010, p. 3). A sua teoria é baseada no princípio de que os consumidores aplicam proporções de seus gastos em bens e poupança, em função da renda.

Keynes era favorável da implementação de certas medidas para o bom funcionamento das economias, sendo estas criadas pelo Estado. Assim, em termos do papel do estado na economia, Keynes era de opinião de que o Estado desempenhava um papel de ator importante para o bom funcionamento de um sistema económico, rejeitando os ideais das teorias clássicas de que o estado não deveria intervir na economia.

Keynes chegou a ser peremptório nos seus ideias em relação ao liberalismo, considerando este como um sistema irrealista, na medida que não necessariamente o mercado livre deveria levar ao autoequilíbrio e nem tão pouco que ao Estado compete apenas garantir a segurança e justiça, conforme outras obras defendiam.

Além de outros atributos ao Estado, para Keynes o Estado deveria atuar em políticas tanto sociais como de carácter económico. A teoria Keynesiana atribuiu o direito e o dever de o Estado conceder benefícios sociais que garantam a população um padrão mínimo de vida, através da criação do salário mínimo, do seguro-desemprego e assistência médica gratuita e outros, razão pela qual a teoria Keynesiana em alguns casos é conhecida como a teoria do Estado de bem-estar social.



---

Em sua teoria, Keynes entendia do mesmo modo ser vantajoso a implementação de uma política de redistribuição de renda, tendo incentivado a introdução de uma política de tributação, da qual considerou como importante não somente do ponto de vista económico , mas também social (Tily, 2009, p. 17).

No domínio da política monetária, de acordo com Terra e Filho (2012, p. 117), Keynes defendia ser necessário a introdução de um política com capacidade de gerir as taxas de juros, devendo esta ser introduzida como forma de controlo dos preços de bens num sistema económico.

Relativamente a questão de investimento, Cate (1980, p. 215) afirma Keynes defendia que deveria ser implementado programas de investimento doméstico assegurado pelo Estado como forma de garantir a prosperidade das sociedades.

Através da sua visão, Keynes conseguiu substancialmente influenciar o pensamento económico até os dias de hoje. A sua teoria é considerada como um dos mais importantes fundamentos para estudos macroeconómico, virada essencialmente para questões exclusivamente de carácter macroeconómico, incluindo crescimento e desenvolvimento económico.

Embora a teoria de Keynes teve e têm dito uma grande aceitação no ramo da economia, esta não vem sido amplamente divulgada e aceite sem quaisquer críticas, ou seja existem críticas direccionadas para esta teoria.

Segundo Bresser-Pereira (1976, p. 9), a teoria Keynesiana não apresenta uma análise tendo como ponto de partida o comportamento dos agentes económicos individuais, produtores ou consumidores, mas sim procura explicar o funcionamento de um economia partindo de conceitos económicos de forma agregadas, tais como renda nacional e seus componentes, o consumo, o investimento, as despesas do governo, as importações e exportações, o que entende-se ser uma mera ilusão do ponto de vista real atendendo que o bom funcionamento da economia depende igualmente de questões micro e não unicamente macro.

Bresser-Pereira, acrescenta ainda que outros conceitos, como poupança, os

---

salários juros e lucros, na teoria Keynesiana são igualmente analisados de forma agregadas, mas este partilha a visão de que devemos ter consciência de que o comportamento em termos de poupança, salários e lucros devem ser estudados igualmente de forma não agregada.

### **3.3. Relação entre a liberalização e crescimento económico**

#### **3.3.1. Polarização de ideias**

A existência de uma possível relação entre a liberalização e o crescimento económico é uma questão que vem sendo debatida nos mais diversos estudos desde largos anos, e abre possibilidade de serem apresentados diferentes argumentos.

Apesar de diferentes trabalhos terem já sido feitos ou realizados em torno da referida relação, nos dias de hoje existem ainda tantos argumentos que vêm uma relação positiva entre liberalização do comércio e o crescimento, como há estudos que apontam para uma relação negativa entre as mesmas quer num âmbito das trocas comerciais entre um grupo de países quer no contexto de múltiplos países.

Analizando um conjunto de trabalhos desenvolvidos sobre a referida relação, sobretudo através de estudos empíricos, pode-se afirmar que não há ainda um consenso entre os economistas se liberalização provoca unicamente um impacto positivo ou negativo no crescimento da economia de um determinado País (Greenaway et al, 2002, p. 233).

No entanto, há argumentos que referem para uma relação positiva, mencionando de que a liberalização promove o crescimento. Neste âmbito, de uma maneira geral, Shaheen et al (2013, p. 229) sublinha que a liberalização provoca um efeito positivo a nível do crescimento, apontando de que a introdução de promoção de programas de liberalização comercial concorre para o crescimento da economia de um determinado País.

---

Para Greenaway et al (2002, p. 230), se efectivamente há uma relação positiva entre ambos os fenómenos económico, é importante notar que desta forma a liberalização pode ser entendida certamente como um dos determinantes do crescimento económico.

Interpretando os argumentos apresentados acima por Greenaway et al, abrem-se a possibilidade de notar um certo grau de incerteza ainda, sendo que entendemos que embora possa haver uma comprovada relação positiva entre ambas questões, seria pouco prudente unicamente sublinhar que a relação é sempre positiva, pois outros argumentos podem ilustrar uma inversa relação, demonstrando de que o aumento da liberalização resultará num menor momento de crescimento para os países.

Para Hwang (1998 ) apud Iftikhar ( 2012, p. 23), há economistas que duvidam de que a liberalização tem um impacto positivo ao nível do crescimento de uma economia, pois para estes os estudos empíricos que vem sendo efectuado sobre esta relação são feitos de forma limitada, e a relação é comprovada positiva apenas por falta de obtenção de dados fiáveis.

Contrariando a possibilidade de haver uma relação positiva entre a liberalização comercial e o crescimento, Stiglitz (2006) apud Lopez e Thirlwall ( 2003, p. 2) diz que não é a liberalização, entendida como remoção de barreiras comerciais, que deve ser considerada para que haja crescimento, mas sim as exportações que representam uma força motriz para o crescimento económico.

Assim, mas uma vez vimos que não há uma interpretação e aplicabilidade comum sobre a liberalização, sendo que há países que defendem a liberalização, ao passo que outros são a favor do protecionismo que representa o inverso da liberalização. Edwards (1993, p. 1358), considera estas diferentes opiniões como estando presente já desde o período de Adam Smith, sendo que para o mesmo nunca foi consensual assumir de que a liberalização é de fato um veículo que leva ao crescimento económico, sobretudo particularmente no seio de alguns países em via de desenvolvimento.

Por intermédio de alguns fatos, Podkaminer (2016, p. 2) destaca que ironicamente a economia mundial observou um período de expansão do comércio

---

decorrente de maior liberalização comercial, mas que este período coincidiu de igual modo com um período de desaceleração da economia mundial.

De uma maneira geral, reiteramos mais uma vez de que tanto não há ainda uma única posição sobre a real relação entre a liberalização comercial e crescimento de uma determinada economia, mas como também há falta de consensos pode ser extensiva a relação de causalidade entre ambos os fenómenos, uma questão importante para que uma variável seja capaz de causar impacto negativo ou positivo sobre a outra.

De acordo com Amadou (2013, p. 151), a dúvida existente entre ambos os fenómenos é baseada fundamentalmente em torno da direção de causalidade, ou seja qual das questões ou variáveis provocam alteração sobre a outra, ou seja é liberalização que causa crescimento económico ou é o crescimento que leva a liberalização .

É preciso perceber que outros autores abordam igualmente sobre a relação de causalidade entre as duas variáveis, demonstrando do mesmo modo dúvida concernente a esta relação. Por exemplo, Zeren e Ari (2013, p. 317) reconhecem tal-qualmente a existência de dúvida em relação a direção de causalidade entre a liberalização e crescimento económico, sendo que esta direção é um dos motivos que vem influenciado o surgimento de diversos debates e estudos que surgem como forma de responder a real direção de causalidade, o que entende-se como havendo uma polarização de ideias.

Segundo os autores, existem tanto estudos que apontam que liberalização, por um lado, impacta positivamente aos países em via de desenvolvimento em termos de crescimento económico, como há por outro lado, outros estudos que defendem de que liberalização por sua vez é um elemento que contribui para o crescimento económico exclusivo dos países desenvolvidos, e sendo assim não deve ser entendido de que mesma promove o crescimento económico para todos os Estados em via de desenvolvimento.

Assim, deve-se registar que pese embora possa haver uma relação positiva entre a liberalização e o crescimento económico, há igualmente a possibilidade de existir uma relação negativa e pode haver também desafios na relação de causalidade entre as



---

variáveis, razão pela qual é importante usar argumentos e dados mais corretos possíveis não só para observar se a relação é positiva ou negativa, mas também para avaliar a direção de causalidade.

### **3.3.2. Liberalização como indutor de crescimento económico pela OMC**

Historicamente, a intervenção da OMC na liberalização do comércio externo surge muito antes do seu funcionamento que foi um ato que apenas tornou-se realidade em 1995, um ano após a criação desta organização (em 1994) mediante a assinatura do Acordo de Marraquexe durante o processo de negociação da ronda de Uruguai.

Apesar de ter sido criada em 1994, é digno de clarificar que os trabalhos em prol do que vem sendo feito pela OMC no domínio da liberalização do comércio datam e decorrem de diferentes ações então realizadas desde vários largos anos antes da sua criação, pois entre outros, registou-se algum progresso alcançados durante as várias negociações que antecederam a atual ronda, conhecida como ronda de Doha.

Entre os mais variados processo de negociações, como um dos mais proeminente e tangíveis processos negociação pode-se de forma mais substancial fazer referência ainda a ronda de negociação de Uruguai, por ter sido esta ronda que concorreu para criação da OMC, e por este processo ter tornando possível a organização direcionar mais o seu foco em diversas questões, incluindo na promoção de normas e ações claras de liberalização do comércio.

Irwin (1995, p. 323) afirma que a criação da OMC deveu-se de um processo de transformação do GATT, que subsequentemente deu possibilidade para que fosse criado a organização, tendo esta assim absorvido aquilo que eram tanto os pontos positivos como as fraquezas do GATT, como forma de contribuir, entre outros, para o crescimento económico mundial.

Assim, o GATT pode ser ressaltado como um dos primeiros instrumentos da OMC de promoção da liberalização do comércio internacional, com intenção de

---

assegurar uma relação positiva entre a liberalização e o crescimento.

Por exemplo, o GATT, criado em 1947, no seu preâmbulo, entre os seus objectivos é destacado o desejo de promover o crescimento económico, por via da redução de barreiras tarifárias e de outras barreiras, bem como da eliminação de tratamentos discriminatórios aplicáveis ao comércio internacional.

Claramente por via deste instrumento, este é indiscutivelmente considerado como um veículo na promoção da liberalização do comércio internacional, e entende-se que a implementação do mesmo representa um reforço adicional para o crescimento económico mundial, por via da liberalização do comércio externo.

No entanto, apesar da criação do GATT e de ter existido várias outras contribuições complementares em termos de liberalização do comércio multilateral, uma parte significativa das contribuições no que toca a liberalização multilateral vem decorrendo sob égide da OMC que tem como um dos focos mais importantes promover a crescimento económico, por via da liberalização do comércio multilateral.

Desde a sua criação, a OMC vem desenvolvendo um conjunto de instrumentos direccionados tanto para questões tarifárias como para questões não tarifárias. Sem posicionar as outras iniciativas da organização num ponto de menor ou maior relevância, sob coordenação da organização foram criado diversas ações, incluindo o lançamento do mais recente ciclo de negociação, conhecido como ronda de Doha (Agenda de Desenvolvimento de Doha), lançada em 2001, ainda de modo que liberalização do comércio possa promover o crescimento económico.

No âmbito da ronda Doha, depois de muitos anos de negociação, e com pouco progresso alcançado no contexto da ronda, um dos mais recentes instrumento da OMC no que concerne à liberalização, cujo foco consiste em reforçar o crescimento económico mundial, é o Acordo sobre a Facilitação do Comércio desta organização, Acordo que entrou em vigor em Fevereiro de 2017, depois de ter sido concluído as suas negociações em Dezembro de 2013, em Bali, na Indonésia.

---

Para a OMC (2014), além de conter outros artigos, o Acordo de facilitação comporta fundamentalmente 12 artigos, inseridos com o desejo de acelerar o rápido movimento, desalfandegamento e liberalização de mercadorias, incluindo aquelas em trânsito. Segundo ainda a OMC, a implementação destes artigos visa igualmente assegurar a redução substancial do custo das transações inerente ao fluxo de comércio externo a nível global.

Segundo a OMC ( 2015, p. 73) sublinha, estudos empírico, com base em métodos científicos aceitáveis, apontam que do período de 2015 a 2030, a implementação Acordo de facilitação do comércio, de forma geral, deverá não unicamente resultar no aumento de 2,7% do volume total das exportações anual, mas também resultara no aumento acima 0,5% da taxa de crescimento anual da economia mundial, o que efetivamente demonstra que há uma correlação positiva entre a liberalização do comércio e o crescimento económico, por via da implementação do referido Acordo.

Acrescenta ainda a OMC, de que as previsões apontam igualmente que entre o período de 2015 a 2030, as taxas de crescimento anual deverão ser superior para os países em via de desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos, tendo em conta que as previsões apontam igualmente que Acordo traz maior benefícios para os países em via de desenvolvimento.

Apesar de ser desafiante auferir com facilidade o impacto positivo que as políticas e programas da OMC em matéria de liberalização causaram a nível do crescimento económico, sobretudo crescimento económico global, existem vários estudos que destacam que as políticas e programas da OMC tiveram impacto positivo a nível do crescimento económico, não só propriamente para os países Membros da OMC, mas também tiveram impacto positivo na economias dos países não Membros.

Portanto deve ser claro que a promoção da liberalização do comércio internacional vem sendo promovida desde longas data pela OMC com objectivo desta impactar positivamente no crescimento económico tanto mundial, como crescimento económico das nações que abraçarem as políticas e programas da OMC sobre

---

liberalização, o que demonstra mais certamente que efetivamente existe uma relação positiva entre a liberalização e crescimento económico.

Segundo Liu (2015, p. 1), o crescimento económico deve ser encarado como um dos objectivos finais de quaisquer programas ou políticas de liberalização, seja ela de forma multilateral ou de forma regional, e a procura de crescimento económico tem sido um dos principais elementos que motivam os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento a abraçarem este tipo de programas ou políticas

### **3.3.3. Outros argumentos promovendo a Liberalização**

Na teoria do comércio internacional foi já possível notar de que a liberalização comercial, entre outros benefícios, pode causar um impacto positivo no crescimento da economia de um determinado País, pelo que é com base nesta possibilidade que variados estudos empíricos vêm sendo apresentados sustentando esta afirmação.

Na senda do acima, podemos observar que além de argumentos já apresentados no contexto das políticas e programas da OMC, baseado na afirmação de que a liberalização induz crescimento, há do mesmo modo outros estudos empíricos já realizados que ilustram que efetivamente há uma relação positiva entre ambas questões.

Segundo outros autores, a liberalização comercial permite a melhoria no que toca à alocação de recursos, através das vantagens competitivas, possibilita mais utilização do conhecimento e da tecnologia e encoraja a concorrência tanto nacional como internacional no contexto da produção ( Chang et al, 2005 *apud* Habibi, *ibidem* 2015, P.120).

Para Andersen e Babula (2009, p. 8), a abertura ao comércio externo, a que entende-se puramente como liberalização, é igualmente susceptível de causar crescimento da economia de um País, normalmente mediante dois principais ângulos, nomeadamente acumulação de capital e crescimento da produção nacional.



---

Os autores, afirmam que a liberalização pode afectar ambos os ângulos, atendendo que na vertente do aumento do capital a abertura pode resultar no aumento quer do capital físico e quer humano de um determinado País, ao passo que no se refere ao aumento da produção nacional a abertura é susceptível de causar incremento da produção em função do aumento da tecnologia.

É importante ter-se em atenção de que além dos referidos principais elementos relacionados à liberalização, há outros ainda que provocam efeitos positivos no crescimento da economia. Para Lisboa et al (2010, p. 278), vários estudos mencionam que há uma relação positiva entre a liberalização comercial e o aumento da produtividade a nível dos países em via de desenvolvimento, mas num cômputo geral estes estudos ilustram de que o aumento do crescimento é derivado pelo aumento da competição ou por via da redução do preço, questões que igualmente surgem como resultado de maior liberalização comercial.

Para Baldwin (2000, p. 4), que apresenta a liberalização comercial como sendo um questão mais alargada, envolvendo diversas questões, tais como barreiras tarifárias e não tarifárias, este afirma também que esta tem um impacto positivo sobre o crescimento económico. Para o autor, as questões de fórum tarifárias, englobam taxas e subsídios aplicáveis a importações e exportações, ao passo que para o mesmo as barreiras não tarifárias, abarcam políticas ligadas às taxa de câmbio, taxas e subsídios domésticos, políticas regulatórias e de competição, políticas de educação, aspectos ligados aos sistema jurídico de um País e outros.

Assim, logicamente que a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias tende a provocar um efeito positivo no que toca ao crescimento da economia de um país. Para Habibi (2015, p. 120), a liberalização pode ser entendida como uma força importante para o progresso das sociedades, desempenhando um papel catalisador não apenas na promoção do crescimento, mas subsequentemente também no desenvolvimento económico de um País.

## 4. METODOLOGIA E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo vamos apresentar a metodologia utilizada para examinar que impacto a liberalização do comércio externo pode provocar no crescimento da economia de Angola, e para tal apresentamos uma abordagem teórica focada na utilização do Modelo de Vetor Autorregressivo (VAR).

Seguindo outros estudos empíricos já realizados, de forma puramente teórica, no presente capítulo abordamos a utilização de certos testes, tais como teste de Raiz Unitária ou de estacionaridade e teste de Cointegração, focando-nos no teste de Dickey e Fuller Aumentado (ADF) e nos testes de Cointegração de Johansen, respetivamente.

Atendendo que no contexto de VAR, em alguns casos, urge a necessidade de se proceder à estimação do modelo corretor do erro vetorial (VECM), apresentamos igualmente aspectos teóricos relacionados com o uso de VECM, e procedemos do mesmo modo com outros testes que se apresentam relevantes para este tipo de VAR e para o nosso trabalho, tais como o teste de Causalidade à Granger.

Portanto, importa ainda sublinhar que depois de uma árdua análise preliminar sobre diversas variáveis, neste capítulo são também apresentadas as variáveis que serão utilizadas no modelo a estimar para o caso de Angola.

### 4.1. VAR, fundamentos teóricos sobre o uso do modelo VAR

Historicamente, desde longos anos diversos modelos de cariz económica vêm sendo estudados para apresentarem uma explicação relevante e convincente no que toca a fenómenos reais que caracterizam as mudanças ou ciclos económicos da vida humana.

O modelo de Vetor Autorregressivo, ou VAR, tem sido nas últimas três décadas

---

e continua a ser usado por vários autores e estudos empíricos para explicar fenómenos dinâmicos, em várias vertentes da ciência, incluindo na explicação de transformações económicas que vêm ocorrendo.

Em termos de conceção, o modelo VAR, segundo Einfeld et al (2010, p. 151), foi criado particularmente na década de 80, por Sims, com o objetivo de analisar relações lineares dinâmicas entre variáveis económicas, sendo todas elas tratadas como endógenas.

Segundo Pfaff (2008, p. 1), volvidos alguns anos após a apresentação do VAR, e depois de algumas críticas terem sido dirigidas a este tipo de modelo, o mesmo passou por um processo evolutivo, tornando-se até os dias de hoje um modelo de referência em estudos econométricos.

Para Kennedy (2003, p. 323), o VAR figura-se como um modelo relevante, pois o mesmo apresenta-se como um dos modelos recentes para ultrapassar ou corrigir algumas insuficiências que os tradicionais modelos estruturais econométricos apresentam pelo fato de que aquelas especificações, consideradas como dinâmicas nos tradicionais modelos, não eram devidamente vistas como flexíveis suficientemente para explicar situações de desequilíbrio.

Embora o VAR tenha ganhado muita aceitação desde a sua conceção, são igualmente conhecido críticas dirigidas ao mesmo. Em termos de críticas, podemos destacar uma crítica feita por Kennedy (ibidem), por meio da qual o autor afirma que a interpretação que se faz a questão de ortogonalidade num VAR é controversa, sujeita a discussão, pois não é claro como a mudança de uma variável não tem efeito numa outra variável parte de um sistema simultâneo como é o caso do VAR.

Uma outra crítica esta associada ao fato do VAR possibilitar normalmente a estimativa de modelos com um número reduzido de variáveis, o que se impõe como uma das principais desvantagens, concorrendo para que o modelo VAR não seja recomendado para ser usado em estudos económicos que envolvem um grande número de variáveis.

Sem desprimor de existirem críticas a este tipo de modelo, o VAR não deixa de ser visto como uma ferramenta crucial usada em estudos de previsões, abrangendo políticas analíticas e teorias de avaliação, pois em termos de vantagens, este dá ainda a possibilidade de mesmo numa forma reduzida, em termos de variáveis, serem estimado no mundo atual modelos económicos (Pesaran e Smith, 2006, p.2).

Com a possibilidade de serem executados diversos testes econométricos, alguns dos quais alguns foram realizados neste trabalho, segundo Harvey (1997, p.199) apud Rao (2007, p. 8), a utilização do VAR torna-se mais aceitável a nível da ciência, pelo fato deste permitir a introdução de modificações de tal maneira que possam ser feitos testes de Cointegração, respeitando as relações de equilíbrio a longo prazo entre as variáveis, através de mecanismo de correção de erros (VECM). Porém, é importante reiterar que no âmbito do VAR, além de testes de Cointegração, podem igualmente ser feitos outros testes.

De acordo com Bjørnland (2000, p. 5), para usar um modelo VAR torna-se necessário inicialmente decidir qual o número reduzido de variáveis que devem ser incorporadas no referido modelo, de modo que, além de outras questões, seja possível especificamente observar a dinâmica do modelo com base no efeito na amostra usada para estimar o modelo e proceder análises empíricas específicas.

No que se refere ainda a análise, o VAR permite, de forma estruturada, analisar hipóteses económicas não somente em matéria de previsões, mas também em termos de outras questões, incluindo decomposição histórica, erros de previsões de decomposição das variáveis (Luetkepohl, 2011, p. 2).

Embora em distintos estudos sejam apresentadas diferentes formas do modelo VAR, Aka (2006, p.71) apresenta um VAR pelo seguinte sistema de equação simples, abaixo indicado, cuja formulação também aceitamos:

$$Y_t = \alpha_0 + \alpha_1 Y_{t-1} + \alpha_2 Y_{t-2} + \dots + \alpha_s Y_{t-s} + \xi_t \quad (\text{Equação n.º 1})$$

Onde:



---

$Y_t$  representa um vetor com variáveis endógenas;

$\alpha_1, \alpha_2, \dots, \alpha_s$  representam matrizes de coeficientes a serem estimados;

$\xi$ , representa um vetor de variáveis residuais.

Há argumentos que apontam que num VAR pode ser possível a utilização de um número de variáveis limitado, sendo que o VAR tanto pode ser restrito como não. Segundo Verbeek (2012, p.351), o VAR permite não somente descrever a evolução dinâmica entre um número de variáveis que apresentam uma história comum, mas de forma simplificada pode apenas envolver duas únicas variáveis, tais como  $Y_t$  e  $X_t$ .

## 4.2. Teste de Estacionariedade

A estimação de um modelo em que todas ou algumas das variáveis são não estacionárias é susceptível de causar problemas numa regressão, nomeadamente o problema da regressão ser espúria. Assim, os testes de Estacionariedade desempenham um papel importante antes da estimação do modelo de interesse.

Segundo Hussaini et al. (2015, p. 7), embora nem todas as regressões não estacionárias sejam necessariamente espúrias, importa acautelar essa possibilidade testando a estacionariedade das variáveis em estudo, antes de aplicar a metodologia do modelo VAR.

Singh (2006, p. 6), partilha igualmente a visão de que o teste de estacionariedade representa um papel indispensável na estimação de modelos do tipo VAR, pois para este autor, havendo muitas séries temporais que têm natureza não estacionária, isso levará a que os testes em regressões estáticas sejam feitos não somente de forma inadequada, mas também que apareçam inferências erradas e ilusórias.

O teste de estacionariedade pode ser feito com base em diferentes abordagens, desenvolvidas por vários autores, para revelarem ou testarem sobretudo a existência ou

não de Raiz Unitária nas variáveis em estudo, razão pela qual inúmeras vezes é citado igualmente como teste de Raiz Unitária.

Apesar de serem desenvolvidos e reconhecidos diversos testes para determinar a existência ou não de estacionaridade ou ainda a presença de Raiz Unitária nas variáveis, Margarido (2004, p. 88), que também não deixa de reconhecer a possibilidade de serem usados outros testes, salienta que um dos mais importantes é o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF).

Assim, embora possam ser feitos outros testes, tais como testes de Phillips-Perron (PP), Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS) e outros, é importante sublinhar que o teste ADF, que ensaia a presença de Raiz Unitária em séries temporais, é dos mais usados e mais seguros para determinar se a variável é estacionária ou não.

Segundo menciona Aka (2006, p. 71), num Modelo de VAR, para se proceder o teste de Raiz Unitária com base no Dickey-Fuller Aumentado (ADF), pode ser usado como referência a seguinte equação:

$$\Delta Y_t = \alpha + \beta t + \theta Y_{t-1} + \sum_{j=1}^p \delta_j \Delta Y_{t-j} + \varepsilon_t \quad (\text{Equação n.º 2})$$

Onde:

Y representa a variável a ser considerada;

$\alpha$  representa o termo constante;

$\beta$  representa um termo de tendência linear;

$\theta$  representa um coeficiente que será zero em caso de Raiz Unitária;

p representa o número de defasamentos;

---

$\varepsilon_t$  representa a variável residual.

Numa primeira fase, se procedermos o teste de estacionaridade usando a referida fórmula, o resultado do teste deverá indicar se as variáveis contêm ou não Raiz unitária. Assim, a presença de Raiz Unitária, significa que a variável é não estacionária, ao passo que a não existência de Raiz Unitária, significa que a variável é estacionária, respetivamente, tendo em conta o nível de significância a ser escolhido para proceder à interpretação.

É importante sublinhar que em caso das variáveis em estudo numa primeira fase do procedimento do teste de Raiz Unitária serem não estacionárias, recomenda-se testar as variáveis em primeira diferença para averiguar se estas já são estacionárias, caso em que as variáveis originais se dizem ser integradas de ordem 1, ou I(1). Por seu turno, a variável em diferenças, que já não tem Raiz Unitária (a diferenciação eliminou-a) diz-se serem integrada de ordem zero, ou I(0), podendo ser estacionária ou estacionária com tendência, caso possua, neste último caso, uma tendência determinística. Se uma variável possui duas raízes unitárias, será I(2), a primeira diferença I(1), e só a segunda diferença é que será I(0).

### **4.3. Teste de Cointegração**

O teste de Cointegração tem uma capital importância nos trabalhos de séries temporais em economia, pelo fato deste igualmente possibilitar estudar e analisar relações estruturais entre as variáveis económicas (não estacionárias) utilizadas num determinado modelo.

O teste normalmente é usado para determinar a existência ou não de Cointegração entre as variáveis incluídas num determinado modelo. Segundo Gujarati (2012) apud Hassan Hussaini et al. (2015, p. 8), economicamente duas ou mais variáveis (não estacionárias) são consideradas cointegradas quando as mesmas têm uma relação de equilíbrio de longo prazo.

Importa salientar que para proceder ao teste de Cointegração das variáveis não existe apenas um único método analítico, mas um dos métodos mais usado está ligado ao contributo apresentado por Johansen, que propõe dois testes, um deles usando a estatística do traço ( $J_{\text{trace}}$ ) e o outro a do máximo valor próprio ( $J_{\text{max}}$ ).

De modo a proceder-se a uma análise da existência de uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis que fazem parte de um determinado VAR já identificado, Hjalmarsson e Österholm (2007, p. 5), sublinham que o teste de Cointegração faz-se usando como referência as duas equações abaixo, sendo a Equação n. 3, referente à estatística do traço, e a Equação n. 4, referente à estatística do máximo valor próprio, respetivamente. Assim, segundo os autores, as equações podem ser formuladas da seguinte maneira:

$$J_{\text{trace}} = -T \sum_{i=r+1}^n \ln(1 - \hat{\lambda}_i) \quad (\text{Equação n. 3})$$

$$J_{\text{max}} = -T \ln(1 - \hat{\lambda}_{r+1}) \quad (\text{Equação n. 4})$$

Onde:

$T$  representa o tamanho da amostra;

$n$  representa o número de variáveis endógenas (e de equações) do VAR;

$\hat{\lambda}_i$ , representa cada valor próprio da matriz de coeficientes do VAR;

$r = 0, 1, \dots, n - 1$ , representa o número de vetores de Cointegração a testar.

Segundo destaca Hjalmarsson e Osterholm (ibidem), a estatística do traço testa a hipótese nula de  $r$  vetores de Cointegração contra a hipótese alternativa de  $n$  vetores de Cointegração, enquanto que a estatística do máximo valor próprio testa a hipótese nula de  $r$  vetores de Cointegração contra a hipótese alternativa  $r+1$  vetores de



---

Cointegração.

De acordo com vários estudos, no caso de haver presença de Cointegração entre as variáveis em estudo recorre-se a uma subsequente análise que é feita estimando um Modelo Corretor do Erro Vetorial (VECM).

#### **4.4. Modelo Vetorial de Correção de Erro**

De modo a colmatar algumas insuficiências que apresentavam os iniciais Modelos VAR, em particular quando as séries são não-estacionárias, em 1987, surge através de Engle e Granger o modelo VECM, por meio do qual foi e vem sendo dada especial atenção às relações de equilíbrio de longo prazo.

Na estimação deste tipo de VECM, deve ter-se atenção que após o teste de Cointegração, caso as variáveis sejam efetivamente cointegradas, torna-se importante proceder à introdução do termo ou vetor de correção de erro no modelo inicial do VAR.

Usando um VECM é possível determinar o comportamento das variáveis integradas no modelo, quer em termos de impacto de longo prazo quer do ajustamento dinâmico a curto prazo.

Para Rao (2007, p. 17), justifica-se a utilização de VECM, pois este permite a identificação e teste do nível de significância estrutural dos coeficientes, fazendo jus à importância da relação estabelecida teoricamente. Segundo o autor, uma importante particularidade relativamente ao VECM prende-se com o fato deste, tal como o VAR, tratar todas as variáveis como endógenas, e limitar o uso das variáveis aquelas que são relevantes de acordo com a teoria.

O VECM permite não somente distinguir as relações de Cointegração entre as variáveis dinâmicas de curto prazo, mas igualmente torna possível medir o tempo de resposta em termos de ajustamento que leva para o alcance de equilíbrio em caso de ocorrência de choques num determinado contexto.

Segundo Fitzová et al (2015, p. 47), através da estimação deste tipo de modelo abre-se a possibilidade de observar estimativas que contêm termos de correção de erros, dos quais os seus números dependem da estratificação apresentada numa matriz de Cointegração.

Rao (2007, p. 17) afirma que o VECM, comparativamente ao VAR, além de ser um modelo que estuda o comportamento das variáveis a curto prazo, tem ainda a particularidade de permitir que através dele seja identificada e testada quer a relevância estrutural dos coeficientes quer a relevância do teste de Raiz Unitária.

No entanto, é preciso ter em atenção que um VECM é ainda visto como um modelo VAR, com as variáveis estimadas que aparecem de forma individualmente I(1), e exibem um comportamento de Cointegração (Fitzova e Zidek, 2015, p. 47).

Uma equação de VECM a ser estimada, no âmbito do presente estudo, pode ser apresentada da seguinte forma:

$$\Delta \text{cPIB}_t = \beta_{10} + \sum_{i=1}^P \beta_{11,i} \Delta \text{IDE}_{t-i} + \sum_{i=1}^P \beta_{12,i} \Delta \text{Inf}_{t-i} + \sum_{i=1}^P \beta_{13,i} \Delta \text{GA}_{t-i} + \sum_{i=1}^P \beta_{14,i} \Delta \text{cTC}_{t-i} + \sum_{i=1}^P \beta_{15,i} \Delta \text{cPIB}_{t-i} + \lambda_1 \text{ECT}_{t-1} + \epsilon_{1t} \quad (\text{Equação n. 5})$$

Onde:

Os símbolos  $\beta_j$ , representam coeficientes dos valores desfasados de cada variável no curto prazo, determinando o impacto que as variáveis independentes têm em relação ao crescimento económico como variável dependente, ao passo que  $\Delta$  representa a diferença de cada variável em dois períodos consecutivos de tempo.

P indica o número de desfasamentos e representa a duração que leva em termos de ajustamento na obtenção de equilíbrio quando há existência de choques no sistema, e ECT indica o termo corretor do erro desfasado um período (assumindo apenas um vetor de Cointegração).

---

## 4.5. Teste de Causalidade à Granger

No contexto da análise de um modelo VAR, um importante teste visa determinar o grau de Causalidade entre as variáveis estudadas. Este teste, o teste de causalidade, desempenha um papel indispensável na análise de impacto económico, pois permite uma percepção ou entendimento da interação que existe entre as variáveis num determinado modelo e aponta a direção de Causalidade entre as referidas variáveis.

De acordo com Fitzova e Zidek (2015, p. 46), a Causalidade foi um conceito primeiramente apresentado por Granger, em 1969, mas é importante estabelecer que este conceito não deve ser aqui entendido como “o que provoca um efeito”, mas apenas em termos de melhorar a previsão.

O conceito de Causalidade à Granger pode ser mais facilmente compreendido através de Ferreira (1993, p. 84):

« Dado um determinado conjunto de informações do qual fazem parte as variáveis  $x$  e  $y$ , diz-se que a variável  $Y$  Granger causa a variável  $x$  se o valor corrente de  $x$  pode ser predito com maior acuidade quando se levam em conta valores passados de  $Y$ , em contraste com uma alternativa em que a história de  $Y$  é ignorada.»

Fazendo uma clara interpretação sobre a Causalidade no âmbito de um modelo VAR, Konya e Singh (2006, p. 8) afirmam que a Causalidade à Granger, como conceito, deve ser visto como um evento precedente, pois esta é baseada na ideia de que uma causa do ponto de vista de sequência não pode surgir depois de um efeito.

Com base num simples cenário, em que são consideradas duas variáveis,  $X$  e  $Y$ , Konya e Singh (ibidem, p. 8) destacam que  $X$  como variável pode ser considerada causa de  $Y$ , no sentido de Granger, quando o passado de  $X$  ( $X_{t-1}, X_{t-2}, \dots, X_0$ ), ajuda a prever o valor corrente de  $Y$ .

Para Fitzova e Zidek (2015, p. 46), num cenário simples, em que são consideradas igualmente duas variáveis, estes autores destacam que o teste de

---

Causalidade é utilizado para determinar o nível de previsibilidade das variáveis. Se, por exemplo, os valores da variável Y podem ser previstos, no presente, mediante o reforço da utilização dos valores passados da variável X, os autores afirmam claramente que X tem a característica de causar Y.

A direção de causalidade, seguindo os argumentos de Fitzova e Zidek (2015, p.46), é algo flexível, pois pode ser num único sentido (unidirecional) ou em ambos os sentidos (bidirecional). Estes autores apresentam as seguintes equações para explicar o fenómeno de Causalidade à Granger:

$$Y_t = \alpha + \sum_{i=1}^p \varphi_i Y_{t-i} + \sum_{i=1}^q \delta_i X_{t-i} + n_t, \quad (\text{Equação n. 6})$$

$$X_t = \beta + \sum_{i=1}^p \pi_i X_{t-i} + \sum_{i=1}^q \lambda_i Y_{t-i} + \xi_t, \quad (\text{Equação n. 7})$$

Onde  $\alpha$  e  $\beta$  são termos constantes, ao passo que  $\varphi_i$ ,  $\delta_i$ ,  $\pi_i$ ,  $\lambda_i$  representam coeficientes das variáveis desfasadas. No que concerne a p e q, cada um destes representa o nível ótimo de desfasamento das séries Y e X.

A forma habitual de testar a Causalidade à Granger consiste no uso das estatísticas F. Assim, rejeitar, pelo teste F, que os  $\delta_i$  são zero na Equação 6 indica que X causa, à Granger, Y. Por outro lado, a rejeição da hipótese nula de que os  $\lambda_i$  são zero na Equação 7, pelo teste F, indica que Y causa X, no sentido de Granger.

No caso da não possibilidade da realização do teste de Causalidade com base no método de interpretação das estatísticas F, um dos métodos alternativos também usados consiste em testar a Causalidade com base na abordagem desenvolvida por Toda e Yamamoto, teste conhecido como Toda-Yamamoto teste de Causalidade de Granger, desenvolvido em 1995.



---

O teste de Toda-Yamamoto para a Casualidade à Granger é um teste recomendável como alternativo ao teste de à Granger, pois oferece maior flexibilidade, podendo ser aplicado a séries  $I(0)$ ,  $I(1)$  ou  $I(2)$ , ou ainda cointegradas entre si. O teste baseia-se numa estatística de Wald modificada.

No entanto, essa flexibilidade é menos premente no âmbito do nosso trabalho, uma vez que começamos por investigar a ordem de integração das variáveis e a existência ou não de Cointegração. Assim, prevemos apenas aplicar o teste de casualidade à Granger, optando pela interpretação das estatísticas de F, seguindo o paradigma já adoptado noutros estudos de impacto.

#### **4.6. Função Impulso-Resposta e Decomposição da Variância**

A ocorrência de choques numa economia, quer seja por intermédio da introdução de uma política na esfera fiscal, monetária ou numa outra esfera, incluindo a introdução de uma política de inovação, é susceptível de causar alterações na economia do país ou mesmo de outros, provocando mudanças extensivas a um conjunto de variáveis que influenciam o funcionamento de uma economia.

No âmbito do modelo VAR, a Função Impulso-Resposta, entre outras funções, permite estudar o impacto de choques que podem provocar numa ou outras variáveis endógenas ou exógena, causando alterações a nível do modelo, ou seja através desta função é possível analisar a interação dinâmica entre as variáveis.

Deste modo, através de uma simples abordagem, Sharma e Panagiotidis (2004, p. 14) mencionam que a Função Impulso-Resposta permite acompanhar o efeito da ocorrência de choque provocado por intermedio da introdução de uma determinada política, por exemplo uma política de inovação, o que é susceptível de causar alterações nas variáveis endógenas quer num atual ou futuro período.

---

## 4.7. Variáveis escolhidas e representação gráfica das variáveis

### 4.7.1. Variáveis escolhidas

De acordo com Bjørnland (2000, p. 5), para analisar um Modelo de VAR como primeira questão torna-se necessário inicialmente determinar que número reduzido de variáveis deve ser incorporado no referido modelo de modo que, além de outras questões, seja possível especificamente estimar a dinâmica do modelo com base na amostra usada ou proceder a análises empíricas específicas.

Atendendo que o objetivo do nosso trabalho, entre outros, é estudar se há ou não relação entre liberalização do comércio externo e o crescimento da economia angolana, neste trabalho foram escolhidas as seguintes variáveis:

- Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto de Angola, neste trabalho representada de forma abreviada por cPIB em percentagem anual;
- Entrada líquida de Investimento Direto Estrangeiro anual em Angola, neste trabalho representada de forma abreviada por IDE em percentagem do PIB anual;
- Taxa de Inflação anual, neste trabalho representada de forma abreviada por Inf em percentagem anual;
- Gau de Abertura Comercial anual de Angola, representado de forma abreviada por GA em percentagem do PIB anual;
- Taxa de crescimento do Câmbio anual de Angola face ao dólar, neste trabalho representada de forma abreviada por cTC de forma anual.

Uma questão de capital importância que interessa ressaltar sobre as variáveis

acima referidas é que estas são de natureza temporal, com observações anuais desde 1991 a 2016, por ser apenas possível obter este número de observações. Os dados das variáveis foram recolhidos a partir da Base de Dados do Banco Mundial.

Para determinar o impacto da liberalização no crescimento da economia de um determinado país, usando um Modelo VAR, podem certamente existir outras variáveis que podem ser incorporadas em estudos da mesma dimensão. Assim, por haver esta flexibilidade, há estudos empíricos que usam como referência duas principais variáveis, nomeadamente os valores anuais das importações e exportações de um determinado país.

No presente modelo que analisamos para o caso de Angola, as importações e exportações não são usadas individualmente como variáveis explicativas, pelo fato de na base de dados estas estarem disponíveis apenas em valor nominal, fazendo pouco sentido misturá-las no mesmo modelo com variáveis reais.

Para Rao (2007, p. 14), no âmbito de VAR, existem igualmente estudos empíricos que optaram por ignorar variáveis nominais, não combinando o uso de variáveis nominais com aquelas de cariz real, e optam apenas por considerar variáveis reais, tal como foi a nossa decisão neste trabalho. Porém, embora não sejam variáveis usadas individualmente no nosso estudo, vale a pena destacar que os dados anuais das importações e exportações serviram como base para determinar ou calcular o grau anual de abertura comercial de Angola.

Em função do grau de flexibilidade que existe na escolha das variáveis, no contexto de Angola, sem prejuízo de poderem ser usadas outras variáveis, depois de uma análise preliminar detalhada para estimação do VAR foram escolhidas apenas as variáveis já referidas, determinando o crescimento do PIB angolano como uma função com as seguintes características:

$$Y = f(IDE, Inf, GA, CTC) \quad (\text{Equação n. 8})$$

Onde:

Y, representa a Taxa de Crescimento do PIB angolano (cPIB), que se apresenta

---

como função dependente de quatro outras variáveis, nomeadamente IDE, Inf, GA, cTC. Assumindo que seja justificável a escolha das variáveis definidas para o estudo, as variáveis usadas possuem as seguintes particularidade específicas:

- o Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto anual de Angola

A cPIB representa a variação da soma monetária em valores de todos os bens e serviços finais produzidos em Angola durante um período de um ano. Embora seja um indicador dependente de várias questões, no modelo, cPIB apresenta-se com dependente positivamente ou negativamente das mais variáveis exógenas, nomeadamente IDE, Inf, GA e cTC.

- o Investimento Direto Estrangeiro anual

O IDE, como variável independente no nosso modelo, representa a entrada líquida de investimento direto estrangeiro anual em Angola. Este em diversos estudos desempenha um papel importante no crescimento da economia de um país, sendo por esta razão que diversos estados criam políticas de modo a incentivar o investimento.

Assim aceitamos de que o IDE tem um papel importante no crescimento da economia angolana, e no contexto do nosso modelo apresenta-se com capacidade de provocar um efeito positivo (+) no crescimento da economia angolana.

- o Taxa de Inflação anual

A Taxa de Inflação, que tem como referência Índice de Preços no Consumidor, representa o aumento contínuo e generalizado dos preços na economia angolana e no modelo a estimar representa uma variável independente.

Segundo Echeikoba et al. (2015, p. 60), a taxa de inflação desempenha um papel muito importante no comércio internacional, mas esta tanto encoraja como desencoraja o comércio. Assim, no presente trabalho abrimos a possibilidade de o efeito desta taxa poder ser positivo ou negativo (+/-).



---

o Grau de Abertura comercial anual

O Grau de abertura é uma variável calculada através dos dados disponíveis na Base de Dados do Banco Mundial, usando como referência três indicadores, nomeadamente valores das exportações, importações e do PIB anual de Angola, e foi calculado com base na seguinte equação:

$$GA = \frac{X + M}{GDP} \quad (\text{Equação n. 9})$$

Onde:

X representa o valor anual das exportações;

M representa o valor anual das importações;

GDP representa o PIB anual.

Assim, neste trabalho, o Grau de Abertura Comercial representa um rácio calculado mediante a soma das exportações e importações de bens e serviço de e para Angola sobre o PIB anual, ou seja é o somatório do comércio total, dividido pelo PIB nacional num determinado período.

É uma variável que se apresenta como independente no modelo, tem um efeito positivo (+) no que toca ao crescimento do PIB, e é uma proxy usada para representar o dinâmica de liberalização comercial em Angola.

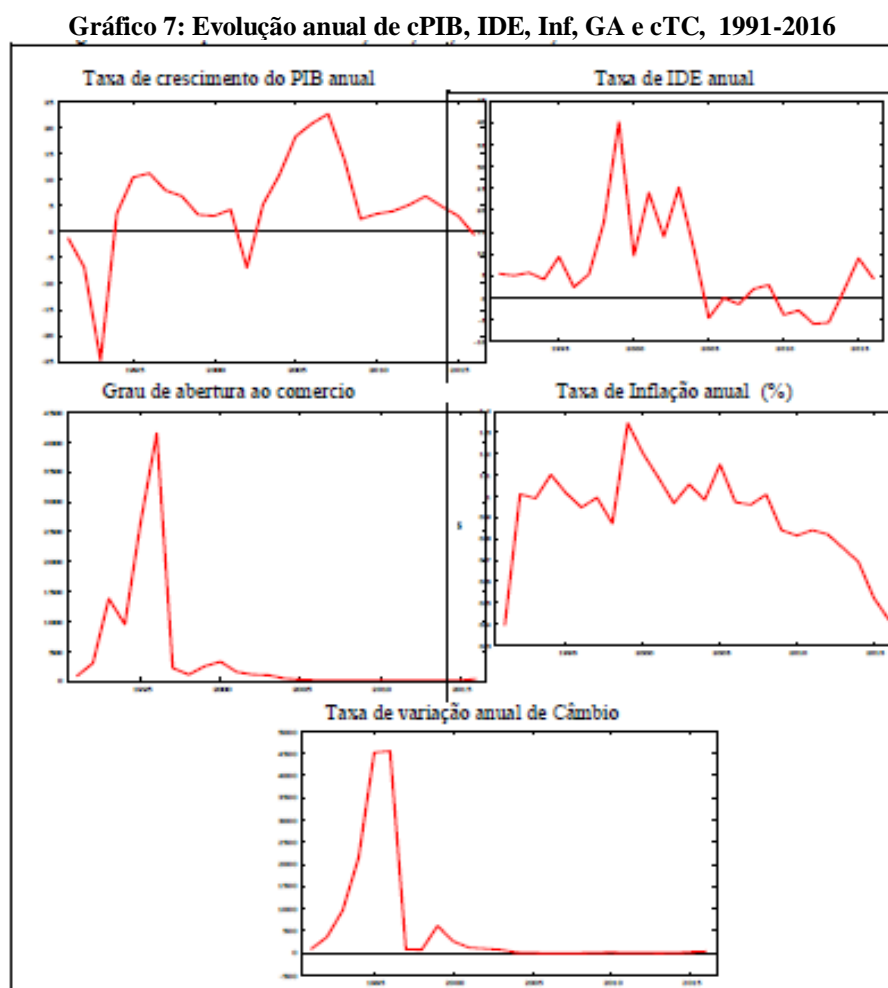
o Crescimento da Taxa de Câmbio anual

O crescimento da taxa de câmbio tem como moeda estrangeira de referência o dólar americano, e é uma variável calculada usando como referência o crescimento do câmbio anual num determinado período.

No contexto do modelo a estimar, esta taxa de crescimento apresenta-se como uma variável independente, igualmente com dois efeitos possíveis, negativo (-) ou positivo (+).

#### 4.7.2. Representação gráfica das variáveis

Na Figura 8, ilustramos graficamente a evolução temporal de cada das variáveis, cobrindo dados de 1991 a 2016. De uma forma geral, visualizando cada uma das variáveis, de uma maneira intuitiva, observamos que as mesmas revelam um comportamento de não estacionariedade.



Fonte: Elaboração própria

---

Ainda no contexto da Figura 8 referida anteriormente, apesar das variáveis exibirem um comportamento de não estacionariedade, para garantir a confiabilidade do modelo, é imperioso e necessário a realização de testes específicos para melhor definir se as variáveis de fato são ou não estacionárias, o que nos leva a proceder ao teste ADF para posteriormente serem efetuados outras análises como de Cointegração, estimação de VECM, e testes como Causalidade, função impulso resposta e decomposição da variância.

## 5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS E DISCUSSÃO

Após abordagem teórica em torno da utilização do Modelo VAR, no presente capítulo, usando as variáveis escolhidas no nosso modelo, foram realizados diversos testes a fim de melhor esclarecer o impacto da liberalização do comércio externo na economia angolana.

Seguindo a sequência apresentada no anterior capítulo, investiga-se a estacionariedade das variáveis escolhidas, mediante o teste ADF, e a Cointegração, usando os testes de Johansen.

Depois do teste de Cointegração no contexto do modelo, estimamos o Modelo Corretor do Erro Vetorial para analisar a dinâmica das variáveis a curto prazo, seguido de outras análises como a Função Impulso Resposta e Decomposição da Variância e o teste de Causalidade à Granger.

Assim, ainda no presente capítulo, apresentamos particularmente os resultados dos testes realizados, e uma interpretação dos resultados que foram obtidos como forma a responder as questões em torno do trabalho que está a ser realizado, ou seja como

---

forma de melhor responder às preocupações ligadas ao impacto da liberalização do comércio externo na economia angolana.

## **5.1. Testes realizados e discussão dos resultados**

### **5.1.1. Teste de Raiz Unitária: teste ADF**

O teste ADF consiste em aplicar a Equação n.º2 a cada variável do modelo ( $Y$ ) e testar a hipótese nula  $\theta = 0$ , ou seja,  $Y$  possui Raiz Unitária. A inclusão de tendência determinística faz-se apenas para cPIB, tendo em conta o Quadro 9 em que são vistas as variáveis. O número de desfasamentos,  $p$ , deve ser suficiente para eliminar a autocorrelação, sendo selecionado através do critério de informação de Akaike (AIC), partindo de um máximo de  $p = 3$ , que consideramos suficiente por serem dados de periodicidade anual.

As hipótese nula e alternativa podem apresentar-se da seguinte maneira:

$H_0: \theta = 0 \rightarrow$  A série não é estacionária, contém Raiz Unitária;

$H_1: \theta < 0 \rightarrow$  A série é  $I(0)$  ou estacionária.

Em termos de procedimento, compara-se o *p-value* da estatística ADF com o nível de significância escolhido, rejeitando a hipótese nula sempre que o primeiro é menor que o segundo.

O teste é feito para as variáveis em níveis, e repetido para as variáveis em diferenças, com o nível de desfasamento  $p-1$  e sem tendência. Se a hipótese nula de Raiz Unitária não se rejeita para  $Y_t$ , mas é rejeitada para  $\Delta Y_t$ , isso significa que  $Y_t$  tem apenas uma Raiz Unitária, ou seja, é  $I(1)$ .

Portanto, através das hipóteses e procedimentos acima estabelecidos, analisamos a presença ou não de Raiz Unitária nas variáveis em estudo, cPIB, IDE, Inf, GA e cTC,



como primeiro passo, através do teste ADF, testando cada variável de forma independente em níveis, e depois em diferenças, e apresentando o *p-value* respectivo no Quadro 9. Na última coluna indica-se a rejeição (R) ou não rejeição (NR), ao nível de significância de 5%, da hipótese nula de Raiz Unitária para a série indicada na primeira coluna.

**Quadro 9: Teste ADF- Resultados dos Testes de Raízes Unitárias**

Variáveis	p	Constante (C) e Tendência (T)	ADF ( <i>p-value</i> )	Conclusão (5%): Raiz unitária
<b>cPIB</b>	1	C, T	0.3005	NR
<b><math>\Delta</math>cPIB</b>	0	C	0.0000	R
<b>IDE</b>	0	C	0.0814	NR
<b><math>\Delta</math>IDE</b>	0	C	0.0000	R
<b>Inf</b>	0	C	0.0865	NR
<b><math>\Delta</math>Inf</b>	0	C	0.0001	R
<b>GA</b>	1	C	0.9288	NR
<b><math>\Delta</math>GA</b>	0	C	0.0000	R
<b>cTC</b>	1	C	0.0554	NR
<b><math>\Delta</math>cTC</b>	0	C	0.0040	R

Fonte: Elaboração própria

No Quadro 9 podemos constatar que a hipótese de Raiz Unitária não é rejeitada, ao nível de 5%, para nenhuma das variáveis em níveis, mas é fortemente rejeitada para as variáveis em diferenças. Tal indicia que as variáveis cPIB, IDE, Inf, GA e cTC deverão ser I(1). Sendo todas as variáveis integradas da mesma ordem, podemos prosseguir para a análise de Cointegração, o que faremos através da abordagem de Johansen.

### 5.1.2. Testes de Cointegração de Johansen

Analisando os dados usados para o nosso estudo, optamos pelo número ótimo de defasamentos de 3, escolhido de acordo com o AIC, normalmente utilizado para amostras pequenas como é o caso da amostra usada neste estudo.

Como refere Aka (2006, p. 71), depois de uma correta definição do nível de defasamento, pode passar-se aos testes de Cointegração, procurando assim determinar se há uma ou mais relações de longo prazo entre as variáveis. Vamos usar as estatísticas do traço e do máximo valor próprio, propostas por Johansen, segundo as equações 3 e 4. Os resultados podem encontrar-se no Quadro 10.

**Quadro 10: Resultados do Teste de Cointegração**

$H_0$	$\lambda$	$J_{\text{trace}}$	$J_{\text{trace}}$ [p-value]	$J_{\text{max}}$	$J_{\text{max}}$ [p-value]	Conclusão (5%) $H_0$
$r=0$	0.99027	226.10	[0.0000]	106.54	[0.0000]	R
$r=1$	0.95482	119.56	[0.0000]	71.235	[0.0000]	R
$r=2$	0.84435	48.321	[0.0001]	42.783	[0.0000]	R
$r=3^*$	0.13530	5.5387	[0.7501]	3.3437	[0.9115]	NR
$r=4$	0.091023	2.1950	[0.1385]	2.1950	[0.1383]	

Fonte: Elaboração própria

A hipótese nula de não Cointegração ( $r = 0$ ) é claramente rejeitada por ambos os testes, ou seja, há relação de longo prazo entre as variáveis, expressa em pelo menos um vetor de Cointegração. Como  $r = 1$  e  $r = 2$  são igualmente rejeitadas, mas  $r = 3$  não o é, concluímos então pela existência de três vetores de Cointegração, ou três relações de equilíbrio estacionárias entre as nossas variáveis, as quais serão estimadas na próxima secção.

O próximo passo será a estimação do VECM, o qual inclui os erros de equilíbrio desfasados referentes aos vetores de Cointegração identificados.

---

### 5.1.3. Estimação do Modelo Vetorial de Correção de Erro

O VECM é conhecido como um VAR restrito, o qual permite reintroduzir dados perdidos no processo de diferenciação, assumindo que podem ser registados desequilíbrios no curto prazo. Neste modelo, todas as variáveis que integram o mesmo tanto assumem-se como sendo variáveis endógenas com exógenas (Adrei e Anrei, 2014, p. 573).

Segundo Fitzova e Zidek (2015, p. 47), através da estimação deste tipo de modelo abre-se a possibilidade de observar estimativas dos termos de correção de erros, cujo número decorre dos resultados dos testes de Cointegração.

Conforme sublinhamos anteriormente, a presença de Cointegração é um aspecto essencial que se deve ter em atenção ao procedermos à estimação de um modelo vetor de correção de erros. Este pressuposto é uma condição importante, destacada em teoremas de cariz econométrico, tais como o teorema da representação de Granger.

Para Granger, a presença de um conjunto de variáveis cointegradas permite-nos inferir que existe um modelo corretor de erros válido que representa a dinâmica de curto prazo dos dados ou das variáveis envolvidas num determinado estudo (Granger, 1983 ; Engle e Granger, 1987 apud Verbeek, 2012, p.346).

Entretanto, é necessário ter-se em atenção que, mesmo que se esteja a estudar um processo envolvendo várias variáveis, de acordo com Andrei e Andrei (2015, p. 572), o VECM pode ainda ser feito mesmo quando há apenas um único vetor de Cointegração.

Seguindo procedimentos apresentados em outros estudos, ao certificarmos a existência de Cointegração entre as variáveis pode proceder-se à estimação de um Vetor de Correção de Erros, no qual obtemos informações relevantes e complementares sobre a dinâmica das variáveis em direção ao equilíbrio de longo prazo, e podemos concomitantemente ainda adquirir informações sobre o comportamento das variáveis no curto prazo.

Para a análise de longo prazo, é necessário observarmos os três Quadros seguintes, sendo estes Quadros 11, 12 e 13 que representam a estimação do modelo a longo prazo, ilustrando os três vetores de Cointegração obtidos a partir do VCEM estimado.

**Quadro 11: Vetor de Cointegração n.º 1 (PIB, GA e cTC)**

<b>cPIB (1,000)</b>	<b>GA</b>	<b>cTC</b>
<b>Coefficiente</b>	<b>-8.017</b>	<b>0.005</b>
<b>Erro padrão</b>	<b>(7.021)</b>	<b>(0.001)</b>
<b>Rácio t</b>	<b>-1.142</b>	<b>5.000</b>
<b>P-value</b>	<b>[0.253]</b>	<b>[0.000]</b>

Fonte: Elaboração própria

Com base no Quadro 11 anteriormente apresentado torna-se claro que a relação de longo prazo entre cPIB, GA e cTC pode ser descrita através da seguinte equação:

$$cPIB = 8.017GA - 0.005cTC$$

Assim, a equação acima ilustra que o aumento de 1 ponto no grau de abertura ao comércio leva um incremento de 8.017 na taxa de variação do PIB, ao passo que o aumento de 1 ponto na cTC provoca redução de 0.005 na taxa de variação do PIB de Angola. O primeiro efeito está de acordo com o esperado – maior abertura ao exterior aumenta o crescimento do PIB – todavia, esse efeito não é estatisticamente significativo aos níveis habituais ( $p\text{-value} = 0,253$  na Quadro 11). Tal pode estar ligado, no entanto, à reduzida dimensão da amostra, a única possível.

**Quadro 12: Vetor de Cointegração n.º 2 (IDE, GA e cTC)**

<b>IDE(1,000)</b>	<b>GA</b>	<b>cTC</b>
<b>Coefficiente</b>	<b>-60.091</b>	<b>-0.006</b>
<b>Erro padrão</b>	<b>(7.623)</b>	<b>(0.001)</b>
<b>Rácio t</b>	<b>-7.883</b>	<b>-6.000</b>
<b>p-value</b>	<b>[0.000]</b>	<b>[0.000]</b>

Fonte: Elaboração própria



De acordo com o quadro acima notamos que a relação de longo prazo entre o IDE, o GA e cTC, pode ser descrita através da seguinte equação:

$$\text{IDE} = 60.091\text{GA} + 0.006 \text{ cTC}$$

Portanto, através da equação acima, podemos ainda notar que o aumento de 1 ponto no grau de abertura ao comércio dá origem de um incremento de 60.091 no IDE, ao passo que o aumento de 1 ponto no cTC provoca um aumento de 0.006 no IDE, para o caso de Angola. Ambos os resultados são estatisticamente significativos.

**Quadro 13: Vetor de Cointegração n.º 3 (Inf, IDE e GA)**

<b>Inf (1,000)</b>	<b>IDE</b>	<b>GA</b>
<b>Coefficiente</b>	<b>-78.021</b>	<b>-0.741</b>
<b>Erro padrão</b>	<b>(10.204)</b>	<b>(0.0015)</b>
<b>Rácio t</b>	<b>-7.646</b>	<b>-494.000</b>
<b>P-value</b>	<b>[0.000]</b>	<b>[0.000]</b>

Fonte: Elaboração própria

$$\text{Inf} = 78.021 \text{ IDE} + 0.741 \text{ GA}$$

Assim, mediante a equação acima podemos ainda notar que quando há um aumento de 1 ponto no IDE de Angola, haverá um aumento de 78.021 ao nível do taxa de inflação de Angola, ao passo que 1 ponto de aumento no GA provocará um aumento de 0.741 na taxa de inflação. Também aqui os efeitos são fortemente significativos do ponto de vista estatístico.

Relativamente à dinâmica das variáveis no curto prazo, apresentamos apenas os resultados da primeira equação do VECM, no Quadro 14, a qual tem a variação no crescimento do PIB como variável dependente.

**Quadro 14: Relação de curto prazo (1ª equação do VECM)**

<b>Variável dependente: <math>\Delta cPIB</math></b>				
	<b>Coeficiente</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Rácio t</b>	<b>P-value</b>
<b>Constante</b>	-7.440	9.788	-0.760	0.469
<b><math>\Delta cPIB(-1)</math></b>	0.515	0.238	2.165	0.062*
<b><math>\Delta cPIB(-2)</math></b>	0.332	0.204	1.628	0.142
<b><math>\Delta IDE(-1)</math></b>	0.180	0.181	0.995	0.349
<b><math>\Delta IDE(-2)</math></b>	0.123	0.123	0.859	0.415
<b><math>\Delta Inf(-1)</math></b>	-0.076	0.024	-3.065	0.015**
<b><math>\Delta Inf(-2)</math></b>	-0.049	0.017	-2.851	0.021**
<b><math>\Delta GA(-1)</math></b>	-7.223	11.212	-0.644	0.538
<b><math>\Delta GA(-2)</math></b>	-8.535	9.790	-0.872	0.409
<b><math>\Delta cTC(-1)</math></b>	0.054	0.018	3.080	0.015**
<b><math>\Delta cTC(-2)</math></b>	0.046	0.017	2.891	0.020**
<b>EC1</b>	-0.637	0.270	-2.359	0.046**
<b>EC2</b>	-0.267	0.176	-1.517	0.168
<b>EC3</b>	0.111	0.034	3.308	0.011**
<b><math>R^2 = 0.876</math></b> <b><math>R^2</math> ajustado = 0.659</b> <b>E.P. da regressão = 4.733</b> <b><math>F(13,9) = 4.898</math> (p=0.011)</b> <b>DW = 1.978</b> <b>RESET: <math>F(2,7) = 0.269</math> (p=0.772)</b> <b>Heteroscedasticidade, BP: <math>LM(13) = 15.78</math> (p=0,391)</b> <b>Autocorrelação: <math>F(2,7) = 1.078</math> (p=0.391)</b> <b>ARCH: <math>LM(2) = 5.484</math> (p=0.064)</b> <b>Normalidade: <math>\chi^2(2) = 0.803</math> (p=0.669)</b>				

Fonte: Elaboração própria

No quadro podemos observar que o modelo apresenta um  $R^2$  de 0.876, um valor que mostra que cerca de 88% da variação em  $\Delta cPIB$  é de fato explicada pelo modelo, ao passo que 12% da variação depende de outros fatores. É um valor bastante elevado, o que revela um bom ajustamento do modelo.

Os testes de diagnóstico informam-nos que o modelo está bem especificado do ponto de vista da forma funcional (teste RESET), e que os resíduos não possuem

---

autocorrelação nem heteroscedasticidade, nem mesmo na forma condicionada autorregressiva (ARCH).

Por outro lado, os resíduos também “passam” o teste de normalidade, o que é importante para a consistência da metodologia usada, uma vez que a abordagem de Johansen, assentando na máxima verosimilhança, tem como um dos pressupostos a normalidade dos erros.

Em termos de significância, podemos verificar que o modelo como um todo se ajusta aos dados (*p-value* de 0.011 no teste F global). As variáveis individualmente mais significativas são a variação da inflação e a variação do crescimento da taxa de câmbio. O efeito de curto prazo da inflação no PIB (em variações de crescimento) é negativo, enquanto a longo prazo é nulo, pois não entra no vetor de Cointegração do PIB. Por outro lado, o efeito de curto prazo do câmbio é positivo, sendo oposto ao de longo prazo. De realçar ainda a significância estatística, a 5%, do vetor de Cointegração em que entra o PIB, com o sinal correto (negativo), confirmando assim, por via indireta, a existência de Cointegração. O coeficiente de ajustamento em direção ao equilíbrio é razoavelmente elevado (64% ao ano).

#### **5.1.4. Teste de Causalidade à Granger**

O teste de casualidade é um teste usado em vários estudos económico de carácter empírico, sendo normalmente utilizado no contexto de um VAR. Nada impede, contudo, que sejam adicionadas aos VAR variáveis exógenas ou, como é o nosso caso, se incorporem os vetores corretores do erro, usando assim o VECM.

Considerando que os objetivos do nosso estudo se centram nos efeitos de várias variáveis relacionadas com o exterior no PIB de Angola, vamos testar a Causalidade apenas numa direção, usando a equação expressa no Quadro 15 que se segue.

Portanto, no contexto do nosso modelo, aplicável ao caso de Angola, testamos a relação de Causalidade entre as variáveis que estão em análise, através da hipótese nula formulada da seguinte forma:

$$H_0: \rightarrow; X_t \text{ não causa, no sentido de Granger, } \Delta c\text{PIB}$$

$X_t$  representa, sucessivamente,  $\Delta IDE$ ,  $\Delta Inf$ ,  $\Delta GA$  e  $\Delta cTC$ . Em termos de procedimento, usa-se o teste F, cujos resultados se apresentam no Quadro 15.

**Quadro 15: Testes de Causalidade à Granger**

<b>Causalidade</b>	<b>Est. F</b>	<b>P-value</b>	<b>Conclusão</b>
<b><math>\Delta IDE \rightarrow \Delta c\text{PIB}</math></b>	0.605	[0.567]	NR
<b><math>\Delta Inf \rightarrow \Delta c\text{PIB}</math></b>	5.287	[0.030]	R
<b><math>\Delta GA \rightarrow \Delta c\text{PIB}</math></b>	0.470	[0.639]	NR
<b><math>\Delta cTC \rightarrow \Delta c\text{PIB}</math></b>	5.384	[0.029]	R

Fonte: Elaboração própria

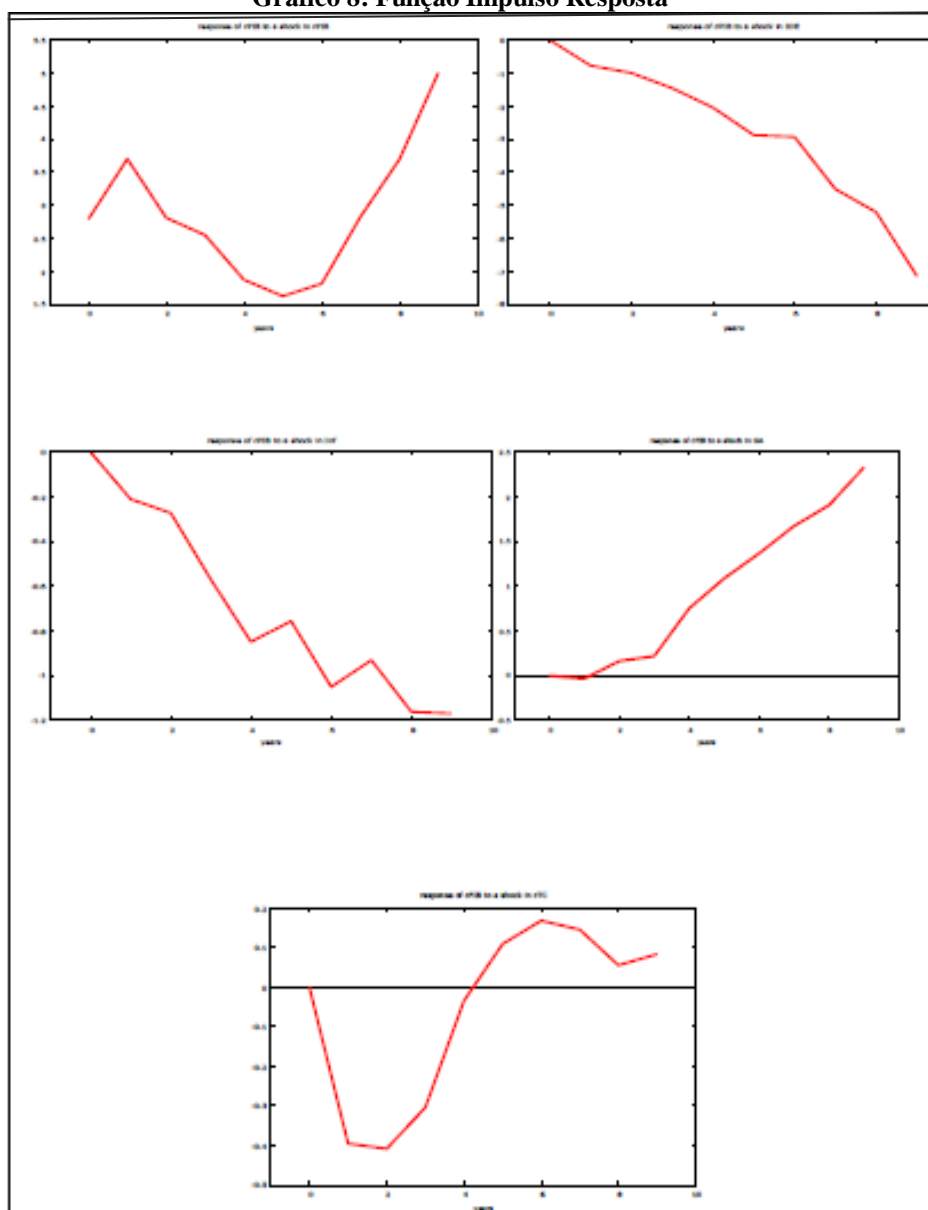
Concluimos, assim, pela Causalidade à Granger da inflação e da taxa de câmbio (acrécimos) em relação ao PIB. São pois as variáveis monetárias que parecem desempenhar um papel mais importante na previsão do crescimento do PIB angolano.



### 5.1.5. Função Impulso-Resposta, decomposição da variância, análise dos sinais

Na Figura 16 que de seguida iremos apresentar, ilustramos graficamente o comportamento da taxa de variação do PIB de Angola quando há ocorrência de choques quer no IDE, Inf, GA e cTC.

Gráfico 8: Função Impulso Resposta



Fonte: Elaboração própria

De uma forma geral, a decomposição da Variância fornece informações sobre a importância de choques em cada uma das variáveis no modelo em análise. No âmbito do impacto da liberalização do comércio externo no crescimento da economia Angolana, no Quadro seguinte, Quadro 17, ilustramos os resultados relativos à decomposição da variância, tendo a variação da taxa de PIB de Angola como variável dependente, cobrindo o período de 1 a 10 anos por intervalos de tempo em média de 2 anos.

**Quadro 16: Decomposição da variância**

<b>Variável</b>	<b>Período</b>	<b>Erros padrão</b>	<b><math>\Delta cPIB</math></b>	<b><math>\Delta IDE</math></b>	<b><math>\Delta Inf</math></b>	<b><math>\Delta GA</math></b>	<b><math>\Delta cTC</math></b>
<b>cPIB</b>	1	2.79132	100.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
	2	4.72241	96.4033	2.6929	0.1989	0.0051	0.6999
	4	6.36932	88.5416	9.1575	1.0934	0.1852	1.0223
	6	7.88881	67.6393	25.9567	2.7876	2.9287	0.6876
	8	10.4467	48.9387	41.2818	3.3934	5.9482	0.4379
	10	15.4157	38.7599	51.7891	2.7014	6.5442	0.2054

Fonte: Elaboração própria

Através do Quadro 17, que apresenta uma coluna única de erros padrão para cada respectivo ano, em caso de ocorrência de choques na variação da taxa do PIB no primeiro, torna-se possível observar que 100 % da taxa variação do PIB é explicado por ela própria, ao passo que a ocorrência de choques em quaisquer uma das outras variáveis, nomeadamente IDE, Inf, GA e cTC não tem qualquer influência ao nível da taxa de variação do PIB.

Assumindo que 1 e 2 anos podem ser considerados como curto prazo, podemos sublinhar que, de uma maneira geral, além da ocorrência de choques na própria taxa de variação do PIB que provoca alterações na própria taxa, em curto prazo a ocorrência de

---

choques em outras variáveis, tem uma fraca influência em termos de explicação da taxa de variação do PIB.

Em caso de definirmos 4 e 6 anos como médio prazo, analisando a tabela é possível notar que de 4 a 6, a ocorrência de choques na taxa de variação do PIB de Angola é explicado 88,54 % e 67,64% , respetivamente, pela própria taxa nacional de variação do PIB, ao passo que a ocorrência de choques nas outras variáveis tem um fraca influência ou explanação no que a taxa de variação do PIB de Angola em médio prazo.

No entanto, se consideramos 8 e 10 anos como período de longo prazo, vimos que no período de 8 a 10 anos, a ocorrência de choques na taxa de variação do PIB de Angola é explicado 48,94% e 38,75%, respetivamente, pela própria taxa de variação do PIB de Angola, mas é importante sublinhar que o choque em cada um dos anos tem uma menor influência na taxa de variação do PIB quando comparativamente aos anos anteriores, ou seja quando comparado ao influencia ou explanação a curto e medio prazo.

Ainda no período de 8 a 10 anos, nota-se que a ocorrência de choques em quaisquer uma das variáveis, designadamente IDE, Inf, GA e cTC tem uma maior influência ou explicação em termos de alteração no que toca a da taxa de variação do PIB, e é possível observar que esta influência ou explanação que exercem estas variáveis ao nível da taxa de variação do PIB é superior quando comparado a influência destas em curto e longo prazo no que se refere a taxa de variação do PIB.

## 6. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo central analisar o impacto da liberalização do comércio externo no crescimento da economia Angola, usando dados em séries temporais anuais do período de 1991 a 2016, tendo sido escolhida como variável dependente a taxa de crescimento do produto interno bruto de Angola que foi considerada como uma variável dependente do índice de investimento direto estrangeiro para Angola, taxa de inflação, grau de abertura comercial e taxa de crescimento do câmbio.

Utilizou-se como ferramenta ou método principal para avaliar a relação entre a liberalização do comércio e o crescimento da economia angolana o modelo vetor autorregressivo, tendo sido feito testes econométricos importantes, tais como teste de Raiz Unitária, Cointegração de Johansen e estimou-se um modelo vetorial de correção de erros, bem como realizou-se ainda testes como Causalidade à Granger, Função Impulso Resposta e Decomposição da Variância.

Ao procedermos ao teste de Raiz Unitária, apesar de inicialmente a presença de Raiz Unitária não ter sido rejeitada ao nível de 5% para todas as variáveis em níveis, esta hipótese foi rejeitada para as variáveis quando convertidas em diferenças, o que deu-nos a possibilidade de realizarmos o teste de Cointegração de Johansen.

Os resultados do teste de Cointegração de Johansen, após rejeitarmos a hipótese nula quando  $r=0$ ,  $r=1$ ,  $r=2$ , mostrou eventualmente de que quando  $r=3$  há a existência de três vetores de Cointegração entre as variáveis usadas no nosso modelo, dando assim a possibilidade de podermos estimar um modelo vetorial de correção de erros.

Estimando o modelo vetorial de correção de erros levando em consideração os três vetores de Cointegração, em logo prazo, por um lado, foi possível observar que há uma relação positiva entre o grau de abertura ao comércio e o PIB nacional de Angola, significando de que quanto maior for grau de abertura ao comércio maior será o



---

crescimento do PIB angolano, o que de facto vai de encontro com muitos dos argumentos já apresentados no nosso trabalho.

Por outro lado, notamos que o valor do *p-value* é de 0,253, valor inferior aos níveis habituais de significância, e neste contexto afirmamos que embora a relação seja positiva entre o grau de abertura ao comércio e o PIB, esta não é estatisticamente significativa em longo prazo.

No que se refere à relação positiva e estatisticamente insignificante entre o grau de abertura e o PIB para o caso de Angola, importa salientar que entendemos que duas questões podem estar na origem deste resultado obtido entre o grau de abertura ao comércio e PIB.

Primeiro, por indisponibilidade de maior número de observações, pois como já havia informado o presente estudo foi realizado com um reduzido ou limitado número de observações, o que entendemos poder tido uma determinante influência nos resultados, sendo assim se visualizarmos com maior número de observações provavelmente podemos obter resultados que ilustram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o grau de abertura ao comércio e o PIB.

Segundo, Angola é um país *suis generis*, apresenta uma estrutura económica pouco vulgar por fortemente ser dependente da exportação de petróleo, ou seja idealizamos sim ser possível que Angola tenha um maior grau de abertura ao comércio, e este grau resultar no aumento do PIB em longo prazo, mas que este aumento do PIB ser apenas dependente da exportação de um único produto, neste caso da exportação de petróleo. Assim, entendemos que com uma economia nacional mais diversificada, a relação possa ser positiva e estatisticamente significativa entre o grau de abertura ao comércio e o PIB.

---

Para curto prazo, os resultados mostram que cerca 88% da variação da taxa de crescimento do produto interno de Angola é de fato explicado pelo modelo, ao passo que 12% da variação depende de outros fatores, e nesta senda afirmamos que o valor é bastante elevado e exala um bom ritmo de ajustamento que o modelo apresenta.

Igualmente, para curto prazo, os testes de diagnósticos da equação do VECM neste estudo denotaram que o modelo foi bem especificado e os resíduos não têm autocorrelação nem heteroscedasticidade.

Ainda no contexto de Angola, o modelo ilustrou que a inflação e variação do crescimento da taxa de câmbio foram verificadas como as mais significativas, com a inflação em curto prazo ter um efeito negativo e ao longo prazo ter um efeito neutro no PIB, ao passo que a variação do crescimento da taxa de câmbio apresentam-se como positiva em curto prazo e negativa em longo prazo.

A Causalidade à Granger, realizada unicamente em direção ao PIB, ou seja numa única direção (unidirecional), revela que as variáveis monetárias causam à Granger variação ao PIB, ou seja a inflação e variação do crescimento da taxa de câmbio causam à Granger variação ao PIB, ao passo que as variáveis comerciais, o grau de abertura ao comércio e o investimento estrangeiro directo, não causam à Granger variação ao PIB de Angola.

No contexto da função impulso resposta, a presença de choques num período superior a 8 anos ilustram que o investimento estrangeiro directo, grau de abertura ao comércio e de certo modo a variação do crescimento da taxa de câmbio de uma forma geral tem um efeito mais positivo no PIB, ao passo que inflação tem efeito negativo. Porém, é digno de notar que a presença de choques no próprio PIB tem um efeito de curva-J algo que pode ser estudado de forma mais detalhada em futuros estudos.

---

A decomposição da variância destaca que nos primeiros anos, em caso de ocorrência de choques no PIB, este tem um efeito mais robusto na variação da taxa do PIB, ao passo que as outras variáveis usadas no estudo têm um efeito menos forte em termos de variação da taxa do PIB, mas depois de alguns anos foi possível ver que a ocorrência de choques no PIB vai provocando um efeito menos severo, ao passo que a ocorrência de choques nas outras variáveis vão tendo um maior efeito na variação da taxa do PIB.

#### **6.1.1. Limitações do Estudo**

Apesar de existir uma abrangente literatura em torno do uso do VAR, cobrindo análises de impacto no contexto de outros países, para o caso de Angola, houve um limitado número de observações usadas neste estudos em termos de dados, o que entende-se ser relevante para melhor explicar o impacto da liberalização do comércio externo no crescimento da economia angolana.

Ao longo do trabalho, não foram encontrados quaisquer estudos empíricos sobre o impacto entre a liberalização do comércio externo no crescimento da economia Angolana, nem outros estudos empíricos sobre uso de modelo VAR dos quais poderiam ser usados para explicar outras questões que poderiam ser estudadas de forma mais aprofundadas.

Embora foram encontradas algumas limitações no presente estudo, vimos este como uma base importante para futuros trabalhos de estudos de impacto entre a liberalização do comércio externo no crescimento da economia Angolana, particularmente pelos resultados obtidos através dos diversos testes de fórum econométricos que foram realizados.

---

### **6.1.2. Perspectivas de Futuras Pesquisas**

Terminamos a dissertação sugerindo que em futuras investigações poderá ser considerada uma análise mais abrangente e robusta usando maior número de observações. Num estudo futuro, poderão ainda ser usados outras variáveis de natureza macroeconómica, bem como explorar a possibilidade de ser incluídas variáveis microeconómicas.

Tendo em conta que Angola vem procurando oportunidades de reforçar a sua relação comercial com diversos parceiros, incluindo com países africanos que pertencem ao mesmo tipo de blocos regionais que Angola, seria de todo o interesse académico explorar oportunidades de realizar estudos semelhantes para o caso de Angola analisando o impacto da liberalização do comércio externo a nível regional, podendo este comércio posteriormente ser comparado com a liberalização do comércio de uma forma multilateral.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aka, B. F. (2006). Openness, globalization and economic growth: Empirical evidence from Cote D'Ivoire. *International Journal of Applied Econometrics and Quantitative Studies*, 3(2), 67-86.
- Amundsen, I. (2011). Angola party politics: Into the African trend. *Angola Brief*, 9. <https://www.cmi.no/publications/file/4025-angola-party-politics-into-the-african-trend.pdf>
- Andersen, L., & Babula, R. (2009). The link between openness and long-run economic growth. *J. Int'l Com. & Econ.*, 2(31).
- Andrei, D. M., & Andrei, L. C. (2015). Vector error correction model in explaining the association of some macroeconomic variables in Romania. *Procedia Economics and Finance*, 22, 568-576. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567115002610>
- Arguello, R. (2000). Economic integration. an overview of basic economic theory and other related issues. *Serie documentos. Borradores de investigación No 3 (Mazo 2000)*.
- Balassa, B. (1961). Towards a theory of economic integration, *Kyklos*, 14(1), 1-17.
- Baldwin, R. E. (2000). Trade and Growth: Still Disagreement about the Relationships, Working Papers No 264, Working Papers – Organisation for Economic Cooperation and Development.
- Baldwin, R. E. (2008). *The Development and Testing of Heckscher-Ohlin Trade Models: A Review*. MIT Press.
- Banco Nacional de Angola (BNA). (2016). Relatório da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional (53). <http://www.bna.ao/uploads/%7B72552719-3cf0-4c82-86e5-34631bbdee72%7D.pdf>
- Belarge, D. L. (1998). Trade Strategy and Economic Growth in Developing Countries. *Tijdschrift voor Economie en hilanagement* VOL.XLIII, 3
- Bhaskara Rao, B. (2007). Estimating short and long-run relationships: a guide for the applied economist. *Applied Economics*, 39(13), 1613-1625.
- Bielschowsky, P., & Custódio, M. D. C. (2011). Keynes: a crítica ao modelo clássico e a criação da macroeconomia. *Revista Eletrônica Novo Enfoque*, 13(13), 62-71.
- Bjornland, H. C. (2000). VAR models in macroeconomic research. *Statistics Norway Research Department, Norway*.
- Bresser-Pereira, L. C. (1976). Da macroeconomia clássica à keynesiana. *São Paulo*. [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30970854/68-98DaMacroclassicaAKeynesiana.apostila.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1537382197&Signature=zGTVbP%2Bz09qJM%2BfotOxoYMaZYXA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDa\\_macroeconomia\\_classica\\_a\\_keynesiana.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30970854/68-98DaMacroclassicaAKeynesiana.apostila.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1537382197&Signature=zGTVbP%2Bz09qJM%2BfotOxoYMaZYXA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDa_macroeconomia_classica_a_keynesiana.pdf)
- Brue Stanley, L. (2000). *The Evolution of Economic Thought*, Dryden Press.

- 
- Cassano, F. A. (2002). A teoria econômica e o comércio internacional. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 13(1(21)), 112-128.
- Cate, T. (1980). Keynes' Early Phenomenological Writings: 1919–1929. *Eastern Economic Journal*, 6(3/4), 211-217
- CEIC-UCAN (2014) - Relatório Económico de Angola 2013. Disponível em <http://www.ucan.com>. Acesso em 28/04/2015 - 12:43
- CEIC-UCAN (2014) - Relatório Económico de Angola 2014. 1ª Edição, Texto Editores, Lda.
- CEIC-UCAN (2016) - Relatório Económico de Angola 2016. 1ª Edição, Texto Editores, Lda.
- Chang, H. J. (2003). Kicking away the ladder: the “real” history of free trade. FPIF Special Report.
- CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). (2013). Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? uma perspetiva de género.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (2014). Angola Integração Regional na SADC e relacionamento com os países da CPLP.
- Conceição, D. N. (2012). Keynes e a refutação da Lei de Say. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, 2(2).
- Coutinho, E. S., de Vilhena Lana-Peixoto, F., Ribeiro Filho, P. Z., & Amaral, H. F. (2005). De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. *REGE Revista de Gestão*, 12(4), 101-113. <http://www.journals.usp.br/rege/article/view/36536>
- De Loyola Eisfeld, C., Nuñez, B. H. C., de Almeida, A. N., & de Souza, V. S. (2010). Análise do poder de previsão do modelo de vetores auto regressivos (VAR) para a quantidade de madeira serrada exportada pelo estado do Paraná.
- Edwards, S. (1993). Openness, trade liberalization, and growth in developing countries. *Journal of economic Literature*, 31(3), 1358-1393.
- Ferreira, A. H. B. (1993). Testes de Granger-causalidade para a balança comercial brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 47(1), 83-96. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/573/7917>
- Fitzová, H., & Zidek, L. (2015). Impact of trade on economic growth in the Czech and Slovak Republics. *Economics & Sociology*, 8(2), 36-50. [http://economics-sociology.eu/files/ES\\_8\\_2\\_Fitzova.pdf](http://economics-sociology.eu/files/ES_8_2_Fitzova.pdf)
- Gonçalves, R. (1997). A teoria do comércio internacional: uma resenha. *Economia Ensaios*, 12(1), 3-20.
- Greenaway, D., Morgan, W., & Wright, P. (2002). Trade liberalisation and growth in developing countries. *Journal of development economics*, 67(1), 229-244. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387801001857>
- Habibi, F. (2015). Does Trade Openness Influence Economic Growth. *International Journal of Economics and Business Administration*, 1(2), 120-127.
- Heng, T. M. (2005). Modern Economic Development Concepts; in: Murat Yülek (ed.), *Economic Planning and Industrial Policy in the Globalizing Economy. Concepts, Experience and Prospects*, Springer

- 
- Hussaini, S. H., Abdullahi, B. A., & Mahmud, M. A. (2015). Exports, imports and economic growth in India: an empirical analysis. Proceedings of the International Symposium on Emerging Trends in Social Science Research, [http://globalbizresearch.org/Chennai\\_Symposium/conference/pdf/C542.pdf](http://globalbizresearch.org/Chennai_Symposium/conference/pdf/C542.pdf)
- Hussien, A. A., Ahmed, S., & Yousaf, M. The Impact of Trade Liberalization on Trade Share and per Capita GDP: Evidence from sub-Saharan Africa. *Int.J.Eco.Res.*, v3i3, 44-51.
- Iftikhar, A. (2012). Trade Liberalization and Economic Growth: What's The Empirical Relationship in Bangladesh? *OSR Journal of Business and Management (IOSRJBM)*, 1(6), 23-33.
- Irwin, D. A. (1995). The GATT in historical perspective. *The American economic review*, 85(2), 323-328.
- Kennedy, P. (2003). A guide to econometrics. MIT Press
- Keynes, J. M. (1937). The general theory of employment. *The quarterly journal of economics*, 51(2), 209-223.
- Konya, L., & Singh, J. P. (2006). Exports, imports and economic growth in India. *Discussion Paper-La Trobe University School of Business Series A*, 6.
- Krugman, P. R. (1979). Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. *Journal of International Economics*, 9(4), 469-479.
- Krugman, P. R. (2012). Maurice Obstfeld a Marc J. Melitz. *International economics: theory & policy*.
- Leamer, E. E. (1980). The Leontief paradox, reconsidered. *Journal of Political Economy*, 88(3), 495-503.
- Lipsey, R. G. (1957). The theory of customs unions: trade diversion and welfare. *Economica*, 24(93), 40-46.
- Lisboa, M. B., Menezes Filho, N. A., & Schor, A. (2010). The effects of trade liberalization on productivity growth in Brazil: competition or technology? *Revista Brasileira de Economia*, 64(3), 277-289.
- Litterman, R. B. (1979). "Techniques of forecasting using autoregressions," *Working Papers 115*, Federal Reserve Bank of Minneapolis.
- Liu, X. (2015). Trade Agreements and Economic Growth. *Southern Economic Journal*, 82(4), 1374-1401.
- Lütkepohl, H. (2011). Vector autoregressive models. In *International Encyclopedia of Statistical Science* (pp. 1645-1647). Springer, Berlin, Heidelberg.
- Margarido, M. A. (2004). Teste de co-integração de Johansen utilizando o SAS. *Revista Agrícola. São Paulo, São Paulo*, 51(1), 87-101.
- Mendes, M. C., Cella, D., & Perina, R. A. (2000). Aspectos de Rompimento da Teoria Geral de Keynes com a Teoria entao Vingente. *Econ. Pesqui., Araçatuba*, 2(2), 19-34,



- 
- Ministério do Planeamento (2010). Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. *Luanda*, Disponível em [http:// www.undp.org](http://www.undp.org) Acesso em 25/06/2015 - 14:52
- Ministério do Planeamento (2013). Plano Nacional Do Desenvolvimento 2013-2017. Disponível em <http://www.minplan.gov.ao>. Acesso em 04/05/2014 - 15:17
- Monteiro, M. D. L., & Arica, J. (2005). Adaptação do Modelo Diamante de Competitividade para uma abordagem setorial.
- Moreira, R. R. (2005). A “derrota da lei de Say”: elementos teóricos fundamentais e algumas implicações metodológicas e dinâmicas. *Revista de Economia Contemporânea*, 9(2), 411-431.
- MPLA (2017), Programa de Governo do MPLA- Melhorar o que esta Bem e corrigir o que esta mal. *Luanda*.
- Neary, J. P. (2009). Putting the “new” into new trade theory: Paul Krugman's Nobel Memorial Prize in economics. *Scandinavian Journal of Economics*, 111(2), 217-250.
- Neto, A., & Jamba, I. (2006). Economic Reforms in Angola in the General Context of Africa. *OECD journal on public sector budgeting*.
- Oliveira, I. T. M. (2007). Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. *Revista Urutágua*, (11), 1-18.  
<http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.pdf>
- Oreiro, J. L. (1999). Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita. Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento. *Economia e Sociedade*, 8(1), 41-67.
- Österholm, P., & Hjalmarsson, E. (2007). *Testing for cointegration using the Johansen methodology when variables are near-integrated* (No. 7-141). International Monetary Fund.
- Ozdemir, D. (2017). A Post-Keynesian Criticism of the Solow Growth Model. *Journal of Economics Business and Management*, 5(3), 134-137. <http://www.joebm.com/vol5/500-MM0013.pdf>
- Pacheco-López, P. (2003). *The impact of trade liberalization on the trade balance, the balance of payments and economic growth: The case of Mexico*. Department of Economics. Canterbury: University of Kent.
- Pacheco-López, P., & Thirlwall, A. P. (2017). Has Trade Liberalisation in Poor Countries Delivered the Promises Expected?. *PANORAMA ECONÓMICO*, 4(8), 28-28.  
<http://panorameconomico.mx/ojs/index.php/PE/article/view/86/63>
- Pfaff, B. (2008). VAR, SVAR and SVEC models: Implementation within R package vars. *Journal of Statistical Software*, 27(4), 1-32.
- PK, E. F. O. V. A. (2018) Trade Liberalization and Economic Growth: The Nigerian Experience (1971-2012). *Journal of Business Management*, 4(5).
- Podkaminer, L. (2016). *Has trade been driving global economic growth?* Economic Institute.
- Robson, P. (1998). *The economics of international integration*. Routledge.
- Sarquis, S. J. B. (2011). *Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil* (Vol. 548). Fundação Alexandre de Gusmão. <http://funag.gov.br/loja/download/864->



---

[com%C3%A9rcio-internacional.pdf](#)

Shaheen, S., Ali, M. M., Kauser, A., & Ahmed, F. B. (2013). Impact of trade liberalization on economic growth in Pakistan. *Interdisciplinary Journal of Contemporary research in business*, 5(5), 228-240.

Sharma, A., & Panagiotidis, T. (2005). An analysis of exports and growth in India: cointegration and causality evidence (1971–2001). *Review of development economics*, 9(2), 232-248.

Simpson, B. P. (2010). Keynes's Theory of Depression: A Critique, <https://pdfs.semanticscholar.org/5f3a/6b3f44b398d2a9a1c13c0562a0a47bef7f1f.pdf>

Snorrason, S. T. (2012). *Asymmetric economic integration: Size characteristics of economies, trade costs and welfare*. Springer Science & Business Media.

Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65-94.  
<http://www.econ.nyu.edu/user/debraj/Courses/Readings/Solow.pdf>

Terra, F. H. B. (2012). Las políticas económicas de Keynes: Reflexiones sobre la economía brasileña en el período 1995-2009. *Revista Cepal*.  
[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11562/108115132\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11562/108115132_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Tily, G. (2009). The policy implications of the General Theory. *Real-World Economics Review*, 50, 16-33. <http://www.paecon.net/PAERreview/issue50/Tily50.pdf>

Ting, C. C. (2014). A Research Note on Factor Price Equalization. *Business and Economics Journal*, 5(1), 1-3.

Verbeek, M. (2012). *A guide to modern econometrics*. John Wiley & Sons.

WTO (2015), Angola Trade Policy Review. World Trade Organization: Geneva.

WTO (2015), World Trade Report 2015 "Speeding up trade: benefits and challenges of implementing the WTO Trade Facilitation Agreement". World Trade Organization: Geneva.

WTO (2014), WTO Trade Facilitation Agreement". World Trade Organization: Geneva.

Zeren, F., & Ari, A. (2013). Trade openness and economic growth: A panel causality test. *International journal of business and social science*.  
[http://www.ijbssnet.com/journals/Vol\\_4\\_No\\_9\\_August\\_2013/32.pdf](http://www.ijbssnet.com/journals/Vol_4_No_9_August_2013/32.pdf)

## ANEXO – 1: Dados usados na estimação do Modelo

**QuadroA: Dados usados na estimação do Modelo**

Anos	cPIB	IDE	Inf	GA	cTC
1991	-1,2	5,483301719	83,6083333	0,39253674	84,164383
1992	-6,9	5,065820233	299,0605	1,01032816	356,30627
1993	-24,7	5,723560583	1379,41427	0,989924	958,07085
1994	3,5	4,195250709	948,811189	1,10165362	2137,263
1995	10,4	9,374383969	2671,79207	1,01397892	4521,0703
1996	11,2	2,398993967	4145,10765	0,94799052	4555,2167
1997	7,9	5,382318076	219,176721	0,9941978	78,8968
1998	6,8047621	17,28413919	107,284822	0,87229845	71,508634
1999	3,2397997	40,16725096	248,195902	1,34342654	610,42238
2000	3,0120762	9,62386631	324,996872	1,20060093	259,78507
2001	4,2209651	24,00911706	152,561023	1,08694391	119,68791
	-				
2002	6,9404616	13,95099333	108,897436	0,96724531	97,345542
2003	5,2474945	25,20956085	98,2237177	1,05631501	71,389723
2004	10,879577	11,18703092	43,5419473	0,98300233	11,976283
		-			
2005	18,26145	4,618014421	22,9637444	1,14976022	4,3305245
		-			-
2006	20,735125	0,090249654	13,3032534	0,9724888	7,7915747
		-			-
2007	22,593054	1,477846309	12,2486755	0,96043401	4,5564479
		-			-
2008	13,817146	1,994547694	12,4737134	1,00852915	2,1807753
2009	2,4128697	2,921219386	13,7314511	0,84098284	5,7238711
		-			
2010	3,4076548	3,913150783	14,4705412	0,81558173	15,855092
		-			
2011	3,918597	2,904234892	13,4670154	0,8407811	2,2077295
		-			
2012	5,1554405	5,977514651	10,2934943	0,82159045	1,6322026
2013	6,8135858	-5,70002387	8,77609093	0,75715269	1,1001849
2014	4,8044727	1,51581251	7,27956154	0,69216217	1,8484969
2015	3,0069805	9,015117619	10,2793267	0,52323711	22,134028
	-				
2016	0,6653533	4,305258099	34,7361593	0,41794046	36,311409

Fonte: Elaboração própria<sup>13</sup>

